

MOÇÃO POLÍTICA E MOÇÕES SECTORIAIS



«O PS por uma Nova Cultura Política» - **Pedro Jordão**; «Vencer o Desafio do Ambiente» - **José Guerreiro**; «Por uma Política de Cidades» - **António Fonseca Ferreira**; «Semear para Desenvolver» - **João Morais**; «Ao Encontro das Comunidades Portuguesas» - **Manuel de Almeida**; «O Ano Mundial do Idoso» - **António Madureira Vasconcelos**; «Algumas Ideias para uma Política Transformadora do Desenvolvimento Social», «Para uma Política de Desenvolvimento Cooperativo» - **Rui Namorado**; «Para um Desenvolvimento Económico Sustentado de Portugal» - **Iglésias Costal**; «A Reforma Económica e o Desenvolvimento Sustentável» - **Joel Hasse Ferreira**; «Por um Novo Humanismo nos Sectores Económicos e nas Empresas» - **Secções de Acção Sectorial da FAUL**; «Educação, Ciência e Cultura» - **Fernando Pereira Marques**; «Uma Relação de Confiança com os Militantes» - **Reis Borges**; «Falar é Preciso» - **Manuel Alegre**; «Construir os Fundamentos do Portugal Moderno e Solidário do século XXI» - **José Manuel Rodrigues Marto**



MOÇÕES DO XI CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA



MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL

O PS POR UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

Preâmbulo

A apresentação de moções nos Congressos do PS constitui, em princípio, uma acto potencialmente relevante para a formulação política partidária. Ao longo dos anos, congressos sucessivos contaram com moções de elevada qualidade. No entanto, a frequente disparidade entre os textos aprovados e a prática política subsequente legitima a interrogação sobre o real alcance prático desses textos, independentemente das suas virtualidades intrínsecas. Por esse motivo, afigura-se pertinente chamar a atenção dos responsáveis partidários, cujas responsabilidades incluem a prossecução dos princípios orientadores aprovados, para a necessidade de, ultrapassados os congressos, ter presentes as ideias e as preocupações apresentadas pelos militantes.

A elaboração desta moção inspira-se na crença de que este tipo de textos não representa, no PS, um mero exercício elegante de divagação teórica e que, pelo contrário, os dirigentes do Partido sabem receber e valorizar, com construtividade e serenidade, todas as reflexões, ideias e propostas com interesse objectivo.

A cultura interna do Partido, designadamente no que se refere à secundarização dos militantes na reflexão política e governativa, na produção de ideias e propostas e na real intervenção na formulação política global do PS e do Governo, que foi formado na base e na sequência da vitória eleitoral do Partido, é sensível e instala algum mal estar.

Simultaneamente, é preocupante a possibilidade de, gradualmente, poder vir a instalar-se uma percepção popular de inexistência de um projecto político partidário suficientemente caracterizador e carismático do PS, racional e emotivamente mobilizador de grande parte do eleitorado, que transcenda o mero circunstancialismo das acções de gestão mais ou menos corrente e a empatia popular do Secretário Geral e de alguns dirigentes partidários de qualquer determinado momento.

A boa gestão governativa exige uma enorme qualidade técnica a todos os níveis. O que, por vezes, pode esquecer-se é que o rigor técnico é naturalmente compatível com a estratégia política e social e com modelos modernos e coerentes de sociedade, e que esta compatibilização coeren-

te, consistente e omnipresente é algo que se vai tornando menos explícito no PS. Espantosamente, assiste-se à (abusiva mas inteligente) referência, já pré-eleitoral, por parte de líderes de partidos em princípio mais conservadores que o PS, a valores *sociais* e *civilizacionais* em domínios em que o PS deveria ser forte e em que se descaracterizou e fragilizou.

O que se defende não é um regresso a ideologias felizmente ultrapassadas e a intelectualismos bolorentos semi-abstratos, mas, pelo contrário, precisamente, um salto de modernização ideológica, conceptual e política, que no PS talvez se tenha, por vezes, confundido com descaracterização pretensamente tecnocrata (outra confusão a desmontar é a que parece subsistir entre os conceitos *profundamente distintos* de competência técnica e de tecnocracia ...).

O PS tem que demonstrar, *em simultâneo*, ser o partido tecnicamente mais capaz de gerir as questões correntes, ser o mais inteligente e consistente nas conceptualizações estratégicas das reformas que propõe aos portugueses e ser o mais sólido na coerência global com que enquadra toda essa actuação num conjunto de valores e objectivos últimos que se centram na dignidade e no bem estar material e imaterial dos cidadãos. E isso falta ainda, em substancial medida, construir no PS, com profundidade e modernidade.

A conjugação de todas estas dinâmicas, entre outras, prefigura cenários potencialmente preocupantes, e o que esta moção pretende sublinhar é que as sementes de muitos destes problemas poderão estar já hoje lançadas por erros involuntários de apreciação do próprio Partido, que não são dramáticos mas que seria grave não corrigir de imediato.

Os comentários expostos não constituem um lamento pessimista por males fatídicos, antes subentendem e pressupõem um futuro estável para o PS que, no entanto, poderá ser posto em causa se não forem tidas em conta correcções atempadas e alguma humildade auto-crítica.

Estes comentários são assumidos e partilhados por militantes que, com profundo orgulho de pertencer ao PS, reconhecem que a prática política do Partido apresenta, entre qualidades e defeitos, um balanço amplamente positivo. O facto de este do-

cumento focar pontos a corrigir, e assim se apresentar com um tom de crítica construtiva e muito amiga, não anula a defesa da acção do PS como sendo globalmente muito positiva, a mais credível no quadro político-partidário português e a mais elevada nos valores por que pugna.

Trata-se de procurar contribuir para o futuro bem comum do Partido e de *ajudar, sincera e lealmente, a actual liderança com a máxima construtividade*, com um elogio global à excelente acção que tem conduzido, o que não se faz necessariamente expressando-lhe a concordância absoluta que lhe seria mais reconfortante ouvir.

Não sendo simpático suscitar a análise de problemas quando todos vivem em compreensível ambiente de festa, fazê-lo é, no mínimo, sério e corajoso.

Ignorar estas questões, e outras ainda aqui não referidas, poderá ser mais agradável quando se deseja, humanamente, saborear a euforia. Durante uma década essa foi a obstinada e arrogante opção do PSD. Salvaguardadas as muitas diferenças entre ambos os partidos, o humilhante e desprestigante resultado posterior dessa opção do PSD deverá merecer a mais humilde atenção e reflexão do PS. Neste momento.

O Partido e a Vida Interna

Oportunidade de uma Reflexão Desapaixonada

Embora a História não se repita necessariamente, talvez constitua um exercício salutar e pedagógico, para o PS, não esquecer o curioso percurso do PSD durante o "período laranja", partido que, após atingir uma maioria absoluta, não só a manteve como reforçou até que, de vitória em vitória, se defrontou com uma humilhante derrota final. Seria surrealista pensar que a queda do PSD se deveu apenas a fragilidades verificadas nesse momento. Pelo contrário, esse colapso decorreu, também, das consequências dos muitos erros gradual e cumulativamente cometidos ao longo dos anos pelo PSD, da sua arrogância, do seu autismo, da sua insensibilidade perante erros e injustiças, da generalizada sensação de clientelismo, etc.. Esse caso exemplar evidencia como, mesmo quando se ganha nas urnas, se podem estar já a lançar e a acumular as

vulnerabilidades que, com o tempo, se tornarão patentes e que o cidadão finalmente poderá penalizar. É, frequentemente, em períodos de popularidade e euforia que, discretamente, germinam as sementes da posterior impopularidade. Por outro lado, não existem estados de graça eternos.

Seria, no mínimo, ingénuo supor que um partido em alta de popularidade o será para sempre e que, por isso, se pode atribuir o luxo de não inventariar, reconhecer e corrigir os seus erros. O tempo passa e mesmo realidades aparentemente sólidas (endógenas e exógenas) podem mudar radicalmente. As honrosas vitórias eleitorais do PS no passado recente não devem toldar a capacidade do Partido de reflectir não só sobre os sucessos mas também sobre os inevitáveis e humanos erros acumulados. O triunfalismo e o deslumbramento do poder tendem sempre a limitar a lucidez e a visão estratégica e, em última análise, podem favorecer uma imprudência.

O passado recente da estratégia política do PS foi largamente condicionado pela necessidade de vencer as eleições legislativas e autárquicas, o que é compreensível desde que não se esqueça que o objectivo verdadeiramente em causa (e o único legítimo ...) não é o da aritmética dos votos e dos cargos mas o do acesso ao poder *apenas* pela convicção de que se possui um projecto coerente, individualizado e de elevada qualidade, destinado a prestar um serviço à comunidade nacional, não ao ego de militantes, de dirigentes políticos ou de independentes. No entanto, o êxito tático do PS ao vencer aquelas eleições, apesar dos seus enormes méritos, pode estar alicerçado em bases que, simultaneamente, encerram erros estratégicos de consequências potencialmente nefastas a médio prazo.

É importante, talvez mesmo vital, manter a frieza, a humildade, a coragem, a criatividade e a sensatez de identificar, corrigir e prevenir dinâmicas internas potencialmente geradoras de deficientes percepções estratégicas e de vulnerabilidades que poderão vir a fragilizar o apoio popular, a inviabilizar o exercício continuado do poder legítimo e mesmo a susceptibilizar a própria coesão interna do Partido.

Subvalorizar ou ignorar estes riscos endémicos, não os enfrentando nem cor-

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

rigindo com uma urgência crítica, poderá, para muitos, ser agradável numa fase de inebriada, embora merecida, euforia, mas certamente poderá induzir graves perdas futuras para o PS e para o país.

Em qualquer estrutura ou organização, questionar o *status quo*, ainda que serena e construtivamente, sempre assusta interesses corporativos eventualmente instalados, em particular aqueles cuja intervenção e proeminência possam assentar mais no manobristo de influências do que nas reais capacidades próprias; mas fazê-lo é um indispensável acto de coragem, de honestidade, de dignidade e de inteligência. Os actuais dirigentes do PS possuem sensibilidade para este tipo de reflexão construtiva, sinceramente amiga e bem intencionada.

É um direito (e, afinal, um dever) dos militantes apresentar análises e ideias. É um dever dos dirigentes partidários acolher tais reflexões e dialogar séria e construtivamente com os militantes, não com ritualismo de cortesia formal mas com genuína preocupação em os integrar no processo global de decisão política do próprio Partido e mesmo do Governo, o qual existe unicamente por designação do Partido, que foi nesse sentido votado pela comunidade.

O Projecto e a Identidade do PS

O PS era, há não muito tempo, algo carente de ideias novas. Mais recentemente, designadamente antes das últimas eleições legislativas, um manancial de ideias novas foi sendo gerado e objecto de um eficiente marketing político. No entanto, sendo em princípio positivo, este fluxo de ideias consubstanciou-se não apenas, mas essencialmente, em planos eminentemente técnicos, sectoriais e táticos, não tanto políticos ou estratégicos. Como as discussões sobre opções técnicas dependem muito mais das opiniões e teses dos interlocutores *individuais* (sejam eles do PS ou do PSD, por exemplo) do que dos princípios de base de um partido, essas opções técnicas dificilmente caracterizam este ou aquele partido, pois a diferenciação entre partidos, nesse nível das questões técnicas, não é tanto de modelos como, frequentemente, apenas conjuntural. Propostas e ideias avulsas, admitindo a respectiva qualidade, são sempre enriquecedoras, mas a caracterização de um partido perante o eleitorado exige uma coerência mais global, uma interligação e aglutinação coerente dessas ideias, que só a elaboração política permite estabelecer. Um partido necessita de uma identidade perante o eleitorado, uma personalidade de fundo, relativamente intemporal, que transcenda as momentâneas medidas avulsas ou as demarcações táticas perante a actuação dos outros partidos, sejam eles governo ou oposição.

Perante o exterior, no PS continua a faltar, ou a ser insuficiente, essa identidade, essa coerência global, essa imagem distinta de marca política. Sintomaticamente, e apesar das inúmeras propostas eleitorais e acções governativas de elevado mérito, é indesmentível a generalizada sensação

popular de que, para além das variantes de estilo, as diferenças de fundo entre PS e o PSD são reduzidas. Esta sensação é perigosa a prazo pois revela a circunstancialidade e a potencial volatilidade de parte do actual apoio popular ao PS. No passado recente, o descontentamento perante a arrogância e a ineficiência do Estado Laranjal levou os cidadãos a procurarem a mudança, mas a dificuldade do PS em projectar uma identidade global e consistente, a qual nem sempre é visível para o cidadão, pode tornar frágil o desempenho político e eleitoral do PS a prazo.

Por outro lado, é óbvio que o PS venceu eleições com claros méritos próprios, mas seria perigosamente ingénuo fingir não se entender que um dos factores da vitória foi, também, a fragilidade das oposições. Obviamente, as oposições não serão eternamente fracas e desarticuladas. As conjunturas não se repetem e eleições futuras poderão ter lugar em quadros bem diferentes. Por outras palavras, a continuidade da proeminência eleitoral do PS *também* está dependente de um factor que não controla, que é a maior ou menor capacidade futura de recuperação, revitalização e renovação da imagem dos partidos da oposição, que podem vir a regenerar, com parcial sucesso, a sua imagem e a sua popularidade eleitoral.

A convergência destes factores poderá vir a induzir efeitos negativos e a sua prevenção provavelmente exige ajustamentos internos e externos urgentes no PS.

Entre muitas outras, estas questões sugerem que o PS e o Governo (Governo que decorre do PS, é importante não esquecer, visto que se elegem partidos, não governos...) devem compreender que, se é fundamental a competência técnica da actuação diária no plano das medidas correntes (o que nem sempre representa, por si só, eficiência técnica a prazo, se não existir consistência estratégica e política...), é igualmente necessário construir uma identidade, uma coerência política e governativa e uma caracterização estratégica de valores, objectivos e referências, *em tempo útil*.

E esta é uma definição que só é legítima, genuína, coerente e convincente se sedimentada no PS, *a partir do seu interior*. Se não se partisse deste pressuposto deveria ser, então, questionada a própria razão de existência do PS enquanto tal... E esta é uma questão que merece a reflexão seguinte.

A Inovação e a Organização do PS

Ciclicamente referenciada nos momentos de sucessão na liderança do PS, a verdadeira renovação do PS nunca se produziu substancialmente. Seria injustiça não reconhecer que foram mudando caras e estilos políticos e, igualmente, as ideias num plano essencialmente técnico. Mas é difícil negar que as mudanças geradas se desenvolveram, fundamentalmente, no seio de uma cultura política que basicamente se mantém e se reproduz com mutações insuficientemente estruturais, em torno de círculos demasiado restritos de influência e de amizade implantados no partido.

Com uma diversificação concêntrica (por-

que gerada e controlada quase sempre pelos mesmos grupos internos de influência), a verdadeira inovação e renovação preparada para o futuro, nos planos das ideias de referência (que caracterizam os partidos e que aglutinam o eleitorado de forma mais estável), das opções políticas de fundo e correntes, da intervenção política e das pessoas, não ocorreu insuficientemente. A já citada confissão generalizada do eleitorado, de incapacidade em reconhecer e identificar significativas diferenças de fundo entre os projectos políticos e as identidades do PS e do PSD, é uma das várias provas dramáticas deste facto, de implicações potencialmente sensíveis no futuro do PS.

Não se circular nos meios assíduos e algo herméticos do Largo do Rato e, actualmente, dos corredores do Governo, é condição estatisticamente quase impeditiva (ou, pelo menos, fortemente limitadora) de um militante poder intervir no partido no plano da formulação da política *nacional*. Num partido em que, sabidamente, se refere a importância da valia do capital humano, aquela constatação é constrangedora, pois indicia uma fragilidade de gestão interna do Partido, visto que se desbarata frequentemente o maior activo do PS, que consiste na capacidade intelectual, política, técnica e cívica de imensos militantes com capacidade e qualidade e que se estendem a todos os domínios relevantes, os quais não devem ser vistos como ameaças aos círculos existentes.

Os dirigentes partidários nacionais deverão, também, reconhecer que os militantes, enquanto tal, têm capacidade (e total legitimidade) para intervir na reflexão sobre a definição das políticas do partido não apenas aos níveis local e regional mas também no plano das questões de política *nacional e global* do país e do partido. Não o reconhecer não só minorizaria a rentabilização do capital humano do PS como prejudicaria o futuro deste, simultaneamente acumulando um difuso mas real mal estar interno.

Neste contexto, não seria prestigioso que um partido que inclui no seu discurso político externo o respeito pela sociedade civil, asfixiasse e desvalorizasse a sua "sociedade civil interna", isto é, os seus militantes de base. É fundamental que se compreenda que o conceito lato de "sociedade civil" não se identifica apenas num país, mas sim em qualquer organização de massas, como um grande partido político, e inclui os membros que não integram a respectiva classe dirigente (a "classe política"). No PS (como em quaisquer outros partidos ou organizações) sempre existiram e continuarão a existir resistências à intervenção política da respectiva "sociedade civil" interna, designadamente os militantes que não se incluem entre os meios de contacto corrente dos dirigentes. É óbvio que, por exemplo, deslocamentos de dirigentes são efectuadas pelo país, pelas secções do Partido, em reuniões com os militantes, mas é fácil apreender nesta acção um carácter algo ritual e simbólico (geralmente essas acções demonstram um real objectivo que é mais o de *informar* os militantes sobre os juízos e as orientações superiormente estabelecidas pelos dirigentes do partido do que para, prévia, genuína e

interessadamente, absorver as ideias dos militantes e as suas propostas e as considerar nos processos de decisão política em causa...), e essas acções, mesmo assim positivas, não invalidam a afirmação de que a resistência à real inovação de ideias, de propostas e de pessoas no PS fora dos habituais círculos internos de influências é um facto relativamente generalizado, que também muitas honrosas excepções não conseguem infirmar.

É compreensível que estas atitudes por parte de dirigentes sejam, na maioria dos casos, involuntárias e que os próprios, possuídos pelas melhores intenções e absorvidos nas suas preocupações correntes, nem se apercebam destas deformações, mas este facto não os dispensa de alguma reflexão autocrítica, que só poderá beneficiar o Partido. Os desafios do PS a médio prazo poderão revelar ser imprescindível o trabalho e a intervenção (*real, não apenas formal*) daqueles militantes. O ponto seguinte insere-se exactamente nestas considerações.

A Reflexão Interna e Externa

Os Estados Gerais representaram um período angular de consequências positivas e negativas. O seu balanço foi claramente positivo mas este reconhecimento, sincero, não nos permite ignorar algumas distorções que efectivamente também geraram. Se se pretender cultivar e perpetuar, dos Estados Gerais, uma visão simplista, mítica e dogmática, poderá desejar-se acreditar que constituiu um altar de perfeições. No entanto, se se possuir a coragem do realismo, tem que reconhecer-se a sua contribuição positiva e o seu saldo (também muito positivo) mas, paralelamente, admitir o seu ângulo mais frágil, nomeadamente no que se prende com a gestação embrionária de problemas que assumirão visibilidade gradual.

Entre outros aspectos, é impossível dissociar as excelentes dinâmicas associadas ou subjacentes aos Estados Gerais de outras duas questões: a intervenção *política* dos independentes e a intervenção *política real* dos próprios militantes do PS, na definição do perfil e do projecto do *próprio Partido*.

É um acto de elevação política e de maturidade o facto de um partido estabelecer relacionamento e diálogo produtivos com independentes ou o facto de um governo contar com a participação de independentes (ou até de membros capazes de outros partidos, que são portugueses cujo potencial deve ser enquadrado, não ignorado, designadamente em domínios eminentemente técnicos).

Por essa razão, não é possível discordar de uma iniciativa como os Estados Gerais, enquanto conceptualizado em torno daqueles princípios. No entanto:

- A compreensível preocupação eleitoral em projectar, no país, uma imagem de abrangência do projecto do PS, e a consequente captação do apoio alargado de independentes, talvez tenham causado um excesso de zelo nesta captação, em si mesma, e, muito especialmente, em comparação com o tratamento dado aos próprios militantes que constituem o Partido. Sobrevalorizou-se a condição de indepen-

dente e subvalorizou-se a capacidade e a dignidade intelectual e política do militante. Tornou-se moda ser independente e um estigma de secundarização ser militante, o que não parece curial nem legítimo;

- É fundamental a abertura às ideias, à intervenção e à sensibilidade da sociedade civil. O que é, no mínimo, muito incoerente, é a abertura à participação da "sociedade civil externa" nas definições internas do Partido quando, como foi atrás sublinhado, não se tem conferido a mesma abertura nem a mesma atenção a uma boa parte da "sociedade civil interna". Será que se realizaram "Estados Gerais" internos, para juntar militantes na reflexão e na definição política e governativa do PS? Antes das eleições e periodicamente agora que o PS governa? Não, e, contudo, os militantes corporizam, na sua globalidade, o Partido, e constituem a sua peça humana soberana e central, colectivamente acima dos próprios dirigentes.

Sublinhe-se, para evitar equívocos, que a oportunidade dispensada aos independentes nos Estados Gerais, e desde então, foi e é absolutamente correcta, em si mesma, mas a *paralela* subalternização da capacidade política dos militantes é um erro grave, sensível para os militantes, que constitui um objectivo e indesculpável desperdício dos activos humanos do PS.

De resto, é elogiável a excelente colaboração de muitos desses independentes e nem para eles será justo que, não por sua culpa, frequentemente se sintam vítimas exteriores deste mal estar interno, o qual decorre de alguma inabilidade interna (involuntária e bem intencionada) com que, perante os militantes, todo este processo foi e continua a ser implementado;

- Um partido necessita de afirmar um espaço político próprio, claramente identificável pelo eleitorado. As propostas de governação correntes são essenciais mas evoluem conjuntamente no tempo e não caracterizam verdadeiramente a imagem e a personalidade de um partido. A sua imagem de fundo necessita de contornos mais claros, intemporais, estruturais e característicos, e é um factor indispensável de orientação e fixação estratégica do eleitorado.

Este projecto político global, incluindo um projecto político de base (valores, orientação e caracterização estratégica) e um projecto corrente de governação técnica (propostas de orientação e execução táctica) não podem, por uma questão de óbvia coerência, deixar de ser obra dos *militantes* do partido, pois são estes que, por definição, mais claramente assumem a partilha dos respectivos princípios orientadores. Ouvir independentes (e mesmo independentes de outras simpatias partidárias ou até militantes de outros partidos...) é um acto de sensatez e de grande maturidade política. Valorizar, respeitar e importar ideias e propostas externas interessantes é-o igualmente. Não o fazer seria um acto de irresponsabilidade e de desrespeito pelo país real e pelos cidadãos. Mas fazê-lo deve ser um acto materializado *sempre em complemento e em melhoramento de um projecto estruturado internamente, nunca em substituição ou subalternização deste*, excepto se se considerar que se trata de um partido com militantes incapazes e in-

competentes para o fazer.

De resto, é aconselhável não confundir questões distintas. Um partido deve ouvir (atentamente) *toda* a comunidade e recolher ideias e perspectivas. Em seguida avalia a possibilidade de incorporar essas ideias nas suas propostas e no seu projecto. Não como uma simplista caixa de correio mas fazendo-o por integração *adicional* e por compatibilização com um programa de base *pré-existente*, que é definido *internamente* e que só assim poderá conferir ao partido a sua identidade e, afinal, até mesmo a sua própria razão de existência.

A estruturação de um forte e eficaz projecto político partidário, capaz de projectar uma imagem e uma identidade claras e perceptíveis pelo eleitorado é uma tarefa complexa alicerçada em valores, princípios e ideias estratégicas *do próprio partido*, que o definem politicamente, não numa perspectiva dogmática, arrogante e clientelar mas, isso sim, num quadro de genuína humildade e atenção às ideias de *toda* a sociedade (não só dos independentes simpatizantes de longa ou de curta data do Partido ...).

Por isso, o projecto político de um partido dificilmente será coerente, forte e eficaz se se transformar num amontoado de ideias e propostas, talvez interessantes individualmente mas incoerentes e imperfeitas no seu conjunto. Infelizmente, os Estados Gerais acabaram por, a prazo, produzir uma caracterização do PS mas uma ainda maior descaracterização (que, obviamente e apesar de disso, pode ter gerado ganhos eleitorais imediatos, por mimetismo político). Muitas excelentes ideias então captadas não conseguem esconder a frequente incoerência e alguma desconexão de conjunto. Se, anteriormente, já era significativa a dificuldade de os cidadãos caracterizarem comparativamente o PS, mais essa dificuldade se instalou, como se constata através da constante referência de cidadãos à falta de diferenciação substancial entre os projectos de fundo do PS e do PSD, por exemplo.

Os Estados Gerais constituíram uma louvável e inteligente iniciativa do PS que atingiu relevantes objectivos políticos imediatos, mas efeitos negativos foram também criados, e estes poderão, indirectamente, vir a revelar-se graves no futuro. Não será prudente ignorá-los. Será inteligente resolvê-los.

- Num país que estivera sujeito a 10 anos de frequente nepotismo, de abuso e de arrogância de poder, a exclusão política da oposição pelo PSD acumulara nesta tensão e ansiedades, incluindo a ansiedade pelo poder. Esta ânsia pelo exercício do poder e pelo acesso a ele inclui os casos legítimos de quem entende poder contribuir para melhorar o país mas inclui também, infelizmente, imensos casos de simples e obsessiva procura do poder, da influência e da notoriedade pessoais. Infelizmente, nem a direita nem a esquerda detêm o monopólio das pessoas sérias, como não o têm das que favorecem o clientelismo.

Nos Estados Gerais convergiram muitos cidadãos politicamente sérios, mas deverá pensar-se se não se poderá ter registado a participação de políticos ou de candi-

datos a políticos, menos preocupados com o país que consigo mesmos, que viram nesta iniciativa uma excelente oportunidade para convenientemente se colar ao PS numa estratégia de posicionamento futuro dentro, ou junto, das estruturas de poder. Os Estados Gerais podem (involuntariamente) ter criado o embrião de uma vasta potencial clientela, pronta a explorar oportunidades decorrentes do acesso do PS ao poder, à qual se conferiu um protagonismo exagerado e com a qual se contrairam muitas implícitas dívidas políticas e expectativas.

O Partido e a Sociedade

Referências Políticas numa Sociedade em Mudança

Não se pode confundir a eficiência técnica da gestão dos problemas correntes com a necessidade de possuir um conjunto de referências orientadoras de fundo. Essas duas preocupações, sendo complementares, não só não se excluem como mesmo se exigem reciprocamente, e só em conjunto viabilizam e credibilizam uma arquitectura política séria e consistente.

Um partido político não é um simples grupo de pessoas que se reúne para se candidatar colectivamente a cargos de gestor público, isto é, ao poder em si mesmo (embora por vezes pareça, ao longo do tempo, que a política nacional tende para isso). É muito mais que isso, é um conjunto de valores individuais, sociais e civilizacionais, é um consequente sistema integrado e coerente de referências e de objectivos estratégicos (em síntese, uma ideologia) e, finalmente, e *no estrito enquadramento* daqueles valores e daquelas referências, é uma entidade que se disponibiliza para convencer os cidadãos da validade desse projecto e para participar na gestão dos assuntos da comunidade.

Se se pretender despir a sociedade e o indivíduo de quaisquer valores e referências de fundo, criando uma sociedade estruturalmente amorfa, amoral, egocêntrica, desumanamente selvagem e retrógrada, fará todo o sentido defender o fim das ideologias. Se, pelo contrário, se pugnar por um mundo não só eficientemente gerido mas também integrador e garante de valores como a dignidade, a liberdade, a segurança, o bem estar, a democracia ou a solidariedade, entre outros, é indispensável a existência de um ordenamento desses valores e das suas formas de materialização e salvaguarda e isso é, basicamente, a estruturação ideológica.

Seria bizarro que um Partido como o PS, que se reclama de valores tão humanistas, aceitasse diluir-se, descaracterizar-se e esvaziar-se (por bizarra opção teórica ou por prática partidária e governativa) ao subscrever, implícita ou explicitamente, as teses da inoportunidade, da inconveniência ou da irrelevância das ideologias. O balizamento ideológico consubstancia o ordenamento e a hierarquização de valores e objectivos de referência e, consequentemente, não só é politicamente fulcral como também constitui a génese estruturante de existência de qualquer real partido político. Constitui, igualmente, o in-

dispensável tecido aglutinante em que se inscreve a coerência global das medidas políticas que, de outra forma, não passariam de actos avulsos e estrategicamente inexpressivos.

Outra questão completamente distinta é a da constatação de que a profunda e fulgurante transformação do mundo e da sociedade induz novas realidades, novos desafios, novas potencialidades e novos riscos que, por sua vez, impõem a evolução ideológica, não no plano relativamente intemporal dos valores de base mas no âmbito das soluções e das fórmulas de intervenção política, social, económica, cultural, ambiental, de segurança, etc.

Por outras palavras, não são as ideologias que, por natureza, estão ultrapassadas. O que existem são sistemas ideológicos desactualizados e que implodiram conceptualmente por falta de compreensão do mundo em transformação e por uma surpreendente falta de imaginação teórica.

De facto, a ideologia da velha esquerda clássica encontra-se, hoje, profundamente desajustada das realidades existentes e em formação. É, por outro lado, honesto realçar que os desajustamentos temporais dessa esquerda antiga não são o seu único factor de imperfeição e de falta de capacidade de resposta prática em domínios específicos, pois também subsistiram erros teóricos básicos que não houve coragem de corrigir atempadamente. De resto, o impacto das realidades contemporâneas na consistência política e operativa da esquerda consiste, em alguma medida, precisamente em revelar com maior evidência algumas incongruências e fragilidades conceptuais que essa velha esquerda clássica, na verdade, sempre possuiu.

Os valores fundamentais mantêm-se, mas outras áreas do sistema ideológico e a própria metodologia de intervenção política exigem arrojadas reformulações. Mas regeneração e modernização, nas esferas teórica e prática, não são, nem seria admissível que fossem, sinónimo de capitulação de valores ou de deserção de ideias e referências.

Seria impensável que, a pretexto da maturação e da modernização ideológica da esquerda, se procurasse adulterá-la, desvirtuá-la ou esvaziá-la, seja por incompetência política para identificar e ordenar as novas abordagens conceptuais seja por meros oportunismos tácticos ou eleitoralistas.

A velha esquerda assustava-se com a indispensável competência técnica moderna. Mas a nova esquerda, que deve ser tecnicamente competitiva, não pode confundir rigor técnico com tecnocracia, a qual pode ser também tacticamente eficiente mas é geralmente um desastre estratégico e um factor desumanizante e descoordenador das eficiências globais a prazo.

O PS esteve, e está, anos atrasado relativamente a esta reflexão, em parte por falta de imaginação e em parte por insuficiente renovação interna. Simultaneamente, é oportuno notar, com uma conflagradora e incómoda sensação, o facto de, neste momento, aparentemente se ignorar o debate que se tem desenvolvido no seio da esquerda e da centro-esquerda europeias e de não se promover uma reflexão activa no âmbito dos

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

militantes do PS, designada mas não exclusivamente, sobre a corrente da "Nova Esquerda". Aquelle debate e algumas das teses que dele têm florescido contém contributos de enorme interesse, mas não é irrelevante salientar que também outras dessas teses assentam demasiadamente em conceptualizações difusas e frágeis que, perante a dificuldade em gerar, coerentemente, novas estruturas ideológicas e políticas de esquerda moderna, não resistem à tentação algo simplista de eleger "modelos" que, em essência, são uma espécie de "média aritmética" entre as referências da antiga esquerda clássica e as neoliberais, em lugar de produzir um modelo genuinamente novo, imaginativo e consistente.

Estas teses, apesar de claros méritos em domínios específicos, na verdade não adaptam politicamente a esquerda ao novo mundo e aos novos desafios, simplesmente adaptam a prática política às implicações mais imediatistas das novas realidades. O PS não deve assistir passivamente a este debate europeu e internacional nem se deve secundarizar provincianamente a esta ou àquela corrente. O PS, no qual este tipo de debate foi receado e desvalorizado no passado, deverá incorporá-lo agora com criatividade, não com seguidismos, e, acima de tudo, deverá fazê-lo com a lúcida compreensão de que a capacidade teórica e política do Partido transcende o Largo do Rato.

A questão do papel do Estado é, naturalmente, um foco central de reflexão. Ao esclerosado Estado absorvente não deve suceder um Estado que deixe de servir os cidadãos e que se remeta a um simples papel de catalizador para que outros o façam, embora se reconheça que, em alguns casos, tal deva mesmo suceder.

Ao Estado pesado e burocratizado deverá suceder o Estado mais leve e eficiente, não o Estado demitido das responsabilidades que tem para com os cidadãos, em função dos quais existe e opera e cujas necessidades colectivas centrais não pode linearmente defraudar.

A Classe Política e a Sociedade Civil

Por outro lado, seria (convenientemente?...?) ingénua pretender fazer crer que as perversões que frequentemente decorrem da intervenção do Estado são apenas dependentes da sua dimensão, consequentemente inferindo-se, erroneamente, como solução tácita para todos os males a simples redução do seu peso quantitativo.

Mais paquidémico ou mais ligeiro, o Estado continuará a existir e a exercer uma forte influência sobre a vida do país e dos cidadãos. Mas, para além da dimensão do Estado, um ponto de vulnerabilidade muito mais profundo e socialmente muito mais nefasto e perigoso, que é qualitativo, é a forma como o Estado é gerido.

O Estado controla. Mas, afinal, quem controla o Estado e o gere? Naturalmente, a designada "classe" política. E, infelizmente, é na classe política que residem algumas das mais prementes necessidades de mudança.

Seria profundamente injusto, incorrecto e ilegítimo crucificar toda a classe política pelos

erros de uma sua parte. A classe política, como qualquer grupo profissional, social ou corporativo, assenta em cidadãos comuns, que padecem de fraquezas e detêm qualidades. Os erros são humanamente inevitáveis, uns mais compreensíveis que outros, e há que interpretar esse facto com alguma bonomia, independentemente das acções correctivas a tomar, sem dramatismos desproporcionados.

Mas a classe política também não pode, inversamente, desculpabilizar-se ritual e sistematicamente no que se refere a erros e desvios que são absolutamente indesculpáveis e intoleráveis, como são os casos da arrogância, do abuso do poder, do clientelismo, do tráfico de influências, da falta de transparência dos processos de decisão política, da sobrançeria magestática, do nepotismo e do frequente insulto primário à inteligência dos cidadãos. Este tipo de comportamentos, que revela uma insuficiente cultura cívica e política, não se identifica com a maioria dos políticos, mas o número destes que se associa a essas perversões da democracia é, infelizmente, suficientemente elevado para transformar este problema numa questão verdadeiramente sistémica, não apenas aleatória ou pontual.

Os padrões de actuação descritos são conhecidos de todos os cidadãos. É patético que uma parte da classe política sempre recuse admitir estes erros estruturais gravíssimos, fingindo-se ofendida pelas críticas. É natural que os (inúmeros) políticos cujo quadro de comportamento não é esse se sintam incomodados por um clima de suspeição e criticismo generalizado por parte dos cidadãos, mas o acto mais sério que estes políticos poderão assumir é o de reconhecer a validade global dessas críticas e de eles próprios promoverem as correcções ético-políticas necessárias.

Trata-se, de facto, de um problema da cultura política implantada. Mas é, paralelamente, um dos males endémicos mais perniciosos e fluidos da sociedade portuguesa, sendo insustentável que esta situação permaneça sem alteração e sem uma moralização enérgica.

De um modo mais ou menos explícito os cidadãos reconhecem-no. É notória, indesmentível e generalizada a descrença que os portugueses sentem relativamente à política em geral, aos políticos em particular, aos partidos e mesmo às instituições, e tal sucede não por algum obscuro designio conspirativo contra os políticos mas, simplesmente, porque uma parte destes quase sistematicamente veicula uma imagem que em nada valoriza nem prestigia a vida política em geral.

É isto também que tem que mudar, como parte integrante de uma Nova Cultura Política nacional. Assumindo uma postura mais clara e moralizadora da classe política nacional, o PS deverá não só estaria a dar um salto qualitativo na sua imagem cívica e política; estaria também a intervir num domínio de anseios e de razões de mal estar dos cidadãos portugueses, assim ocupando um espaço psicológico e político que é simpático à comunidade e que é potencialmente gerador de um número acrescido de votos que poderia representar o acesso à maioria absoluta.

Simultaneamente, a Nova Cultura Política de

esquerda moderna deverá, inequivocamente, valorizar e dignificar a peça central da democracia que, contrariamente ao que muitos políticos parecem acreditar, não são eles próprios nem sequer os partidos políticos mas que é, isso sim, a Sociedade Civil, a comunidade real, composta colectivamente por todos os cidadãos.

Não se trata de conceitos minúscula e artificialmente restritivos, como os de "independentes", das instituições de solidariedade social, etc. Trata-se, pelo contrário, do universo dos cidadãos (individual e colectivamente, ou mesmo materializado em formas organizadas de intervenção que eles livremente entendam promover e activar). Os partidos políticos constituem uma peça importante da vida democrática, precisamente porque são uma das formas de intervenção colectivamente organizadas por conjuntos de cidadãos, que se constituem em militantes de um projecto referencial e político que crêem poder gerar um valor acrescentado de interesse para a comunidade.

Apesar do âmbito próprio que é justamente cometido aos partidos, estes deverão (e o PS deverá ser disso um exemplo) demonstrar a maturidade e a humildade para compreender que não se situam num plano superior à sociedade civil e que o inverso é verdadeiro. Os partidos emanam da sociedade civil. Não é a sociedade civil que desce dos partidos. Os partidos respondem perante a sociedade civil global que os designa temporariamente, não o inverso. A esquerda moderna, democrática e inteligente exigirá partidos mais maduros, mais humildes e civicamente muito mais esclarecidos.

Os partidos deverão apreender um outro pressuposto básico da democracia que com frequência se ignora, que é o do papel, da legitimidade e dos limites do conceito de maioria. Um partido que, por hipótese, congrega 40% ou 65% dos votos revela um importante apoio (*global e na generalidade*) recebido da comunidade. Mas ao compreensível orgulho (orgulho, não arrogância) em obter tal nível de apoio popular deve juntar-se a humildade e a sensatez de perceber que, naqueles casos tomados como exemplo, 60% e 35% da comunidade, respectivamente, terão discordado das propostas desse partido, e esses frios valores representam imensos cidadãos cuja dignidade em democracia não pode ser esmagada ou desconsiderada, apesar do reconhecimento pragmático de que, em situações de consensualização ou convergência impossível (desde que tentadas...) vence a proposta indirectamente mais suportada pelo voto. Em síntese, qualquer maioria, relativa ou absoluta, confere um grau de legitimidade que, todavia, não é absoluta. Qualquer minoria tem que ser respeitada em democracia, tem que ter o direito de ser ouvida e de participar no que for exequível. A democracia nunca pode ser desvirtuada como ditadura de qualquer maioria. A nova esquerda moderna deverá ser um expoente da democracia e o PS deverá sê-lo em Portugal. Com a certeza de que, simultaneamente, essa postura só conquistará simpatias junto dos cidadãos, que se encontram cansados de anos e anos de conflitualidades ridículas e frequentemente irresponsáveis entre políticos e entre partidos políticos. Esta inflexão importante da

imagem do PS, centrado na sociedade civil muito mais que no egocentrismo de uma parte da classe política, para além de constituir uma mudança fortemente sustentada no plano teórico e político, seria tão inovadora e simpática perante o comum eleitor que poderia também ser mais que suficiente para garantir o ganho da distância que separa a maioria simples da maioria absoluta nas próximas legislativas.

Finalmente, e sem prejuízo de outras questões que não cabem neste documento cuja dimensão é naturalmente limitada, será justificado chamar a atenção para o facto de não ser mais aceitável, nem por uma sociedade civil em amadurecimento num mundo moderno, nem por qualquer esquerda arejada e preparada para o futuro, a tradicional opacidade com que os responsáveis políticos permanentemente escondem da comunidade os pormenores, os fundamentos, os potenciais e os riscos envolvidos nos processos de decisão política, flagrantemente furcando ao conhecimento público, à reflexão *informada* e *esclarecida* dos cidadãos e à opinião expressa destes, matérias que em muitos casos potencialmente implicam consequências (positivas e negativas) que serão impostas posteriormente a esses mesmos portugueses, por vezes ao longo das próximas gerações como é o caso das decisões profundíssimas sobre o processo de construção europeia. Não é própria de uma verdadeira democracia e muito menos o será de qualquer partido de esquerda moderna a eventual tentativa de condicionar a opinião pública ou de seleccionar a informação publicamente disponibilizada, não porque esteja necessariamente em causa a adequação das decisões políticas mas porque é uma inaceitável desconsideração para com a dignidade da democracia e para com a inteligência cívica dos cidadãos e da comunidade.

O PS e a Identidade Nacional

Num virar de milénio em que as fenomenologias nacionais e internacionais atravessam sucessivos patamares de profunda transformação qualitativa a uma velocidade crescente, a globalização, as integrações regionais, os novos riscos globais, a desagregação das esferas convencionais de soberania nacional e os omnipresentes fluxos de informação induzem, gradual mas irreversivelmente, uma transição da visão local para a transnacionalidade das interações quotidianas que afectarão a vida das nações e do cidadão. Neste contexto de interactividade global, a sobrevivência e a competitividade das sociedades, das culturas e das economias exige um sentimento de pertença e de identidade global e uma visão estratégica internacional. O PS deverá liderar a criação de valor acrescentado nacional no domínio pedagógico e político desta sensibilização.

Contudo, paralelamente a um acrescido sentimento de identidade global é fundamental a compreensão de que a inevitável interactividade transnacional entre sociedades colocará em confronto diário interesses distintos entre países que, compreensivelmente, deverão estar aptos a, num contexto de competitividade desprotegida, agressiva e constante, defender os seus

interesses específicos, sendo fundamental que o faça sem deixar diluir descontroladamente vectores básicos de sentimento nacional e de cultura própria. E, para isso, Portugal, como qualquer outro país, necessita não só de modernização económica e política mas também de uma postura cultural e cívica que inclua algo tão imaterial mas também tão crucial como o orgulho nacional, a auto-confiança e a auto-estima, não numa leitura de nacionalismo arcaico e retrógrado mas numa perspectiva moderna, aberta e inteligentemente estratégica.

O cidadão deve ser incentivado a, saudável e equilibradamente, cultivar estes parâmetros que são essenciais para a competitividade de um país num contexto interactivo global, no quadro de uma cultura geral de criatividade, iniciativa, coragem, personalidade e optimismo realista. Em síntese, o PS deverá ser um elemento promotor e catalizador dessa compatibilização

simbiótica entre a pertença global e a identidade nacional.

Todavia, pode, por vezes, ser perigoso incutir no cidadão noções enganadoras ou exageradas de sucesso, pois isso poderá desprotegê-lo e desmobilizá-lo. Entre muitos outros exemplos possíveis deste tipo de erros poderá citar-se o facto de, em Portugal, a (globalmente muito justificada) euforia com a construção europeia e com o desempenho nacional levar a classe política a acreditar, e a fazer acreditar o cidadão, que Portugal faz já parte do 1º escalão dos países europeus, exagerando o (claramente positivo) significado de o nosso país ter preenchido os critérios de convergência para o Euro (de 15 países só 1 não o conseguiu). Apesar de todos os enormes avanços nacionais, esse sentimento é parcialmente vulnerável. Parece, por vezes, não se compreender que, apesar de reconhecido e elogiado pelos seus progressos, Portugal só será visto, na cena

europeia, como um país de primeira linha quando, por exemplo, conseguir projectar uma imagem que não seja de parente pobre, e quando, um dia, já não necessitar de mendigar constantes fundos estruturais. Valorizar estas mudanças sensatas e equilibradas na focalização e na valorização da identidade nacional num contexto de pertença global, numa nação que se sente algo insegura e confusa ao presenciar a diluição de soberania nacional, poderá também, curiosamente, constituir um elemento refrescante no discurso político nacional e do PS, que, coincidentemente, poderá consubstanciar mais um elemento eleitoral que certamente representará um número adicional de eleitores para uma desejada maioria absoluta.

...

Estarão os dirigentes do PS dispostos a aceitar, neste momento, uma renovação criadora, politicamente fundamentada e eleitoralmente cativadora, do tipo de intervenção política convencional no nosso país,

compreendendo e corporizando muitos dos anseios latentes dos cidadãos portugueses que hoje nenhum partido convenientemente acolhe, mesmo que isso signifique introduzir uma profunda imaginação no discurso político, valorizar muito mais a sociedade civil (do país e do partido) e começar a corrigir os vícios corporativos de uma parte da classe política ?

Os objectivos sugeridos envolvem claros avanços de modernidade no discurso político. E poderão, simultaneamente, representar um ganho adicional se empatia junto da sociedade civil e dos eleitores que, em última análise, poderá ser relevante para viabilizar a transição da distância entre a maioria relativa e a maioria absoluta nas próximas legislativas.

...

31.12.98

Pedro Jordão, Secção de Aveiro, nº 142076

MOÇÃO SECTORIAL

VENCER O DESAFIO DO AMBIENTE

«Requalificar o ambiente urbano, promover o património e recursos naturais em defesa do Ecossistema Portugal»

I - Introdução

A actuação do XIII Governo Constitucional demonstrou que o Partido Socialista foi capaz de implementar uma política de ambiente coerente, fundamentando com acções, as teses do desenvolvimento sustentável, marcando uma ruptura com um passado casuístico e oportunista, no qual se demoliam barracas ilegais mas, ao mesmo tempo, auto-estradas «legais» rasgavam de forma selvática alguns dos bens mais preciosos do património natural de Portugal.

Herdando um país sujo e degradado, com níveis de atendimento em matéria de saneamento básico e abastecimento de água abaixo de qualquer país da Europa, e num processo de progressiva estagnação e degradação dos valores do património natural, urge inverter a situação.

Ao terminar este mandato, o PS deixa um país substancialmente mais limpo, no qual foram encerradas mais de 300 lixeiras e substituídas por aterros controlados; os níveis de abastecimento e saneamento básico aproximam-se da média europeia. Por outro lado, lançaram-se as bases de uma nova política de conservação da natureza e salvaguarda do património natural, permitindo que Portugal estivesse também no núcleo duro da rede europeia da conservação da natureza - a Rede Natura 2000 -, ao mesmo tempo que se lançavam programas específicos para a melhoria dos níveis de vida das populações, dentro dos parques naturais. Determinante pode ainda considerar-se o acordo ibérico sobre os rios internacionais, para o qual contribuiu também a firme vontade do governo em avançar com a criação dos parques naturais desses rios internacionais. Mas é fundamental referir que se grande

parte destes avanços foi possível eles devem-se em grande medida a uma nova filosofia de articulação interdepartamental, ao invés da atitude de contra-poder como foi encarado o ambiente pelos anteriores governos. Conjugaram-se assim acções entre obras públicas, economia, emprego, educação e ambiente, permitindo um desenvolvimento com respeito pelo património natural e alicerçado numa política de divulgação, formação e sensibilização consistente.

II - O desafio do futuro

As bases da política de ambiente lançadas para o Sec.XXI, devem consubstanciar-se numa política que encare o ambiente como um factor positivo e inovador de desenvolvimento económico e social, ao invés de um entrave a políticas sectoriais, permitindo aliar o bem-estar das populações e salvaguarda do património natural, ao emergir de novos vectores de actividade económica geradores de *novo emprego*.

1.- Requalificar o Ambiente Urbano

O divórcio acumulado de décadas entre os cidadãos e o meio ambiente urbano onde vive a maioria da população, deve constituir a maior preocupação de um futuro governo do PS em matéria de ambiente. Deve assim assumir-se como prioridade no quadro 2000-2006, numa acção articulada entre Planeamento, Economia/Indústria e o Ambiente, a requalificação ambiental das indústrias portuguesas, bem como um esforço para a sua realocação adequada em parques industriais infraestruturados, segundo as melhores tecnologias ambientais, para os quais serão encaminhadas as novas indústrias.

A requalificação do ambiente urbano das cidades passa também pelo reforço nos

sectores de águas e resíduos, devendo ser criadas as condições de sustentação de um verdadeiro sistema empresarial do Ambiente, assegurando o Estado os instrumentos de fiscalização, regulamentação e regulação destes mercados. O investimento nestes dois sectores deve reger-se pela melhoria objectiva da qualidade de vida dos portugueses. A criação de *holdings* sectoriais com intervenção do Estado, mas segundo o primado da iniciativa privada bem como da esfera municipal, deve ser um factor decisivo de eficácia e funcionalidade e, a par das tecnologias de requalificação ambiental, a mola dinamizadora de um novo mercado de «emprego verde».

O conceito de cidadania e ambiente enquadra-se fortemente numa política de reforço do sistema nacional de protecção de pessoas e bens, reforçando os meios de informação, previsão e fiscalização do Ministério do Ambiente e a sua coordenação com os Serviços de Protecção Civil. Por outro lado, considera-se determinante a integração da política de ordenamento do território numa perspectiva ambiental, visando a atenuação de desequilíbrios demográficos e numa óptica de prevenção de situações de risco ambiental, dentro dos quais o ordenamento do litoral deve oferecer carácter prioritário e específico.

2.- Promover o Património e Recursos Naturais

A política de Conservação da Natureza deve assentar em três conceitos fundamentais: em primeiro lugar o da compatibilidade entre Homem e Natureza, rejeitando todas as noções extremistas segundo as quais a Conservação da Natureza se faz melhor na ausência do ser humano; em segundo lugar, defende-se que a Conser-

vação da Natureza é extensível a todo o território nacional, sustentando-se a criação de uma *Rede Fundamental da Conservação da Natureza* que, de facto, contribua para a preservação do «Ecossistema Portugal»; por fim o princípio da utilização sustentável dos recursos naturais, como forma de promover o bem estar das populações.

Assim, a par de um esforço redobrado no conhecimento científico, divulgação e sensibilização com programas específicos seguindo o primado «conhecer para preservar», defende-se o lançamento de «programas integrados de desenvolvimento sustentável» em Áreas Protegidas que, no quadro 2000-2006, assumam carácter prioritário visando a melhoria da qualidade de vida das populações e o inverter de uma tendência de desertificação humana gravosa. Torna-se fundamental uma gestão global e integrada dos recursos naturais, incluindo a caça a pesca, as florestas bem como a regulação e promoção adequada e específica da oferta de bens e serviços, nomeadamente Turismo de Natureza e Produtos Agroambientais, visando a criação de novo emprego e mais valias para essas áreas, colocando a *máxima prioridade nas regiões do interior do país*.

Encarar o património natural como um símbolo de identidade nacional e gerir os recursos naturais de uma forma sustentável, garantindo uma partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos mesmos, deve constituir a *nossa via de política ambiental*, defendida pelo Partido Socialista.

SUBSCRITOR: **José Guerreiro**

MILTANTE Nº 223686

SECÇÃO/FEDERAÇÃO: Ambiente e Qualidade de Vida/FAUL

POR UMA POLÍTICA DE CIDADES EM PORTUGAL

Por uma Política de Cidades

Há trinta anos, dois em cada três portugueses vivem em meio rural. Hoje, com essa relação invertida, Portugal passou, nas últimas décadas e em ritmo sem equivalência nos países europeus, de um modo de vida predominantemente rural para um modo de vida de predominantemente urbano. No entanto, esta acelerada urbanização da sociedade portuguesa, processada de forma descontrolada e desordenada, tem-se caracterizado – através da depredação dos solos, recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais – pela predominância do urbano sobre a urbanidade, a segregação sobre a acessibilidade. Em suma: pela predominância da periferia sobre a cidade.

A cidade sempre foi lugar de liberdade, criatividade e progresso. Para que assim continue a ser, as cidades têm de ser capazes de receber e integrar, desenvolvendo sentimentos de pertença e orgulhos de cidadania, e garantindo bem estar social alicerçado na segurança, na integração social, no desenvolvimento do emprego e no acesso diversificado a bens culturais e económicos.

Se é principalmente na acentuação das desigualdades que se fundamenta a exclusão social, é também por falta de urbanidade e pela inexistência de políticas adequadas na habitação e transportes – sectores decisivos no ordenamento do território – que os fenómenos negativos da vida urbana se acentuam.

As políticas de habitação – nomeadamente o realojamento social com a tendência ao gueto marginal e marginalizado –, a prioridade dada ao automóvel em termos de ordenamento do território e em detrimento de uma política de transportes colectivos – nomeadamente do caminho de ferro –, têm contribuído, de forma decisiva, para a degradação da vida e da vivência nas cidades.

O ordenamento do território e as políticas urbanas, com absoluta prioridade à reabilitação e reutilização da cidade existente, enquanto formas de excelência alternativas a novas expansões urbanas, são imperativos nacionais e urgentes que devem ser consagrados numa política de cidades capaz de privilegiar o seu desenvolvimento sustentável, capaz de dar conteúdo ao imperativo urbano de construir espaços relacionando as individualidades, capaz, como compete a um Estado democrático, de intervir para dar coesão à fragmentação social e territorial que o mercantilismo fomenta.

Urbanidade e cidadania estão históricas, etimológicas e culturalmente ligados à cidade. A essência da Democracia também. E é, ou pode ser, a própria Democracia e a cidadania que estarão em causa se não soubermos criar as políticas necessárias que respondam de forma eficaz às causas dos graves problemas civilizacionais contemporâneos: desemprego, exclusão e

segregação sociais, solidão, pobreza, poluição, insegurança e degradação.

Se não há outro horizonte de cidade que não seja ela própria, também não existe alternativa da civilização democrática para a cidade. Será sempre a cidade que continuará a polarizar a inovação, a criatividade, a cultura e o progresso social. E será ainda ela que permitirá a reinvenção de uma acção política democrática em favor de uma maior igualdade de cidadania.

Ultrapassamos o limiar entre civilização rural e civilização urbana. Com o alastrar da urbanização e dos valores urbanos, surge – para Portugal e para a Humanidade e como desafio maior para o novo milénio – a necessidade de tornar habitáveis, humanas, seguras e competitivas as cidades e as áreas metropolitanas.

Ter um pensamento sobre as cidades, as suas vantagens e problemas; dispor de uma estratégia para a sua competitividade, para a coesão social e para a sustentabilidade ambiental do nosso sistema urbano; implementar as políticas que tornem as nossas cidades mais belas, mais sociáveis e com melhor funcionalidade é um dos maiores desafios que se colocam hoje à sociedade portuguesa e, particularmente, por responsabilidades acrescidas, ao Partido Socialista.

Se o realizado até agora pelo Governo do PS – como o reforço dos apoios à investigação das problemáticas urbanas, a generalização de debates ou a nova Lei de Bases do Ordenamento do Território – é de saudar, é, mais do que nunca, tempo de passar a uma decidida política urbana, de reabilitação dos centros históricos e do património, de qualificação das periferias, de valorização ambiental e (re)ordenamento do território, a uma política de acessibilidades e mobilidade.

São quatro os eixos estratégicos fundamentais para o lançamento de uma política de cidades em Portugal.

- Reforma da administração das cidades
- Uma cidade mais justa e solidária
- Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos
- Um ordenamento sustentável do território

A. Reforma da administração das cidades

A gestão das cidades não é mais um domínio exclusivo dos órgãos autárquicos e da administração. As opções estratégicas, a concepção e implementação das políticas urbanas, têm de ser partilhadas e contratualizadas, aos mais diversos níveis, com os cidadãos e os actores urbanos, suas associações e organizações. Assim sendo, as reformas a realizar passarão por três níveis fundamentais:

- Um novo papel para os cidadãos e actores urbanos, através da partilha e da contratualização consubstanciados na

«Carta dos direitos urbanos» e no «Contrato de Cidade»;

- descentralização, reorganização e transparência da administração, através de reformas administrativas que adequem os instrumentos de decisão às necessidades de intervenção e participação activas, dinâmicas e eficazes;

- integração e territorialização das políticas sectoriais de natureza urbana através da criação de meios de coordenação de nível autárquico – Vereadores por áreas geográficas – ou nacional – coordenação ministerial.

B. Uma cidade mais justa e solidária

A cidade não pode cumprir a sua missão de desenvolvimento da cidadania se continuar a admitir no seu interior a proliferação de factores de exclusão como o desemprego, o emprego marginal ou o emprego precário; a precariedade salarial; a falta de habitação ou a sua má qualidade; os transportes colectivos que nos gastam na lentidão, no desconforto e no desajustamento às nossas necessidades. O emprego e a empregabilidade, através do reforço e abertura de novos serviços urbanos – animação e cultura urbanas, desporto e tempos livres, apoios sociais – devem constituir uma das prioridades das políticas urbanas, enquanto factores de realização humana e cidadã, e de prevenção da segregação sócio-económica. As políticas de emprego, de habitação, de acessibilidades, de formação profissional têm de ser revalorizadas, a par da componente económica, nas suas dimensões sociais e humanas como garantia para a integração multirracial e cultural e enquanto prevenção dos fenómenos de exclusão e segregação, como contributo indispensável para o renascimento da urbanidade e o reforço da competitividade das cidades.

C. Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos

A requalificação urbana é um dos maiores desafios políticos da actualidade. A qualidade urbanística, arquitectónica e construtiva das cidades; a funcionalidade e acessibilidade das estruturas e serviços urbanos; o conforto e salubridade ambientais são condições imprescindíveis da melhoria das condições de vida, da humanização, atracção e competitividade das cidades. A expansão periférica dos aglomerados urbanos e metropolitanos (tão avassaladora como as enchentes de rios sem margens) consumidora de solo e recursos naturais, onerosa em infra-estruturas e, na maioria das vezes, desprovida de equipamentos e condições de vivência, tornaram, de forma muito injusta, o meio urbano de uma excessiva dureza para as populações carenciadas. Reverso das inegáveis vantagens do auto-

móvel – o conforto, a mobilidade, a disponibilidade e rapidez que lhe estão associadas – o território urbano trocou o espaço livre pela fronteira do traçado rodoviário, monofuncionalizou-se, cresceu apoiado na espiral especulativa, tornou-se menos generoso nas suas praças, jardins e ruas, desvalorizou a sua estética e ambiente, e deixou a sua qualidade de vida mais pobre. Degradou-se... e com ele a vida dos que o habitam.

São, como se percebe, essenciais e urgentes acções políticas que fomentem – contribuindo para a melhoria da atractividade e competitividade das cidades – intervenções que tornem o espaço público urbano num superior valor estético e ambiental, que possibilitem o acesso generalizado a habitações dignas e articuladamente inseridas no tecido urbano, que aumentem e qualifiquem os espaços verdes urbanos, que controlem e reduzam a poluição que, enfim, possibilitem transportes colectivos mais confortáveis, mais rápidos e mais fiáveis.

D. Um ordenamento sustentável do território

A cidade e a sua vivência assentam na concentração de bens e serviços. A sua sustentabilidade não é portanto compatível com a sua expansão desmesurada, desarticulada e discricionária. Ou com a descontinuidade do seu território. O espaço rural também não pode ser visto nem tratado como uma permanente reserva de território urbano de uso arbitrário.

É assim necessário – enquanto vertentes fundamentais das políticas urbanas e de ordenamento do território – dispor de instrumentos capazes de planear e gerir estrategicamente; à expansão construtiva, impôr a reutilização e reabilitação da cidade existente; bem como o reequilíbrio do sistema urbano e da rede de cidades nacionais; e a valorização humana, produtiva, social e ambiental do espaço rural enquanto parte de um todo que se pretende, embora equilibrado, dinâmico.

Um dos instrumentos fundamentais de uma nova política de cidades diz respeito à política de solos. A falta de adequada legislação tem permitido a apropriação privada das mais-valias proporcionadas pelo investimento público, provocando especulações que retiram, a largos estratos da população, a possibilidade de acesso à habitação em condições de centralidade. Só uma legislação que – sem pôr em causa os direitos da propriedade fundiária – estabeleça critérios assentes na função social da propriedade e salvaguarde o interesse público e o progresso económico e social de forma generalizada, pode garantir a qualificação territorial e a igualdade social no acesso à habitação e aos serviços e bens urbanos.

Como factor de qualidade de vida urbana, como garantia de criação de parâmetros de urbanidade, é preciso que a política de

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

habitação, simultaneamente com o realojamento difuso, fomenta a diversidade urbanística e arquitectónica, que relance o mercado de arrendamento e o apoio ao sector cooperativo como forma de erradicação – em paralelo com as políticas de habitação social municipais – dos aglomerados de barracas e dos alojamentos precários.

O Partido Socialista, detendo a presidência da maioria das câmaras municipais de cidades portuguesas, deverá ter nas políticas urbanas uma distinção de marca no quadro partidário português. Uma política de cidades não pode reger-se apenas por soluções imediatistas, isoladas e geograficamente localizadas. Para que as cidades melhorem a sua qualidade de vida, a do seus cidadãos – habitantes ou utentes –, é necessário estabelecer políticas e estratégias que possibilitem o uso do território de uma forma alargada e equitativa.

As diferentes e desarticuladas formas de intervenção no tecido urbano do território exigem, cada vez mais, a sua coordenação. A importância – para o desenvolvimento e consolidação da Democracia e para o desenvolvimento económico e social do país – das Cidades, dos seus territórios, da sua qualidade de vida e das suas relações sociais e económicas, tornam-na absolutamente necessária.

A competência pertence ao Governo e deve estar alicerçada num seu Ministério: o das Cidades.

Agenda para uma Política de Cidades em Portugal

I. Fixação de Objectivos claros e ambiciosos para uma política de cidades;

II. uma definição de estratégias adequada às situações diferenciadas do sistema urbano e das condições cidadinas;

III uma organização e promoção de instrumentos legais técnicos e financeiros para a realização eficaz das políticas;

IV as reformas institucionais que garantam a implementação eficaz da nova política urbana e um governo mais transparente e participado das cidades.

Objectivos fundamentais de uma Política de Cidades em Portugal

- 1) Tornar a cidade mais eficiente, justa e solidária;
- 2) recriar os espaços e as condições da cidadania e do encontro, de debate e participação nos projectos da vida colectiva e nas decisões de governo das cidades;
- 3) Criar emprego, designadamente em novas áreas e sectores dos serviços urbanos e de apoio social às Comunidades;
- 4) tornar o sistema urbano nacional equilibrado, mais equitativo no acesso aos serviços e equipamentos e mais competitivo;
- 5) garantir a sustentabilidade e a qualidade ambiental das áreas e actividades urbanas;
- 6) promover o adequado equilíbrio das complementaridades urbano-rurais;
- 7) promover a articulação das políticas e intervenções que incidem sobre as cidades, tradicionalmente pulverizadas e descoordenadas, quer sejam municipais, nacionais ou comunitárias;
- 8) promover a compatibilização das intervenções das administrações públicas, tradicionalmente segmentadas e, não raras vezes, em conflito de tutelas.

A. Reforma da administração das cidades

A.1. descentralização para os municípios e freguesias das competências e meios que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, as autarquias locais estão em condições de desempenhar;

A.2. reorganização geográfica e funcional da administração desconcentrada do Estado, reforçando a sua coordenação numa base territorial;

A.3. aprofundamento da democracia e da

transparência ao nível da constituição e funcionamento dos órgãos autárquicos.

A.4. «Carta dos direitos urbanos», garantindo direitos e deveres de participação aos cidadãos e actores urbanos nas decisões e gestão das cidades;

A.5. novos poderes e dignificação para as assembleias municipais e de freguesia;

A.6. aperfeiçoamento do «Contrato de cidade» como instrumento de contratualização estratégica e partilhada - autarquias, agentes privados, cooperativos e associativos;

A.7. criação de novos níveis (intermédios) de administração nas grandes cidades, particularmente de Lisboa e Porto;

A.8. propiciar e encorajar o vereador com competências de âmbito geográfico, em vez da divisão sectorial;

A.9. reorganização administrativa das freguesias.

B. Uma cidade mais justa e solidária

B.1. impulsionamento do mercado social do emprego nos serviços e equipamentos urbanos;

B.2. profunda alteração da política de realojamento, com prioridade à diversidade de soluções urbanísticas, arquitectónicas e institucionais, designadamente de um novo papel para as cooperativas de habitação e o realojamento nas zonas urbanas consolidadas;

B.3. apoio ao multiculturalismo e miscigenação social urbana como garantia da vitalidade urbana e prevenção da marginalidade.

B.4. Construção de «Centros Cívicos» nos subúrbios e apoio a escolas e equipamentos juvenis em zonas de maior dificuldade de inserção social e urbanística.

C. Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos

C.1. apoio financeiro a organização dos sistemas de transportes públicos urbanos de

qualidade;

C.2. constituição de autoridades metropolitanas de transporte nas áreas de Lisboa e Porto;

C.3. programa de modernização do caminho de ferro, a nível nacional e suburbano, bem dos sistemas de Metropolitanos ligeiros e eléctricos rápidos;

C.4. medição e controlos efectivos da poluição sonora e atmosférica nas cidades;

C.5. património e equipamentos;

C.6. animação e cultura urbanas

D. Um ordenamento sustentável do território

D.1. Lei de solos que distinga, claramente, entre direito de propriedade e direito de urbanizar e adopte os mecanismos do «solo programado»;

D.2. regulamentação da Lei de Bases do Ordenamento do Território;

D.3. apoio prioritário a programas de reabilitação urbanística e social dos centros históricos e das periferias urbanas;

D.4. nova Lei do Ordenamento urbano;

D.5. valorização das áreas rurais (actividades agro-pecuárias - florestais, património, artesanato, turismo);

D.6. apoio à estruturação e complementaridade urbanas (redes e eixos de cidade);

D.7. nova regulamentação de edificabilidade urbana.

António Fonseca Ferreira (Delegado Secção do Lumiar)

José António Reis Borges (Delegado Secção do Lumiar)

António Pacheco de Almeida (Delegado Secção do Lumiar)

Júlio Dias (Delegado Secção de Almirante Reis)

Fernando Gameiro (Delegado Secção do Lumiar)

Nota: Esta Moção teve o contributo do João Paulo Bessa

MOÇÃO SECTORIAL

SEMEAR PARA DESENVOLVER

1 - Semear para Desenvolver. Ao nível Doméstico.

A agricultura portuguesa, à semelhança da europeia, tem vindo a perder peso nos contextos social e económico.

No plano social emprega, em média anual entre 1992 e 1996, 11% da população activa empregada no Continente, colocando-se em último lugar quando confrontada com os sectores secundário e terciário.

Na óptica económica, e em 1995, o valor acrescentado bruto agrícola no produto interno bruto representou apenas 2% do mesmo, situando-se ligeiramente acima da média da União Europeia a 15.

O rendimento dos agricultores, por sua vez, teve uma evolução favorável entre 1994 e 1996 e desfavorável nos anos 1992, 1993, 1997 e 1998.

Analisando o produto agrícola por ramos

de actividade, entre 1992 e 1996, torna-se possível concluir que as indústrias agro-alimentares se destacam claramente dos ramos silvo-industrial e do agrícola, que assumem um peso semelhante.

No que toca ao comércio externo a agricultura e as indústrias agro-alimentares são deficitárias face às necessidades de consumo dos portugueses. Já o ramo silvo-industrial continua a sustentar um saldo superavitário.

Desde 1986 e da aplicação das ajudas de pré-adesão, os investimentos e subsídios públicos e comunitários, na agricultura portuguesa já ultrapassaram o bilião de contos.

Mau grado esse acréscimo dos fluxos financeiros a fundo perdido, para além do crédito bonificado e das isenções fiscais - temos uma agricultura altamente subsidiada - não se pode afirmar, antes pelo con-

trário, que a agricultura portuguesa tenha melhorado o seu perfil de especialização, a sua competitividade e a segurança alimentar dos seus produtos.

Há, contudo, condições edafoclimáticas e outras susceptíveis de melhorar essas performances ao nível de, designadamente, tomate, vinho, lacticínios, frutas, hortícolas e floresta de uso múltiplo. É ainda necessário apostar no regadio e no melhor aproveitamento da água, nos produtos de qualidade, na multifuncionalidade agro-rural, nos produtos eco-agrícolas e eco-rurais, na melhoria do valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais através da sua industrialização, na floricultura, na produção agro-pecuária extensiva, na agricultura biológica, na melhoria dos circuitos de comercialização e de armazenagem e, também, na melhoria da qualidade e da segu-

rança alimentar.

Um pouco por todo o País, e sobretudo nas regiões periféricas ou desfavorecidas, importa também proceder à construção de alianças e cooperações alargadas e integradas, assentes numa estratégia de longo prazo de diversificação da base económica, integrando os três sectores da economia, em que seja dado papel de relevo à qualificação das pessoas e actores regionais e locais, as quais terão que assentar no fomento de uma cultura inovadora e criativa, ainda que com efeitos a médio e longo prazo.

Ainda no que respeita à agricultura e ao desenvolvimento agro-rural, consideramos que, por um lado, sejam concebidos programas nacionais de expansão sustentada dos subsistemas mais dinâmicos e competitivos e, por outro, desenhados criativamente programas que apoiem conjuntamente

as outras agriculturas e as outras actividades que a montante e a jusante lhe estão associadas.

Julgamos também que é pertinente desenvolver acções de sensibilização conducentes à adesão às inovações pelos actores agrícolas e rurais e, muito especialmente, de mais e novos jovens agricultores.

2. Semear com harmonia e alargamento.

A política agrícola portuguesa decorre da mais antiga e organizada política agrícola europeia: a política agrícola comum (PAC). Os seus princípios assentam na unidade dos mercados, na preferência comunitária e na solidariedade financeira.

A sobreprodução agrícola europeia, observada no início dos anos 80, ao implicar excedentes estruturais dispendiosos, e a pressão do GATT conduziram à reforma da PAC em Junho de 1992. Esta reforma visou, entre outros objectivos, aproximar progressivamente os preços europeus dos preços mundiais, proteger o ambiente, substituir o apoio aos preços pela ajuda directa ao rendimento e inserir a agricultura europeia no mercado mundial.

O suporte financeiro da P.A.C. é o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA. Os seus recursos representam cerca de 50% do orçamento Comunitário e em 1984 essa percentagem atingia 70%.

A política que sustenta a PAC está desactualizada. Favorece os agricultores do Norte e do Centro da União Europeia, protege, sobretudo, os ramos agrícolas dos cereais, dos bovinos e dos lactíneos e está elaborada para sustentar uma escassa minoria de agricultores.

É tremendamente injusto que 20% dos agricultores da União Europeia (U E) abocanhem 80% dos recursos do FEOGA. O alargamento da União Europeia aos PECO's e ao Chipre, a intenção da manutenção do limite máximo dos recursos próprios da U.E. em 1,27% do P.I.B. comunitário e em 0,46% a dotação dos fundos estruturais, a reforma dos fundos estruturais e a

nova ronda de negociações da Organização Mundial do comércio produzirão, inevitavelmente, novos contornos à reforma em curso da PAC, cuja conclusão se prevê que ocorra no decurso da presidência alemã, provavelmente em Março de 1999.

A reforma da PAC, ao nível da Comissão, encontra-se numa fase regulamentadora, quer no seu todo, quer ao nível das Organizações Comuns de Mercado, das políticas estruturais e do FEOGA.

Esta revisão da PAC encaixa na Agenda 2000 que engloba também a reforma dos fundos estruturais, o alargamento da União Europeia e alterações às regiões objectivo. A Comissão da União Europeia apresentou ao Conselho Europeu de Madrid, em Dezembro de 1995, um conjunto de propostas tendentes à reforma da P.A.C.. Dessas propostas e posteriores desenvolvimentos, destacamos:

1 - Melhorar a competitividade da agricultura no mercado interno e externo, através da redução dos preços, da melhoria da qualidade e da segurança dos géneros alimentícios;

2 - Criação de fontes de rendimento e oportunidades de empregos complementares ou alternativos para os agricultores e suas famílias, introduzindo uma maior multifuncionalidade nas zonas rurais;

3 - Aprofundar e alargar a reforma de 1992, substituindo de forma crescente as medidas de apoio aos preços por ajudas directas ao rendimento e acompanhando esse processo por uma política rural coerente;

4 - Reforço das competências do FEOGA-garantia, dando-lhe novas atribuições na área das regiões desfavorecidas, da melhoria da produção e da comercialização, do desenvolvimento rural, isto é, ao nível da futura região do objectivo 2, caracterizada por dificuldades estruturais (rurais, industriais, urbanas, etc);

5 - Redução, de acordo com as conclusões do Uruguay Round, dos direitos niveladores e das restituições às exportações, e, redução gradual dos preços de intervenção e redução ou extinção da armazenagem pública;

6 - Reformar os apoios aos principais produtos mediterrâneos (tabaco, azeite, vinho, frutas e produtos hortícolas);

7 - Fixação de um limite máximo específico, por exploração, para todas as ajudas directas ao rendimento e a modulação das ajudas;

8 - Reforçar as medidas de acompanhamento ligadas à política rural:

- Regime agroambiental, melhorando este e apoiando o desenvolvimento da agricultura biológica;

- Florestação, fomentando a floresta de uso múltiplo e a defesa do ambiente;

- Pré-reforma e consequente rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola.

Estas propostas da Comissão, apesar do seu aparente amplo espectro, em pouco alteram, como veremos, o essencial da Política Agrícola Comum (PAC), conservando o velho modelo da redistribuição social, sectorial e regional dos dinheiros do FEOGA, penalizando os consumidores e os contribuintes fiscais da União Europeia e continuando a favorecer, fortemente, uma escassa minoria de grandes e ricos empresários agrícolas europeus.

Qualquer que seja o modelo de revisão da PAC que venha a obter vencimento em Bruxelas, há alguns aspectos que importa reter e enunciar:

- É imoral que o sector agrícola, que ocupa 4% da população activa empregada na União Europeia, receba 50% (cinquenta por cento) do orçamento comunitário;

- É insustentável que os cereais, as oleaginosas, os bovinos e o leite absorvam 67% das despesas da PAC, 72% das ajudas directas ao rendimento e não representem mais de 41% da produção agrícola da U.E.;

- É (política, social e eticamente) injusto que 20% dos agricultores da U E embolssem 80% (oitenta por cento) do orçamento da PAC.

Propomos, por tudo o que ficou expresso, e em síntese, a degressividade e progressiva

eliminação das ajudas financeiras às zonas favorecidas.

As ajudas comunitárias deverão encaminhar-se, exclusivamente, para as regiões desfavorecidas, plafonando-as por exploração até um limite máximo global e modulando-as, também por exploração, de acordo com a mão de obra empregada e a defesa do ambiente, e tendo sempre presente como pressuposto que estas propostas deverão ser negociadas no quadro multilateral da Organização Mundial do Comércio.

Importa ainda salientar que a política de qualidade, de segurança dos alimentos, o respeito pelo ambiente, a biodiversidade e a saúde e o bem estar dos animais devem ser colocados no centro de toda a política de mercado da PAC, e não serem ultrapassados pelos interesses comerciais e economicistas, como vem sendo prática na Comunidade Europeia.

3. O P. S. O poder. Os militantes.

Por último, o P.S. e os seus militantes não devem continuar colocados à margem do desenvolvimento e do poder, antes devendo ser discriminados pela positiva, tornando-se elementos activos e de confiança técnica e política e susceptíveis de se inserirem nos movimentos sociais e na constituição de secções e de federações sectoriais, gabinetes de estudo e departamentos integradores de novos militantes e participantes na vida do partido e da sociedade.

É urgente semear para unir.

Secção do Ministério da Agricultura, em 21 de Janeiro de 1999.

Subscritores
João Morais
J. Machoqueira
Matilde Alves
Manuel Teixeira
F. Gonçalves Nú
Xavier Fernandes
Oscar Xavier

MOÇÃO SECTORIAL

AO ENCONTRO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Política para a emigração

As Comunidades Portuguesas, representadas por mais de quatro milhões e meio de portugueses e luso-descendentes, assumem-se hoje como *a fatia da população portuguesa com a maior capacidade de produção de riqueza*, traduzida nas remessas que regularmente enviam para o nosso país, superiores aos fundos comunitários que Portugal recebe da União Europeia e muito acima das receitas provenientes do turismo. Por outro lado, o relevante contributo das nossas comunidades no estrangeiro, já não é de natureza exclusivamente económica, mas alarga-se, igualmente, às esferas política, social e cultural, o que muitas vezes se

esquece.

A emancipação e integração das comunidades portuguesas, permite-lhes desempenhar hoje o papel necessário para potenciar a língua e a cultura portuguesas, o comércio externo e a importância de Portugal nos países de acolhimento.

Hoje, ninguém se atreve a dizer que as comunidades portuguesas não constituem uma vertente estratégica da política externa portuguesa. Ou elas não estejam em países de grande importância geoestratégica para Portugal ao mesmo tempo que são potenciais mercados-alvo. É nesta perspectiva que temos que entender as comunidades portuguesas e equacionar as grandes linhas de força da orientação das políticas

do Partido Socialista para a emigração. Voltadas largos anos ao ostracismo pelos sucessivos governos do PSD, as comunidades portuguesas começam agora a reencontrar a sua identidade e a sua capacidade de afirmação, fruto das acções e medidas concretas do actual Governo socialista.

O Governo soube considerar expressamente uma política relativa as comunidades portuguesas dispersas pelo mundo, sendo isso um sinal expressivo da mudança que se começa a introduzir, reflexo da mudança que de resto está a levar a efeito em todas as estruturas da sociedade portuguesa.

A intervenção do Governo fez-se já sentir em algumas áreas prioritárias de acção, pelo

que as comunidades portuguesas começam lentamente a ganhar a necessária visibilidade e que há muito reivindicavam. A defesa e a expansão da cultura e língua portuguesas é hoje alvo da preocupação de quem tem o poder de decidir.

Contrariando a anterior filosofia, que transformou o Instituto Camões numa instituição própria, o IC tem hoje um programa próprio, sustentado, nos mais diversos domínios, aberto para o exterior e a funcionar em articulação com os Ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência e Tecnologia, bem como com a Comissão dos Descobrimentos.

O ensino português no estrangeiro começa a ser alvo de ligeiras melhorias, quer a nível

das coordenações, quer no âmbito da transparência que o Governo trouxe ao processo de contratação do corpo docente no estrangeiro, com a instauração de um novo regime jurídico para estes docentes. No entanto, algumas deficiências continuam a prevalecer numa área de grande sensibilidade para as comunidades portuguesas. Acredita-se e deseja-se que o projecto de reestruturação do sistema vá continuar, não faltando a coragem para avançar a reforma de uma área que os Governos anteriores nunca ousaram beliscar.

A informação dirigida às comunidades portuguesas tem vindo a aumentar substancialmente, com o projecto da RTP-internacional a consolidar-se e o nascimento de outro, não menos ambicioso, a RTP-África. Mas quantidade não significa qualidade, pelo que se impõe um maior esforço nesse sentido.

As pesadas estruturas consulares, descaracterizadas e disfuncionais, com que os emigrantes portugueses esbarrravam continuamente, são agora portadoras, na sua maioria, da desejada imagem de modernidade. Sendo o veículo prioritário de execução das acções do Estado junto das comunidades portuguesas, os Consulados estão a ser dotados dos meios necessários para responderem aos desafios que representam as nossas comunidades no exterior. Resta dar continuidade à reestruturação iniciada, esperando-se que a mesma se traduza numa maior dinâmica e eficácia da rede consular portuguesa em prol das nossas comunidades no estrangeiro.

É de reconhecer o esforço feito na simplificação dos procedimentos da emissão de alguns documentos e a desburocratização de alguns serviços administrativos. Os emigrantes têm históricas razões de queixa relativamente ao funcionamento da Conservatória dos Registos Centrais. São conhecidas as histórias de actos de registo requeridos nos Consulados que esperaram, nalguns casos, vinte anos e mais para serem processados naquela repartição. Por isso mesmo se aplaude o esforço feito na simplificação dos procedimentos da emissão de alguns documentos e a desburocratização de alguns serviços na área do registo e do notariado. Os registos de nascimento e de casamento dos portugueses no estrangeiro processam-se hoje dentro dos prazos estipulados regulamentamente.

Do mesmo não nos podemos regozijar relativamente ao que se passa na instrução dos processos de atribuição ou aquisição da nacionalidade portuguesa. A reforma do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa operada pelo DL 37/97, de 31 de Janeiro foi, seguramente, feita com boas intenções. Mas a verdade é que não permitiu obter os resultados esperados. O sistema imposto para instrução dos processos tornou-se em coisa tão hermética que anula completamente os efeitos positivos que podia ter. Por outro lado, a morosidade dos registos de atribuição da nacionalidade portuguesa tem prejudicado gravemente os interesses de milhares de compatriotas nossos, sobretudo daqueles em que o factor distância agrava ainda mais a situação, como é o caso dos residentes no Brasil, África do Sul, Venezuela, etc. Por isso mesmo, devemos sugerir que a situação de dificuldades cria-

das em torno dos trâmites que envolvem a atribuição ou aquisição da nacionalidade portuguesa, seja alterada com a maior urgência.

Não vamos continuar a enumerar aqui e agora, todas as áreas prioritárias que estão a ser alvo de acções ou de estudos tendentes à aplicação de medidas concretas. É que em matéria de comunidades portuguesas, os problemas existentes impõem um grande esforço de acção, em que tudo tende a aparecer como prioritário.

Mas dentro da necessária hierarquização, integração e articulação de políticas e medidas, bem como da selecção de áreas e programas de acção a que se atribua carácter prioritário na adjudicação de recursos de várias ordens, somos obrigados a considerar o regresso definitivo a Portugal dos emigrantes portugueses, como uma das questões primordiais dos alicerces da política do PS para as comunidades portuguesas.

Os padrões de desenvolvimento do nosso país ganharam outra dimensão e Portugal, hoje, começa a tornar-se um país atractivo. Se aliarmos este facto ao envelhecimento da primeira geração de emigrantes portugueses, apercebemo-nos, rapidamente, que o regresso estará na mira de muitos milhares de compatriotas nossos residentes no estrangeiro.

Mas o regresso não pode ser um acto solitário. Deve ser um acto enquadrado pela sociedade, pois o seu sucesso reflecte o sucesso de uma política e sobretudo, da sua valência socioeconómica.

A realidade do regresso deve preocupar-nos a todos. Um regresso bem sucedido representa uma mais valia no desenvolvimento da sociedade. Mas o regresso também pode ser um caso dramático de difícil resolução.

Sem apoio institucional capaz, sem directivas claras e concretas de investimento, muitos emigrantes são presa fácil de especuladores e outros oportunistas.

Os apoios institucionais são ténues e traduzem-se em contas bancárias específicas, créditos para a habitação, isenção ou redução de alguns direitos aduaneiros. São pequenos apoios que mais se dirigem às divisões do que ao próprio cidadão emigrante.

Por isso, devem ser melhorados e ampliados os esquemas já existentes, com especial incidência no alargamento da informação sobre o País real junto das comunidades portuguesas. O principal apoio ao regresso passa pela informação. Uma informação correcta e isenta, de fácil acesso ao emigrante, constitui a melhor correia de transmissão entre os portugueses no estrangeiro e Portugal.

II - Uma maior representatividade e participação política das Comunidades Portuguesas

Outro referencial primordial e nuclear da política de emigração passa pelo empenho do PS e do Governo em ampliar até aos limites do possível a participação dos emigrantes portugueses em todos os sectores da vida da Nação. Não se pode aceitar que um dos grupos sociais que mais tem contribuído para a manutenção e o pro-

gresso da sociedade portuguesa, esteja politicamente à sua margem.

Paradoxalmente, as autoridades portuguesas têm procurado a todo o custo sensibilizar as comunidades portuguesas para a importância que assume a sua integração nas sociedades de acolhimento, obtendo dessa forma capacidade de influência junto dos governos e outras entidades dos países de residência, mas, por outro lado, restringem o grau da sua participação e influência na vida política portuguesa.

O recém-criado Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão consultivo do Governo para as políticas da emigração, pela primeira vez democraticamente eleito pelos portugueses residentes no estrangeiro, surge como um reforço da participação política das comunidades portuguesas, mas não deixa de ser um instrumento limitadíssimo na influência que possa exercer junto do Governo ou das instituições nacionais. E sobretudo da forma como não tem sido ouvido. O Conselho das Comunidades Portuguesas deve ser visto como um órgão que proporcionará ao Governo a riqueza da experiência vivida das diversas comunidades, constituindo um «forum» para a expressão das aspirações dos portugueses residentes no estrangeiro.

Muitos são aqueles que põem em causa a fraca participação dos emigrantes portugueses nas eleições para a Assembleia da República e a sua reduzida inscrição nos cadernos de recenseamento eleitoral. Mas nunca ninguém se interrogou das razões desta fraca participação. Apenas com quatro deputados eleitos pelos dois círculos da emigração, as comunidades portuguesas não se sentem suficientemente representadas. Também a limitação da sua participação eleitoral apenas nas eleições legislativas e, num futuro próximo, nas eleições presidenciais mas de forma condicionada, funciona como elemento redutor da capacidade e participação eleitoral das comunidades portuguesas.

É urgente que se melhore as estruturas e mecanismos de participação dos emigrantes portugueses na vida política do nosso País.

Como defendeu já publicamente o presidente do nosso Partido, Dr. Almeida Santos, as comunidades portuguesas deverão ver a sua representatividade parlamentar alargada.

Por outro lado, deve ser conferido aos emigrantes portugueses o direito de participação em todos os actos eleitorais nacionais, sem quaisquer restrições. O Partido Socialista não pode ter medo da democracia directa.

Não existirá hoje um cidadão português que não tenha vivido a emigração ou que não tenha um familiar emigrante. Também o PS nasceu na emigração e muitos dos seus dirigentes históricos e fundadores, a começar pelo Dr. Mário Soares, Tito de Morais, Jorge Campinos, Manuel Alegre e outros mais, viveram o mundo da emigração.

Hoje, as comunidades portuguesas são formadas por intelectuais, artistas, pedagogos, cientistas, investigadores, empresários, etc., e todos os outros portugueses de corpo inteiro, que não podem continuar à margem do processo de desenvolvimento democrático de Portugal.

III Funcionamento interno do Partido e relacionamento com as estruturas da emigração

O PS sempre defendeu as aspirações, esperanças e valores dos portugueses que, por razões suficientemente conhecidas, se viram obrigados a sair do país.

Neste contexto, e logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, começaram a nascer núcleos de socialistas portugueses nos cinco continentes, verdadeiros embriões da democracia no seio das nossas comunidades. Porém, nos últimos anos, reconhecemos que temos sido pouco interpelados pelas estruturas nacionais do nosso Partido, no respeitante aos nossos problemas específicos.

Julgamos pois, importante, a necessidade de um relacionamento mais profundo e uma melhor articulação entre as Federações da emigração e todos os órgãos nacionais do Partido. Com efeito, é oportuno que os mesmos sejam sensibilizados para os problemas das comunidades portuguesas.

Do mesmo modo que consideramos necessário um relacionamento mais estreito entre o Grupo Parlamentar do PS e as nossas estruturas na emigração, bem como incrementar a colaboração dos deputados socialistas ao Parlamento Europeu com as Federações na Europa, com vista à promoção de acções conjuntas dirigidas às comunidades portuguesas.

Também as estruturas socialistas na emigração transoceânica devem merecer um maior acompanhamento, quer em apoio logístico, quer no âmbito da formação política a ministrar aos seus militantes e dirigentes.

O trabalho notável desenvolvido pelo único deputado do PS eleito pela emigração é digno de registo, vislumbrando-se como o único esforço do Partido dirigido às estruturas da emigração. A extensão geográfica das regiões onde os portugueses se encontram e a enormidade das tarefas que se colocam, apontam para a necessidade de um maior envolvimento dos órgãos nacionais na estratégia de implantação do Partido Socialista no seio das comunidades portuguesas. Também no Secretariado Nacional deverão ter assento camaradas conhecedores da problemática da emigração no seu conjunto, estabelecendo os mesmos um elo de ligação com os dirigentes socialistas na emigração.

Não podemos continuar a ser tornados como uma parte acessória da organização nacional do Partido. Também não pretendemos um tratamento diferenciado do resto das estruturas, o que desejamos é apenas ser reconhecidos como uma componente orgânica na estratégia da afirmação do Partido Socialista no seio de uma parcela tão importante da sociedade portuguesa – as nossas comunidades emigrantes.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1999.

Moção apresentada por:

Manuel de Almeida (coordenador do PS/França)

Manuel de Melo (coordenador do PS/Suíça)

Carlos Mendes (coordenador do PS/Alemanha)

Fernando Capão (coordenador do PS/África do Sul)

José Verdasca (coordenador do PS/Brasil)

MOÇÃO SECTORIAL

O ANO MUNDIAL DO IDOSO

Sendo o ano em curso, o ano mundial do idoso e tendo o Partido Socialista um percurso histórico, no qual se evidenciou pela defesa acérrima da melhoria das condições sociais dos mais desfavorecidos, exige-se que perante o papel principal que ocupa hoje na cena política nacional, tenha uma acção eficaz e incisiva em defesa dos idosos.

Perante a confiança demonstrada pelos reformados e pensionistas, na política social desenvolvida pelo actual governo, e sendo o ano corrente decisivo, já que brevemente se reinicia um ciclo político marcado pelas eleições para o Parlamento Europeu e para as Legislativas, não se pode descurar estes eleitores.

Relembra, este grupo de militantes do Partido Socialista, que em 1989 se fundou, com o apoio da Federação Distrital do Porto, um movimento de reformados socialistas, abreviadamente designados por MRS, sendo nessa altura o Presidente da Distrital,

o camarada Carlos Lage.

Este movimento constituiu-se com o objectivo de lutar para que o PS não se esquecesse dos seus reformados que tinham pensões miseráveis, de modo algum ajustadas ao nível económico da época, não permitindo àqueles que foram outrora o pilar de desenvolvimento da nossa sociedade viver condignamente, com um razoável nível de vida.

Na época realizaram-se diversos contactos com o Parlamento do Idoso Português, na sede nacional do PS, no largo do Rato, em Lisboa, a quem o nosso movimento baptizava como a Comissão dos Sábios do Comité do Rato.

No encontro que se realizou na Assembleia da República, a nível nacional, nos dias 26 e 27 de Março de 1993, formaram-se diversos grupos de trabalho, tendo saído diversas conclusões das quais se destacam as seguintes: (*defendidos e aprovados no II Congresso de 13 e 14 de Maio 1984*)

- Numa sociedade justa, fraterna e igualitária não podem existir reformas abaixo do salário mínimo nacional.

- Os idosos devem usufruir de descontos em todos os espectáculos culturais e recreativos realizados.

- No ensino dever-se-á contemplar a experiência dos idosos.

- Que as Associações de Idosos tivessem representatividade em vários órgãos do poder local.

- Plena e livre utilização do passe social dos transportes.

- Subsídio para recuperação e melhoria da habitação dos idosos mais necessitados.

- Redução das tarifas dos bens de consumo.

Duarte os trabalhos realizados foi solicitado que o PS defendesse e reforçasse a Filosofia da Carta Europeia do Idoso, apresentada no Luxemburgo. Foi também proposto solicitar à Assembleia da República a defesa dos princípios das Nações Uni-

das em favor dos idosos.

O actual executivo tem vindo a promover de forma gradual importantes reformas neste sector; no entanto, face à precária situação actual vigente, urge uma melhoria intercalar no rendimento mensal dos pensionistas.

Estamos certos que os nossos governantes, atendendo ao ano em curso, tudo farão, numa conjugação de esforços, no sentido de promoverem uma série de iniciativas culturais e sociais que dignifiquem a condição dos idosos em Portugal durante o ano que lhes é dedicado.

Por um imperativo de consciência não nos podemos deixar de lembrar os valores e ideologias que servem de base estruturante a este grande Partido Democrático e Socialista que é.

Saudações socialistas, Viva o PS!

Subscritores:

António Madureira Vasconcelos

MOÇÃO SECTORIAL

ALGUMAS IDEIAS PARA UMA POLÍTICA TRANSFORMADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. O sentido desta moção é o de contribuir para o debate em torno das políticas sociais, encarando em conjunto algumas delas e projectando-as no futuro. Não se trata de as analisar detalhadamente, nem de valorizar a sua conjugação como factor susceptível de lhes potenciar a eficácia e de clarificar o seu significado estratégico. A moção desdobrar-se-á em vários tópicos, os primeiros dos quais procuram enquadrá-la, ainda que muito genericamente.

2. As últimas décadas mostraram como era equívoco encarar o socialismo como um modelo fechado, nacionalmente limitado e tributário do produtivismo, realizável por simples voluntarismo estatal. Paralelamente, o capitalismo, tendo-se revelado uma poderosa força propulsora do desenvolvimento tecnológico e da criação de riqueza, tornou mais ostensiva a sua face predatória, geradora de exclusão e de injustiça, agressora do ambiente e indiferente aos valores do humanismo.

Mas se algumas das tradições socialistas se revelaram estérteis, outras há que esperançosamente desabrocham carregadas de futuro, talvez acicatadas pela agressividade do lado negro do capitalismo. São elas que reinventam um horizonte socialista, gerador de um inconformismo estratégico radical, contrário a tudo o que na sociedade é degradação humana, mas susceptível de se projectar nos dias de hoje com realismo, de modo a ter eficácia prá-

tica imediata na resolução dos problemas concretos. Um horizonte onde se inscrevam como expressões vivas de criatividade social, quer o movimento cooperativo, quer o movimento mutualista, quer as diversas vertentes do associativismo.

Um horizonte socialista, em suma, que corresponda ao desenvolvimento da democracia, à generalização da solidariedade, à instituição da justiça, à conquista da liberdade e da paz, de modo a tornar possível uma cidadania completa e generalizada, reconciliada com o ambiente ecológico, e que se traduza num exercício efectivo de todos os direitos humanos universalmente consagrados.

3. É este o contexto da nossa política social, que deve ser concebida, simultaneamente, como remédio para os males existentes e como factor de transformação da sociedade. Sendo assim, em todas as suas vertentes deve ser salvaguardada, não só a respectiva eficácia específica, mas também a viabilidade da conjugação dos seus desenvolvimentos num horizonte futuro, onde serão eles próprios a imagem de uma nova sociedade.

Assim, ao estruturarmos as políticas de promoção de emprego, de combate à exclusão, de segurança social, de repartição do trabalho e dos rendimentos, de formação profissional, de educação ao longo da vida, de democratização da cultura e da informação, devemos conjugar duas preocupações: concebê-las com rigor e rea-

lismo e imaginá-las, em prospectiva, valorizando a sua compatibilidade, quando projectadas num horizonte comum.

É que só assim, assegurada a projecção estratégica conjugada das políticas citadas, se pode estimular verdadeiramente a esperança e a confiança dos povos no futuro.

E só elas podem ajudar a perceber que muitos dos pequenos passos que vão sendo dados, em si próprios aparentemente modestos, são o começo de um caminho que, encarado no seu todo, muito mais facilmente dará confiança no futuro. Em contrapartida, se nos limitarmos ao imediato de cada política, deixando-a fechar-se sobre si própria, sem ambição globalizante, como se fossemos prisioneiros das sociedades actuais, apenas geraremos cepticismo e desânimo entre os portugueses, especialmente entre os trabalhadores e entre os excluídos.

4. O modo como tem evoluído, em termos genéricos, o actual ciclo político, iniciado em 1995 com a vitória eleitoral do PS, tem vindo a criar as bases para dar credibilidade a uma mais nítida presença da identidade socialista no horizonte para onde caminhamos. O inconformismo revelado por este Governo no combate a algumas das mais marcadas desigualdades sociais, bem como a competência que evidenciou na implantação de uma base económica sólida para uma política pública de solidariedade, tornaram possível uma ambição mais globalizante, no campo das políticas de

desenvolvimento social.

A evolução política europeia nos últimos anos, marcada por sucessivas vitórias eleitorais de partidos da Internacional Socialista, combinada com o conteúdo das posições que o nosso Partido tem sustentado na União Europeia, reforça apreciavelmente a viabilidade de uma política social mais ambiciosa e de orientação mais solidária.

Em contrapartida, poderemos sofrer uma pesada derrota estratégica, se a esquerda europeia deixar que este ciclo político se inverta, sem que consiga anular as sequelas neo-liberais, causadas pela direita, no período em que deteve clara hegemonia política no plano europeu. E se esta oportunidade for desperdiçada, à escala europeia, dificilmente se podem esperar bons resultados no âmbito de cada país. É que já hoje, entre nós, é pouco realista imaginar horizontes verdadeiramente libertadores, fazendo economia do contexto europeu. Por isso, conseguir que a Internacional Socialista assuma um protagonismo mais expressivo é, cada vez mais, um elemento decisivo para o êxito das nossas políticas no quadro nacional.

5. Tudo isto deve estar presente, quando nos debruçamos sobre cada um dos aspectos da política social. No campo da segurança social, a política seguida pelo actual governo, para além de incorporar o cumprimento da respectiva lei, tem já no activo o facto de ter afastado o espectro

de um colapso do sistema, tendo sabido esvaziar o alarmismo misticificador que se insinuara, diminuindo drasticamente as fraudes e recuperando boa parte das dívidas.

A reforma da segurança social, pautada pelo normativo constitucional a que tem de obedecer, deverá contribuir para dar ao respectivo financiamento público um novo sentido, inscrevendo-o entre as obrigações públicas centrais, com o mesmo grau de imperatividade que as outras. É claro, que isso não significa diminuição da importância da sustentabilidade económica do sistema, nem implica, por si só, a mudança dos critérios de afectação e de angariação de receitas, ou uma outra arrumação nas contas públicas do orçamento da segurança social. Apenas torna evidente que não tem sentido agitar a ameaça de uma possível falta de dinheiro para pagar as prestações sociais, exactamente na mesma medida em que não tem sentido agitar o espectro da possível falta de dinheiro para fazer face a outras obrigações públicas centrais, já que tem de passar a ser claro para todos que, em qualquer desses casos, isso significaria sempre o colapso do Estado no seu todo. Ora, não se perfila no horizonte qualquer risco desse desenlace. No mesmo sentido, deve ser salientado que o lugar que na escala das prioridades públicas cabe às despesas com a segurança social só depende, em última instância, da vontade popular. Por isso, se torna importante que o pilar público do sistema de segurança social mantenha a sua preponderância actual, mantendo-se o pilar privado lucrativo na posição de complementaridade que tem e procurando-se restituir gradualmente às mutualidades a importância relativa que perderam. Na verdade, se é perceptível o contributo que pode trazer o mutualismo à renovação da protecção social, pela humanização em que se pode traduzir e pela multiplicação de protagonismos solidários que implica, já a mesma avaliação se não pode fazer quanto a uma mudança qualitativa do papel das organizações lucrativas nesta matéria. De facto, a abolição dos condicionamentos, que limitam a acção do capital financeiro nesta área, poderá ser um elemento perturbador da marcha das reformas desejáveis, introduzindo elementos especulativos de difícil controlo, produtores de incerteza, num sector onde se joga a qualidade de vida de milhões de portugueses.

Tal como actualmente acontece, a todos deve ser dada a liberdade de garantirem complementos de reforma e outras formas de reforço da protecção social, recorren-

do a organizações privadas lucrativas ou seguindo a via mutualista, nada havendo a opor ao seu encorajamento fiscal. Mas o que de modo nenhum se pode consentir é que as escolhas estruturantes a fazer, quanto à reforma da segurança social, sejam condicionados pelos interesses de grupos financeiros privados.

6. São conhecidas as medidas usuais de combate ao desemprego, sendo positivos os resultados obtidos nesse campo pelo governo socialista. Isso não significa que não seja útil discutir essa problemática. Torna-se cada vez mais evidente que o crescimento económico, que evidentemente é desejável, não conseguirá, por si só, reduzir significativamente e sustentadamente o desemprego. Por isso, concita uma concordância cada vez mais generalizada a ideia de que para esse objectivo é também indispensável recorrer à redução do tempo de trabalho. Uma redução que se não confunde com uma repartição do desemprego, com uma aposta num dualismo social penalizador do mundo do trabalho, mas tem de significar uma extensão da cidadania pelo inconformismo em face do desemprego. Por isso, a redução do tempo de trabalho, para além de poder ser um factor de travagem do desemprego, deve ser valorizada em si própria, como via para uma sociedade futura, em que o trabalho seja repartido, no quadro de uma justa repartição dos rendimentos entre todos os cidadãos, desse modo se extinguindo estruturalmente o desemprego como factor de exclusão e de dualismo social.

Tendo este horizonte como contexto, percebe-se que se sustente que os custos da redução gradual do tempo de trabalho devam ser suportados equilibradamente pelo Estado, pelas empresas e pelos próprios trabalhadores. Como balizas que assinalem os pontos de equilíbrio: no caso do Estado, há que compatibilizar a escassez de recursos com a multiplicidade de objectivos que lhe são próprios; no caso das empresas, tem de se assegurar que não serão postas em causa, nem a sua competitividade no curto prazo, nem a sua perenidade, a médio e longo prazo; no caso dos trabalhadores, tem de se ter em conta o seu baixo nível salarial, pelo que num primeiro momento, e até se atingirem patamares salariais mais elevados, tudo terá de ser voluntário e sindicalmente negociado.

7. O rendimento mínimo, lançado pelo actual governo, é um escolha plena de humanismo, uma manifestação concreta de uma solidariedade imediata, uma op-

ção justa e um sinal estratégico da maior importância.

Sem menosprezo por outros aspectos, o que nele é mais futurante é a lógica de um rendimento mínimo de cidadania que corresponde a um efectivo direito de integração social e cívica. Uma lógica aberta à ideia de que cada homem pelo facto de nascer tem direito a que lhe seja assegurado um nível de vida condigno, tão alto quanto o permita a riqueza e a produtividade globais, bem como a reproduzibilidade do actual sistema económico-social.

Desse modo se caminhará para uma sociedade em que o trabalho e o rendimento fossem repartidos, de modo a que as diferenças e os méritos individuais se repercutissem no plano dos rendimentos, sem pôr em causa a garantia de uma base a todos assegurada. Neste contexto, pela própria natureza das coisas, os problemas da exclusão social, do desemprego e da protecção social à terceira idade, estariam reduzidos a dimensões hoje inimagináveis.

A distância que nos separa de um horizonte deste tipo é naturalmente grande, mas a nossa identidade socialista tem de recuperar a capacidade de imaginação do futuro.

8. Essa imaginação mostra-nos, aliás, um horizonte mais amplo. De facto, uma sociedade desse tipo implicaria necessariamente que o encurtamento do tempo de trabalho se articulasse com o aumento do tempo de lazer. Ora, este aumento, por si só, exigirá um enorme desenvolvimento da educação, da produção e da animação culturais, dos meios de comunicação e de informação.

Educação, informação e cultura são, efectivamente, condições indispensáveis para o aumento de produtividade, necessário à viabilização dessa sociedade, mas são também elementos estruturantes de uma ocupação gratificante e qualificadora dos tempos livres. Assim, o desenvolvimento nos campos da educação, da ciência, da cultura e da informação, não é um ornamento do horizonte que atrás se delineou, é um dos seus elementos constitutivos.

De facto, a lógica da educação ao longo da vida ganha um sentido mais fundo se a articularmos com o princípio da repartição do trabalho, estabelecendo-se entre ambos uma espiral virtuosa. A educação e a formação vão potenciando a qualidade do trabalho nos ciclos subsequentes e, por sua vez, a combinação de períodos laborais com períodos de formação dá-lhe muito mais eficácia.

Por seu lado, a democratização da cultura,

em todas as suas vertentes, tende a ser cada vez mais um vector de cidadania sem o qual se não reforça, como é indispensável, a atitude crítica das pessoas e dos povos, a qual por sua vez é um pressuposto incontornável, para o pleno aproveitamento das virtualidades que integram a sociedade de informação. Na verdade, deve valorizar-se a necessidade de democratizar as capacidades críticas dos povos, não só pelo que isso tem de positivo em si próprio, mas também como obstáculo ao surgimento de novas formas de exclusão, traduzidas na difusão social da incapacidade para perceber e aproveitar a informação recebida.

9. Os caminhos percorridos por todas estas políticas projectam-se num horizonte futuro que potencia e clarifica o sentido e o significado de todas elas. Mas todas elas dependem de uma firme, inteligente e continuada vontade pública, sucessivamente capaz de conquistar os apoios sociais que lhe permitam manter esse rumo.

Por isso, deixar que em qualquer destas áreas se atenuem o protagonismo público, para confiar em hipotéticos automatismos económicos impulsionados pela lógica do lucro, e condicionados por interesse partilhados por um reduzido número de entidades, só pode dificultar qualquer estratégia para resolver os problemas com que as sociedades actuais se debatem numa perspectiva socialista. Por isso, o Estado tem de continuar aqui a ser claramente hegemónico, mantendo em suas mãos firmemente o leme do desenvolvimento, reforçando a sua capacidade reguladora e conjugando agilmente as suas políticas no quadro de uma prospectiva ousada e criativa.

Rui Namorado (Com. Polít. da Fed.de Coimbra, Deputado AR).

Nuno Filipe (Com. Polít. da Fed. de Coimbra).

J. L. Pio de Abreu (Com. Polít. Concelhia de Coimbra).

Fernanda Campos (Secret. da Secção dos Olivais - Coimbra).

Margarida Antunes (Secção de Educação - Coimbra).

José Gama (Sec.-Coordenador da Sec. de Educação - Coimbra).

Júlio Mota (Pres da AG da Sec. Educ. e Dep. Municipal - Coimbra).

António Fonseca Ferreira (Secção do Lumiar - Lisboa).

Jorge Strecht Ribeiro (Comissão Nacional, Deputado AR).

Alberto Martins (Com. Política Nacional, Deputado AR).

MOÇÃO SECTORIAL

PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

1. As linhas estruturantes da política cooperativa que constam do programa eleitoral do PS mantêm naturalmente plena validade. No fundo elas exprimem uma firme vontade política de pôr em prática o essencial das directrizes que, em termos gerais, resultam da nossa Constituição. Sob o actual governo socialista, foi nítido o incremento do apoio às cooperativas, merecendo destaque a entrada em vigor de um novo Código Cooperativo e a recente publicação de um Estatuto Fiscal das Cooperativas, que pela primeira vez encarou o sector cooperativo, em termos fiscais, numa perspectiva global e mais favorável, em razão da sua especificidade. Sem prejuízo do balanço positivo da política cooperativa que tem vindo a ser posta em prática desde 1995, devem ser salientadas algumas prioridades no caminho que se está a percorrer. Procurando chamar a atenção para o essencial, sublinham-se as seguintes como as mais importantes:

a) - tomar as medidas necessárias para incluir a temática cooperativa nos currículos dos ensinos básico e secundário;

b) - promover programas de apoio ao desenvolvimento dos estudos cooperativos no ensino superior, bem como à investigação sobre o fenómeno cooperativo;

c) - valorizar mais sistematicamente as

cooperativas nos processos de desenvolvimento local;

d) - atribuir maior relevo à participação das cooperativas em projectos de desenvolvimento regional;

e) - criar as condições necessárias para envolver mais as cooperativas no desenvolvimento rural e na requalificação urbana;

f) - colmatar a lacuna existente no sector cooperativo português que se traduz na ausência de um ramo de crédito não-agrícola.

2. O movimento cooperativo mundial é um dos exemplos mais consistentes da globalização emancipatória, pelo que não podem ser menosprezadas as suas virtualidades na resistência aos aspectos mais negativos da globalização. Com a força das suas centenas de milhares de cooperadores tem-se revelado um factor relevante em inúmeros processos de desenvolvimento.

No que diz respeito ao nosso país, as cooperativas continuam a desempenhar um papel de primeiro plano na produção agrícola, dão um contributo apreciável na promoção da habitação económica, participam activamente na defesa dos consumidores, desempenham um relevante traba-

lho cultural, estão presentes em diversos sectores dos serviços, intervêm no campo da solidariedade social, posicionando-se com destaque crescente na defesa do ambiente.

Para além disso, o cooperativismo tem raízes em comum com o socialismo, traduzindo-se a prática cooperativa numa vivência democrática radicada na ajuda mútua, aberta à solidariedade e à justiça, ciosa da sua autonomia, mas profundamente envolvida nos problemas da comunidade. Parece, por isso, difícil de compreender que o Partido Socialista não valorize de uma maneira mais sistemática e mais decidida o desenvolvimento cooperativo. Como impulso inicial destinado a romper com essa relativa inércia apresentamos as duas propostas concretas que a seguir se formulam:

I) Como meio de reforço da capacidade de intervenção dos socialistas neste terreno, a primeira proposta tem como objecto a reanimação da Fundação Azedo Gneco, que, como se sabe, foi constituída com o objectivo de apoiar o trabalho dos socialistas nas cooperativas, tendo entretanto caído na inactividade.

II) Em segundo lugar, recomenda-se à direcção do Partido que apoie as iniciativas consistentes, promovidas por socialistas

reconhecidamente empenhados no movimento cooperativo, tendentes à constituição de uma estrutura associativa nacional de quadros socialistas, ligados ao movimento cooperativo, à qual deve ser concedido um estatuto especial de ligação ao Partido Socialista, que corresponda aos objectivos e ao tipo de actividade que estiverem em causa.

Rui Namorado (Com. Polít. Fed. Coimbra, Deputado AR).

Joel Hasse Ferreira (Com. Polít. Fed. Setúbal, Deputado AR).

António Martinho (Presidente da Fed. Vila Real, Deputado AR).

Paulo Neves (Com. Polít. Fed. do Algarve, Deputado AR).

Victor Moura (Com. Polít. Fed. Guarda, Deputado AR).

António Cândido Alves (Com. Polít. Fed. Coimbra, Pres. Eleito CPCConc. da Fig. Foz).

Guilherme Vilaverde (Secção da Senhora da Hora, Presid. da FENACHE).

João Simões (Secção do BPA-Lisboa, Presid. da COOPBANCÁRIOS).

José da Cruz Costa (Vice-Presidente da CPCConc. de Aveiro, Vereador da C.M. Aveiro).

MOÇÃO SECTORIAL

PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO DE PORTUGAL

Portugal tem pela frente um enorme desafio, os portugueses têm que o vencer, com as suas sinergias, capacidade inovadora e com uma forte convicção política, social, cognitiva e por que não transcendental. O mundo que aí vem é deveras complexo. A causa da complexidade é sem dúvida o SABER nas suas variantes tecnológicas e epistemológicas. A confrontação, a interacção ao nível do conhecimento vão liderar a supremacia de alguns sobre os outros. Se analisarmos os tempos actuais no que concerne ao cognitivo, há nações que começam a querer liderar processos e conjunturas pelo lado das novas tecnologias. A supremacia dos EUA é já o início do que poderá vir acontecer no campo das

tecnologias de ponta. Dominadoras, corporativas e porque não dizê-lo. Canibalizadoras.

Os exemplos muito perto de nós são ao nível das multinacionais. Se atentarmos à pretensão do investimento directo estrangeiro no nosso país, todo ele ou quase ficasse pela montagem de equipamentos, com a ajuda de incentivos, que facilitam a entrada desse investimento e também rapidamente sai porque outros países oferecem contrapartidas. Portanto a deslocalização é efectuada, deixando milhares de postos de trabalho desocupados. Portugal tem que investir rapidamente no conhecimento efectivo, contando para isso com Empresas, Universidades, Laboratórios e Investigadores. Inovação, Investiga-

ção, Produção e Comercialização, quatro palavras que Portugal e os portugueses têm que interiorizar. Sem esta interiorização o desenvolvimento económico sustentado não se fará.

Os sistemas económicos, baseiam-se, nos países com forte desenvolvimento no chamado vector cognitivo. É por esta via que Portugal deve apostar e em particular o Partido Socialista, deve imprimir toda a sua força, geradora de mudança, numa sociedade global mas que deverá ter em conta os problemas específicos dos portugueses e do que poderá efectivamente dar de contributo, a um mundo multicultural e pluridisciplinar.

O apelo, esforço e significado que está consubstanciado nesta moção é possível

e passível de concretização. Assim os portugueses o queiram assimilar, como luz num túnel, que de escuro apenas está para aqueles que não têm esperança, mas que ao menos não obstaculizem o futuro dum povo que desbravou e descobriu novos mundos, num mundo desconhecido, não utilizando tecnologias, como as actuais, onde a precisão de concretização se mede em attometros. Comecemos, pois, a abrir a porta do futuro.

Iglésias Costal

Militante 172017
Secção Residência Alvalade / Secção Sectorial EDP
Lisboa 98-12-15

consumidores, são ganhos civilizacionais irreversíveis e como tal não podem ser negociados em qualquer parte do globo. Isto é pode-se aceitar que a globalização transporta importantes ganhos de eficiência económica que contribuem para a disponibilização a baixo preço de bens essenciais, mas isso não pode ser compatível com aceitar-se, de modo nenhum, formas de exploração e de opressão dos trabalhadores dos países menos desenvolvidos.

Não esquecendo que os consumidores beneficiados o são tanto mais quanto mais consomem, o que é um outro problema de injustiça social relativa, existente nas sociedades do nosso tempo, bem como uma questão reconhecidamente grave no campo do consumo dos recursos naturais existentes no planeta.

V O Primado da Política e a Estratégia Económica

Passados que estão os tempos em que alguns colocavam toda a fé no planeamento imperativo e centralizado e outros num modelo neo-liberal ultrapassado há que reafirmar com clareza o primado da política sobre a economia e a necessidade de estratégias socialistas democráticas claras e assumidas nos planos nacional e europeu.

Respeitando a economia de mercado e o modelo social europeu, no caminho de uma sociedade solidária.

Cabe aos partidos políticos, como elementos essenciais da democracia representativa mas também como postos avançados das ideologias, apresentar propostas para o futuro. Uma estratégia para Portugal no século XXI contempla, nas suas vertentes económica e financeira, a ponderação dos sectores que devem ser privilegiados em função do seu carácter inovador, do seu potencial em termos de emprego, por serem sectores de enlace ou pela sua capacidade de arrastamento face aos restantes.

Esta estratégia económica deverá utilizar os instrumentos de planeamento e de programação elaborados com rigor técnico e flexibilidade de execução que sejam adequados, envolvendo sempre a audição dos agentes económicos sectoriais ou regionais e dos poderes locais abrangidos nas acções a desenvolver.

Também em termos espaciais se exige a promoção de todo o território nacional, que não pode ser a justaposição de uma faixa desenvolvida, duas áreas sobrepovoadas, uma coutada de caça, uma estância de férias e o "interior" mas tem que ser uma simbiose da nossa diversidade. O Governo do PS já tomou significativas medidas de promoção do interior (o que está a passar por incentivos empresariais, pela modernização de vias de comunicação, pela promoção de infraestruturas e equipamentos, pela nova prática no domínio da energia – de que o novo sistema de distribuição do gás natural é exemplo) e de combate ao desemprego nas regiões mais afectadas por este fenómeno (como ainda recentemente se pôde ver no Alentejo). Nos próximos anos há que garantir que Portugal não seja apenas um diamante que

maravilhe os estrangeiros com as suas diversas faces mas antes de mais um país em que todos, de Norte a Sul, na Madeira e nos Açores vivam com dignidade e tenham acesso à formação, ao trabalho e ao lazer. Um passo muito significativo foi dado com a aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas no decorrer desta legislatura.

Uma estratégia económica e financeira nacional num quadro europeu passa por um sistema fiscal mais equitativo, pela reconversão do tecido económico, pela inovação empresarial, pela melhoria do sistema educativo e por uma estratégia de investimento social com maiores oportunidades de educação e formação ao longo da vida, integrando-se a promoção do emprego e o desenvolvimento de um clima de concertação estratégica, num quadro de co-responsabilização das forças sociais e de partilha dos frutos do desenvolvimento. Tudo isto no respeito pelos direitos do consumidor, com uma adequada perspectiva de equilíbrio espacial e promovendo a melhoria das condições ambientais.

É neste contexto que pretendemos a reforma económica, com equilíbrio financeiro, crescimento económico e mais justa distribuição da riqueza. A perspectiva da Reforma Económica e o Desenvolvimento Sustentável têm que estimular a inovação, quer na área da organização empresarial, quer na área tecnológica quer na procura de novos mercados e na satisfação de novas necessidades.

VI Equilíbrio Financeiro e Coesão Social

A prática do actual Governo tem-se pautado pela defesa dos valores fundamentais do socialismo democrático europeu e mundial nesta viragem do milénio, combinando as reformas modernizadoras com o reforço da democracia política e com o avanço no sentido da democracia económica, social e cultural.

Uma política que pretende o crescimento para gerar mais solidariedade e mais justiça; uma política que respeita a economia de mercado mas e porque quer uma sociedade de justiça, liberdade e solidariedade.

É neste contexto, que a preocupação e a concretização do equilíbrio financeiro ganham mais sentido. Não só para assegurar a caminhada de desenvolvimento económico que o EURO potencia como para garantir a possibilidade de distribuir solidariamente os frutos desse desenvolvimento.

A estabilidade monetária e a disciplina fiscal ganham o seu maior sentido para assegurar os objectivos de solidariedade social, de que o pleno emprego e a luta contra a exclusão são vectores indissociáveis.

Há também que prosseguir de forma contínua e empenhada uma política de rendimentos integrando uma política salarial, a qual garante uma partilha socialmente equitativa dos benefícios do crescimento. Tudo isto com o imperativo da coesão social, da convergência real e da diminuição da pobreza.

VII Política Económica, Papel do Estado, Competitividade e Solidariedade

No quadro actual é também uma obrigação das propostas socialistas democráticas a defesa da eficiência económica porque só se pode distribuir a riqueza que as sociedades têm condições para criar. Tem ainda de se ter presente que as crises financeiras recentes evidenciam os riscos da globalização incontrolada. É neste contexto que o aumento da cooperação internacional e um aperfeiçoamento das políticas dos Estados pode ajudar a ultrapassar esses riscos. O peso dos governos socialistas na Europa aumenta a responsabilidade da nossa família política, dos nossos camaradas na Europa e no Mundo. Nesse contexto, no domínio financeiro, ganham particular relevo:

- A protecção dos mercados emergentes relativamente à excessiva vulnerabilidade financeira;
- A urgência de desenvolver a cooperação entre a zona EURO e os outros espaços económicos e monetários mundiais;
- A luta pela reformulação do papel dos organismos monetários e financeiros internacionais, demasiado dependentes de concepções neo-liberais ou enformados por paradigmas monetaristas.

Quanto às consequências económicas da actual realidade financeira europeia interessa referir que a criação do EURO e a consolidação de uma zona monetária europeia unificada exigem uma coordenação séria das políticas económicas e progressos graduais na harmonização fiscal.

Entretanto, convém ter em conta que o papel do Estado e do sector público tem vindo a mudar, também na nossa perspectiva. E se interessa que o Estado garanta com regras precisas um quadro macro-económico estável, é preciso também que o Estado esteja atento não só à necessidade de aumentar a eficiência das Administrações Públicas como a prever e a combater novas formas de desigualdade. Na óptica dos socialistas que somos, o Estado também deve servir para isso.

A redução do papel do Estado como proprietário na área económica não o pode inibir de intervir quando necessário com objectivos sociais ou económicos indissociáveis da sua responsabilidade. Mas uma cultura de regulação pública e um reforçado dinamismo empresarial associado ao sector público actual em áreas onde a sua presença se revele ou venha a revelar necessária é imprescindível.

E neste contexto, o papel do Estado como dinamizador de grandes infraestruturas e promotor de melhores condições ambientais, à escala nacional e europeia, aparece-nos como irrecusável. Bem como garante de condições e regras que encorajem o desenvolvimento do investimento privado, nacional e estrangeiro, socialmente útil, criador de empregos e de valor acrescentado, factor de inovação e de dinamismo social.

A afirmação de Portugal na economia europeia, passa entre outros factores pela reconversão do tecido empresarial. Portu-

gal tem de deixar de ter uma economia caracterizada por uma estrutura produtiva vulnerável, já que os tempos da mão-de-obra barata e do trabalho infantil têm de ser ultrapassados como base de competição, por razões de realismo político, de ética e de eficácia económica.

Apesar de nos últimos anos já se terem verificado alterações significativas, o tecido empresarial português tem obrigatoriamente de prosseguir a todos os níveis a busca de uma competitividade europeia e no plano mundial, combatendo a óptica da subsídio-dependência, promovendo a constante inovação quer tecnológica, quer através da aplicação de técnicas de gestão adequadas, apoiando a formação e a maior qualificação do pessoal, na busca dos melhores índices de qualidade, do aumento de produtividade e de uma maior competitividade, para garantir mais riqueza produtiva e o bem estar dos cidadãos. O papel do Estado, enquanto agente regulador da actividade económica integra responsabilidades na aplicação dos mecanismos que potencialmente criem condições de sucesso aos empresários empreendedores, cabendo a estes, no total respeito pelos direitos e dignidade dos trabalhadores, contribuir de forma positiva e continuada para o crescimento económico do País e consequentemente, para o desenvolvimento económico-social.

Uma política socialista democrática respeitadora da economia de mercado mas interveniente com objectivos de solidariedade social e equilíbrio sectorial se deve promover as privatizações totais ou parciais das empresas cuja gestão privada será mais adequada aos objectivos de crescimento económico, maior produtividade e melhor prestação de serviços ao utilizador final, não pode deixar de participar sem complexos em empresas onde os objectivos de inserção, de desenvolvimento de infraestruturas, de impulsionar inovações em sectores relevantes e estratégicos ou ainda onde o apoio às políticas de internacionalização tornarem vantajosa essa intervenção pública, nomeadamente através de instrumentos empresariais adequados.

Assim, como têm de ser criadas, com empenhamento público e participação social, alternativas que garantam oportunidades a todos aqueles que não tenham as competências e as condições para acompanhar os segmentos económicos mais modernos.

O Portugal que queremos tem que ser um mosaico de oportunidades em que se concilie uma economia moderna e competitiva com um sistema de emprego que crie oportunidades diversificadas para todos.

VIII Solidariedade e Desenvolvimento Sustentável

Assume particular importância neste contexto a continuação do processo de modernização da Administração Pública, de reforma da Segurança Social, aprofundamento da protecção social e desenvolvimento das políticas activas de emprego bem como o desenvolvimento do mercado social de emprego.

ECONOMIA, FINANÇAS, EUROPA REFORMA ECONÓMICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta moção nasce de uma reflexão sobre a prática tendo em conta a reformulação da análise teórica e os filões do pensamento socialista europeu e mundial, utilizando o trabalho comum e razoavelmente coordenado que militantes socialistas e políticos independentes no Parlamento, no Governo e noutras instâncias e estruturas políticas, foram desenvolvendo, com objectivos comuns, estabelecidos no Programa Eleitoral do PS, no Contrato de Legislação (assinado nos Estados Gerais) e no Programa do Governo, concretizados em numerosos diplomas legais e globalmente no conjunto da prática governativa.

I

A ideia e o projecto do Socialismo em Portugal têm mais de um século. A necessidade de, mantendo a fidelidade aos ideais e às aspirações de Antero de Quental, José Fontana e Azedo Gneco, actualizar os objectivos e as estratégias socio-económicas na mudança de milénio obrigam-nos a uma reflexão sobre a prática político-económica recente bem como a perspectivar o futuro.

II As reformas sócio-económicas

A actual conjuntura política de aprofundamento do processo de integração europeia e de desenvolvimento económico nacional obriga não só a uma pilotagem cuidadosa do processo político e económico em curso como a uma reflexão estratégica sobre os caminhos trilhados e a seguir nos domínios económicos e financeiros, no seu enquadramento nacional, europeu e mundial.

Aliás, a história do progresso económico e social deste século significou sempre uma ruptura com as práticas liberais-conservadoras no domínio económico. Foi disso exemplo a política do New Deal, levada a cabo pelo presidente Roosevelt, a qual permitiu ultrapassar a primeira e mais grave crise económica e dos mercados financeiros.

A marca socio-económica deste Governo ficou claramente estabelecida logo no arranque da legislatura pela adopção do rendimento mínimo garantido. Na altura, a direita disse que destruíamos a economia nacional, que encorajávamos a preguiça e o desemprego. Hoje, a direita mais lúcida começa a dizer que esta foi uma reforma irreversível.

É o que nós pretendemos. Que seja irreversível! A exemplo de León Blum que em 1936 deixou as férias pagas como uma reforma de fundo para a França e como exemplo para muitos países europeus, o rendimento mínimo garantido ficará como uma bandeira das reformas que o PS conduziu, a partir do Governo e com o apoio das autarquias e de instituições de

solidariedade.

A nossa «démarche» política insere-se na melhor tradição do pensamento progressista e do socialismo europeu.

Na senda do 1º Governo Trabalhista inglês do pós-guerra que criou o Serviço Nacional de Saúde, nós continuamos defensores de um SNS que cumpra de forma moderna, eficaz e actualizada as suas funções. Na esteira da governação de Willy Brandt que adoptou medidas de reforço da participação dos trabalhadores na vida económica e de melhoria das condições de trabalho e de segurança nas empresas. Trilhando um caminho na área da segurança social e do bem estar dos trabalhadores de que a prática dos nossos camaradas suecos (ao longo de décadas) foi exemplo e de que Olof Palme foi um dos protagonistas.

Digamos ainda e por outro lado, do ponto de vista económico as verbas do próprio rendimento mínimo garantido, tendo em conta a situação social dos beneficiários, entram imediatamente no circuito de bens de primeira necessidade, constituindo assim um estímulo suplementar à actividade económica.

Iniciou-se, aliás, uma reforma da Segurança Social em que se deram vários passos decisivos para a melhoria da protecção social e o aprofundamento de uma relação de cidadania nessa protecção. Nas prestações familiares, nos aumentos diferenciados das pensões de reforma, na luta contra a fraude, particularmente, nas baixas, residem exemplos de ruptura com o passado recente.

III

Há desenvolvimentos importantes no plano do processo de integração europeia que, por um lado condicionam mas por outro potenciam a estratégia económica portuguesa.

As linhas do compromisso entre os socialistas europeus passam pela defesa do crescimento económico e da promoção do emprego na Europa, na perspectiva da justiça e da solidariedade social e no âmbito de uma economia de mercado social e ambientalmente justa e sustentável.

Sem prejuízo da necessidade de cada país e, em particular, cada partido socialista adoptar as políticas que mais se adequem às características económicas das sociedades e às especificidades culturais dos respectivos povos, a esquerda não pode esquecer que também no actual contexto os valores da solidariedade e justiça têm uma forte componente internacional. E que no espaço europeu têm de se compatibilizar os interesses nacionais com a perspectiva do aprofundamento da construção europeia e do equilíbrio mundial.

O Partido Socialista perspectiva uma Europa mais justa e desenvolvida, na senda das históricas conquistas sociais da es-

querda no quadro de um compromisso em tomar as medidas que permitam reforçar o papel desta renovada Europa, num mundo em vias de globalização. A ratificação do Tratado de Amsterdão e a criação do euro ocorrem numa conjuntura em que a esmagadora maioria dos Governos da União Europeia são liderados por partidos socialistas. Este facto reforça simultaneamente a obrigação da Europa ter uma posição pró-activa face à globalização mediante a promoção do seu modelo social e assumir a responsabilidade de estar à altura dos desafios que se colocam na mudança de milénio.

Entre esse desafios destacam-se os causados pela emergência dos egoísmos nacionais retrógrados e pelas tentativas de imposição de dogmatismos neo-liberais que devem ser combatidos. Por outro lado, há um novo campo de possibilidades para a inovação, a difusão tecnológica e o aumento geral do bem-estar que o socialismo democrático deve encabeçar com determinação ao nível nacional, europeu e mundial.

IV Globalização, Competitividade e Modelo Europeu

A questão não é dizer-se apenas que vivemos na era da globalização. É útil compreender o que isso implica em termos de alteração do modelo económico e social dominante nas sociedades modernas e a sua compatibilização com os valores da esquerda e do socialismo democrático. Desde logo é necessário levar em conta a situação em que as unidades produtivas mudam de país para país com grande facilidade e rapidez, na procura de melhores condições de competitividade como o custo e qualidade de mão de obra, acessibilidades, custos dos transportes, comunicações e, naturalmente, incentivos dos Estados. Mas não são apenas as empresas que mudam de lugar, são também os próprios factores de produção que são globais, sendo normal que um produto seja pensado em Los Angeles, desenhado em Milão, utilize tecnologia japonesa, incorpore componentes e peças de Hong-Kong, Malásia, Alemanha e Portugal, seja montado em Singapura e exportado para todo o mundo.

De acordo com este modelo económico dominante, teremos que no próximo século os recursos essenciais da competitividade serão os recursos humanos qualificados, cultos e experientes, o acesso fácil e rápido ao mundo através de comunicações de última geração e transportes aéreos, marítimos, ferroviários e rodoviários fiáveis, rápidos e de baixo custo. Neste modelo e nestas condições a competitividade resulta da capacidade de orquestração e de casamento entre oportunidades e recursos, independentemente

do local onde se localizam estas oportunidades. É nesse contexto que a generalidade dos Estados têm vindo a avançar no sentido de o comércio mundial ser livre para a grande maioria das mercadorias e serviços.

Acréscimo, por isso, que as regiões mundiais que melhor respondam a estas necessidades da competitividade, têm melhores condições para atrair e reter os investimentos, sendo que estes também serão globais, isto é, terão cada vez menos nacionalidade e serão crescentemente móveis. Este modelo de economia beneficia os consumidores, que necessitarão de cada vez menos recursos para adquirir os bens de que precisam, nomeadamente os produtos mais maduros e menos inovadores, já que a inovação nos produtos, nas tecnologias e nas formas de comercialização e de distribuição continuarão a beneficiar de um prémio de valor acrescentado. Ou seja, para a esquerda e para a defesa dos seus valores é relevante saber, em termos nacionais e internacionais, se este movimento das empresas multinacionais por todo o mundo contribui ou não para dar oportunidades aos países menos desenvolvidos do globo para iniciar um processo de desenvolvimento, de que beneficiam todos os consumidores mundiais, ainda que isso possa ser feito à custa dos interesses desses mesmos consumidores enquanto trabalhadores dos países mais desenvolvidos, principalmente daqueles com limitações de formação escolar e profissional e tenham dificuldade em responder às características dos novos postos de trabalho em sectores de maior sofisticação e exigência. Com a dificuldade adicional de saber em que plano devemos colocar Portugal nesta contabilidade e no contexto das nações, até porque tendo o nosso país ainda grandes fragilidades no seu processo de desenvolvimento, visíveis na formação dos recursos humanos e na pobreza relativa das infra-estruturas de comunicação e de transportes, já possuímos políticas activas de investimento no estrangeiro, isto é, participamos activamente no processo de globalização.

A globalização deve assim ser entendida como condicionando as formas de estar no mundo, o que passando por reconhecer a interdependência dos países e das acções políticas, reforça a obrigação de proceder a reformas económicas que capacitem os Estados para estabelecerem um justo e socialmente aceitável sistema de comércio internacional.

Neste contexto, parece evidente que uma verdadeira política de esquerda passa pela expansão apoiada pelas forças progressistas dos países democráticos mais desenvolvidos dos valores do socialismo democrático e do modelo de liberdade sindical, de segurança e de justiça social existente na Europa, que apesar de vir a integrar custos de produção pagos pelos

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

Ganham, no contexto indicado, uma relevante importância as questões do financiamento da saúde e da nova relação entre o ambiente e a fiscalidade bem como um entendimento mais adequado do papel da economia social.

Há elementos que caracterizam um modelo, uma sociedade e um país e sem a transformação dos quais não é possível falar em desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo. Estes elementos não podem, por definição, ser impostos porque dependem de uma determinada acomodação social – por isso implicam uma concertação social e política alargada – um autêntico “novo contrato social”, reconciliando economia e sociedade na expressão feliz de Jacques Delors.

Destes vectores de desenvolvimento podem depender a qualidade, profundidade e fecundidade do crescimento de hoje, o desenvolvimento do país e nomeadamente o bem estar dos portugueses.

Financiamento da Saúde

O aperfeiçoamento do modelo de financiamento para a saúde num contexto europeu, exigente, avaliador e interdependente, constitui uma referência essencial para os desafios de políticas económicas e sociais conjuntas.

A estratégia para o Serviço Nacional de Saúde passa por uma maior clarificação dos sectores que nele intervêm: sector social, prestadores públicos e prestadores privados, de forma a criarem-se as condições necessárias ao seu aperfeiçoamento, através de uma melhor acessibilidade e equidade.

Cada vez mais é urgente impedir que apenas os informados obtenham do sistema o que os pobres e marginalizados sentem passar-lhes ao lado, no benefício dos efeitos do investimento no SNS, um dos importantes instrumentos de promoção da equidade social e um dos pilares do modelo social europeu.

Ao centrarmos a análise na prestação de cuidados de Saúde no SNS como coluna vertebral do sistema é fundamental assumir a realidade bipolar que é o facto de sermos ainda um país da Europa em que a saúde tem pouco peso no Produto Interno Bruto, embora a economia indique que Portugal gasta mais em recursos de Saúde

do que seria expectável face ao seu nível de desenvolvimento.

O financiamento para a Saúde em Portugal no século XXI deverá colocar no terreno alguns axiomas que têm vindo a fazer parte de estratégias dos programas socialistas, avultando entre outras, para além da necessidade de uma melhor clarificação dos sectores:

1. A definição rigorosa da qualificação e formação em exercício dos recursos humanos, bem como dos seus papéis de intervenção no SNS.
2. A existência de mecanismos de planeamento e de regulação eficazes em matéria de tecnologia e medicamentos;
3. A inovação e desenvolvimento de “sistemas socio-sanitários” que garantam respostas solidárias e de qualidade às pessoas em situação de dependência, particularmente dos idosos, a partir dos quais

se ensaie a mudança do SNS em termos de titularidade e financiamento.

O Serviço Nacional de Saúde deverá ser objecto de uma estratégia que, do mesmo modo, crie condições para o seu desenvolvimento quer em matéria de melhor acessibilidade e equidade, quer de um modelo de oferta de cuidados que se recente na Saúde e não somente na doença e prestação de medidas curativas, quer ainda na introdução de mecanismos de gestão mais rigorosos.

Gerir melhor os recursos, promover a educação do utilizador dos cuidados, formar o prescritor proporcionando-lhe capacidade de avaliação e domínio sobre o binómio custo/qualidade, pagar mais pela qualidade e menos pelo desperdício são premissas que devem sustentar o financiamento e a gestão do sistema de Saúde em Portugal para o próximo século.

Crescimento e Ambiente

Torna-se fundamental assumir, em que termos, poderemos incluir no nosso projecto de desenvolvimento nacional e comunitário, acções que potenciem a afirmação de um modelo social com mais oportunidades e que suporte uma política sustentável no domínio ambiental.

Sendo certo que, as opções tradicionais vão no sentido de explorar, de forma cada vez mais intensa os recursos naturais, verificando-se uma cada vez mais insuficiente utilização da mão-de-obra, substituindo-a pela generalização da introdução de novas tecnologias mecanizadas. Este caminho é evidente e irreversível, levando-nos a uma maior consciência da problemática social e ambiental, que desta forma, se cruzam intimamente.

É, assim, imperioso encontrar um meio de conciliação dos vários interesses e de eventualmente conseguir superar as diferentes dificuldades e desafios de cada vertente de tão complexo momento. Sucesso económico, com equilíbrio da utilização dos recursos da natureza e com vantagem na afirmação das oportunidades sociais, pelo emprego.

Defendemos como uma das vias para concretizar tão diferenciado conjunto de objectivos a articulação de um nível baixo de tributação sobre os sectores sociais mais carenciados, com uma fiscalidade mais activa sobre a utilização dos recursos ambientais e o desenvolvimento de serviços criadores de emprego na satisfação de necessidades sociais básicas.

Avançar na penalização de actividades produtivas que são desenvolvidas à custa da destruição de recursos não renováveis ou de danos ambientais. Trata-se de encaminhar o sector produtivo no sentido de uma maior eficiência social, penalizando externalidades negativas, nomeadamente, o dispêndio de recursos que a geração presente tem o dever de preservar em benefício das gerações futuras.

É o caminho que permitirá, a melhor gestão dos meios que a Natureza nos permite desfrutar, seja como recurso para a produção, seja pela preservação da qualidade de vida ambiental e do património ecológico, reduzindo a sua sobre-exploração, induzindo à criação de postos de trabalho,

pela criação de novas oportunidades de negócio e por uma mais justa e equilibrada distribuição da carga fiscal.

Uma acção política desta envergadura justificará uma concertação de medidas entre os diferentes Estados-membros da União Europeia, visando evitar distorções na concorrência.

Economia assente em diversos pilares

Para além do Estado e dos agentes privados há um outro pilar da sociedade e da economia que importa relevar. A chamada economia social já não é um parente pobre das outras entidades, mas uma forma não menos eficaz e responsável de responder aos desafios que a todos se colocam. Para além da relevância social do sector cooperativo são dignas de apreço e merecedoras de estímulo, todas as instituições que actuam na economia social, com destaque para as IPSS's, Misericórdias e Mutualidades que desempenham um papel social insubstituível. Cabe-lhes identificar as necessidades das populações, promover actividades não valorizadas pelo mercado e aplicar meios de forma eficiente e com elevada relevância social. Não substituindo o Estado, pelos agentes da economia social também passa a generosidade do ideal de solidariedade que os socialistas defendem.

IX Desenvolvimento Regional, Política Fiscal e Orçamental

Será necessário prosseguir globalmente e de forma articulada com os esforços exigidos por um desenvolvimento regional ordenado e harmónico, pela necessidade de internacionalização da economia e, ainda, com o complexo e necessário processo que a reforma fiscal constitui.

Equidade e equilíbrio no desenvolvimento do território, eficácia e equidade no funcionamento das regras do sistema fiscal devem ir de par com a internacionalização da economia portuguesa, tirando partido dos aspectos positivos da globalização.

O resultado do referendo da regionalização não nos pode fazer esquecer a necessidade de aprofundar uma política de desenvolvimento regional que contribua para a superação progressiva das desigualdades de desenvolvimento entre as diferentes áreas do território nacional. Essa política de desenvolvimento regional tem de envolver os poderes locais e os diferentes agentes económicos e sociais de cada região em diálogo com o Estado, sendo essencial que a desconcentração do Estado tenha alguma racionalidade espacial e sectorial.

Neste contexto de maior equilíbrio espacial do desenvolvimento veio a consagração das regiões ultra-periféricas no Tratado de Amsterdão reforçar a ter em conta as necessidades especiais de apoio ao seu desenvolvimento, o que os deputados socialistas visaram sublinhar ao integrar essa referência nas Grandes Opções do Plano de 1999, assumindo-se todo o Partido numa óptica de solidariedade nacional como garante de apoio à concretização desse desenvolvimento.

É também neste contexto de tirar partido

dos aspectos positivos da globalização que tem de se entender a internacionalização da economia portuguesa e apoiar o seu relacionamento com outros espaços económicos, com o Mercosul, as áreas mediterrânicas e os países lusófonos, sem esquecer outras zonas do globo onde a capacidade laboral e empresarial dos portugueses tenham boas condições de intervenção.

A necessidade de se prosseguir com o processo da reforma fiscal em curso radica nos objectivos de aumentar a eficácia e a operacionalidade da Administração Fiscal e essencialmente na necessidade de reafirmar e progressivamente concretizar os objectivos de equidade e justiça fiscal que nos animam.

O avanço do processo da reforma fiscal que teve já algumas concretizações significativas, nomeadamente na alteração do sistema do IRS no Orçamento de Estado para 1999, terá que ser prosseguido de forma convicta e consolidada, com os cuidados necessários num domínio de tão elevada tecnicidade e de tão elevadas consequências sociais, económicas e financeiras.

Outros avanços se perspectivam que importa debater alargadamente e concretizar progressivamente de forma equilibrada.

Articulada com a Política Fiscal, a política orçamental tem emergido como um instrumento essencial ao serviço do desenvolvimento e da solidariedade. Os quatro Orçamentos da legislatura que está a terminar garantiram a compatibilização entre o rigor financeiro, o crescimento económico e a solidariedade social. A óptica, audaciosa nos objectivos e prudente na metodologia, com que foram elaborados e a sua boa execução conduziu, aliás, a que nomeadamente em termos do défice orçamental, da dívida pública e da receita fiscal, fossem frequentemente ultrapassados os objectivos estipulados.

A definição da política orçamental tem que continuar a harmonização entre os compromissos assumidos no âmbito europeu e a prossecução da melhoria contínua das condições de vida dos portugueses, através do investimento público e num esforço nas despesas sociais.

A prossecução desta política orçamental, em que o equilíbrio financeiro se associou a uma forte promoção do investimento público e à garantia de condições para o investimento privado e ao aumento do rendimento disponível das famílias coincide com um significativo aumento das despesas com as funções sociais do Estado, o que evidencia as características de uma política socialista, desenvolvimentista e solidária.

É justo reconhecer que estes últimos anos foram “anos de ouro” da economia nacional. E é também justo sublinhar que foi uma política governamental planeada com lucidez e executada com determinação que permitiu garantir as condições políticas e financeiras que nos colocam no início dos anos do “EURO”, politicamente centrais na Europa e no núcleo do novo espaço monetário europeu.

É neste quadro, que importa equacionar as questões futuras.

Por um lado, há que manter a coragem de, sendo partidários do alargamento da União

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

Europeia a leste, entendermos que as vantagens da participação de Portugal no EURO são múltiplas mas implicam um redobrado cuidado nos esforços de reconversão de parte do sistema produtivo nacional e nas negociações da Agenda 2000. Já que importa salientar que a actual proposta de Agenda 2000, na qual não se reconhece plenamente o ideal de solidariedade inerente ao socialismo europeu, apresenta aspectos preocupantes para Portugal que negociações cuidadas e firmes procurarão ultrapassar.

Por outro lado, há que ter cada vez mais em conta as questões decorrentes da chamada "Economia Digital", resultante da rápida expansão mundial e nacional das redes electrónicas.

Propiciando novas formas de comunicação e transacção, o novíssimo ambiente digital está a impulsionar profundas mutações na organização das empresas, na forma de fazer negócios, no teletrabalho e na própria

estruturação e conduta das Administrações Públicas. Colocar Portugal nas rotas mundiais do comércio electrónico e levar aos vários sectores da economia os benefícios da modernidade tecnológica é uma grande tarefa nacional, a que é preciso futuramente dedicar mais atenção e adequada prioridade.

X Conclusão

Esta moção insere-se numa preocupação importante de intervir na área económico-financeira, num quadro nacional e europeu e no contexto mundial, assegurando a concretização dos princípios do socialismo democrático, tendo em conta as realidades da economia moderna. Pretende-se mobilizadora das vontades de militantes e simpatizantes, intervenientes na área económica, sejam trabalhadores, qua-

dros, gestores ou empresários, autarcas, parlamentares ou governantes, no sentido da concretização de um projecto solidário e democrático no caminho do terceiro milénio.

Subscritores:

**Joel Hasse Ferreira
João Carlos Silva
José Medeiros Ferreira
Paulo Pedroso
Henrique Neto
Vitor Ramalho
António Reis
Barbosa de Oliveira
Maria Carrilho
Nelson Baltazar
Paulo Neves
Carlos Luis
José Rosa do Egípto
José Saraiva
Fernando Serrasqueiro**

**Casimiro Ramos
Oscar Gaspar
Miguel de Andrade
Afonso Candal
Sónia Fertuzinhos
Fernando Rocha Andrade
Marcos Perestrello
Luís Pedro Martins
Mafalda Troncho
José Maria Teixeira Dias
Gonçalo Velho
Manuel Francisco Valente
Teresinha Garrido
Arlindo Oliveira
Clara Pinto
José Gameiro dos Santos
Isabel Lourenço
Pedro Adão e Silva
José Joaquim Leitão
Ana Catarina Mendes
Manuel dos Santos
Fausto Correia**

MOÇÃO SECTORIAL

POR UM NOVO HUMANISMO NOS SECTORES ECONÓMICOS E NAS EMPRESAS

Os militantes das secções de Acção Sectorial propõem ao Congresso uma reflexão sobre o seu papel na vida do partido e na sociedade portuguesa.

No passado fizemos um combate fundamental para pelas liberdades no plural. Consolidada a Democracia, muitos pensam que o seu papel se secundarizou e há mesmo desejo extintas estas estruturas de militância, consideradas um do PREC, ou pior, formas de «lobbying» para fins egoístas.

Projecta-se, assim, na nossa vida interna a linha de linha de pensamento de cultura antidemocrática da direita radical que, com sucesso, acentuou na sociedade portuguesa a ideia de que todos os males da vida moderna, insegurança, corrupção, desemprego, pobreza e violência, exclusão e sofrimento humano – radicam nos vícios dos partidos políticos, tal como os radicais de esquerda estigmatizam a liberdade de mercado, a actividade económica e particularmente os gestores e empresários. Compete aos socialistas a continuação do seu papel histórico, como reformadores do sistema político económico e social na procura do justo equilíbrio.

Sendo esta responsabilidade fundamental de todos os Socialistas, os militantes das Secções de Acção Sectorial estão para ela vocacionados.

Não há separação possível entre a responsabilidade política e a gestonária pelo que o mito da tecnocracia chegou ao fim, baseado num novo pensamento único, o liberalismo, apropriaram-se do poder servindo-se indiferentemente da esquerda ou de direita, misturando num mesmo registo os conhecimentos técnicos como um fim e não como um meio, e a definição dos problemas políticos.

Para os socialistas a base do poder reside na eleição em torno de um projecto, que

as mudanças socioeconómicas tornaram mais complexo, daí que a confiança na concretização de melhorias sustentadas e realistas seja cada vez mais depositada nos partidos socialistas europeus.

Nas sociedades contemporâneas de Estado repartem-se e interligam-se com a iniciativa dos cidadãos e das instituições, pela via do diálogo com compromissos e descentralização das decisões, sem paternalismos económico-sociais e sem indiferença face às desigualdades.

A emergência de uma grande classe média com crescentes exigências de consumo e conforto, faz representar o papel do político portador de «Esperança» em todas as frentes de decisão, representação e debate, sem abdicar dos objectivos e grandes princípios de sempre, de justiça e igualdade de oportunidades.

O pluralismo não pode ser incompatível com a alternância, daí que tenhamos o dever de ambicionar participar em todas as frentes de acção política que contribuam para a concretização do nosso projecto, temos essa responsabilidade, pelo que, cada vez que investimos em funções políticas um socialista tecnicamente competente, assumimos dupla responsabilidade perante o nosso projecto e o País.

Linhas de orientação dos militantes das Secções de Acção Sectorial

I. As secções de acção sectorial são sedes de debate político, de saberes e elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável e sólido em que os socialistas trabalham com o fim último de equilibrar o desenvolvimento económico com o desenvolvimento humano.

II. Sem ingerências nos actos legítimos de gestão ou definição das políticas sectoriais, não podemos ser indiferentes às

consequências sociais, económicas e políticas dos mesmos.

III. O extraordinário défice de participação dos trabalhadores na empresa, cujo acesso continua vedado aos sindicatos, tem acentuado o autoritarismo das decisões, correndo risco, o modelo para o qual tantos gestores socialistas contribuíram para implementar nas empresas públicas, pelo que, apoiaremos os sindicatos no sentido de levar à empresa o diálogo social, e um novo modelo de relações laborais e de representação dos interesses das comunidades de trabalho.

IV. Os militantes das Secções de acção Sectorial apoiam a Acção governativa, divulgando onde é mais rapidamente assimilada a informação correcta das decisões tomadas pelos seus camaradas no Governo, na produção legislativa, na administração e em todas as frentes de representação política.

V. Apoiaremos os nossos gestores, contribuindo para que a maioria dos trabalhadores assumam com conhecimento e sentido de pertença e partilha das responsabilidades o desafio da competitividade que passa por uma informação e consulta aos trabalhadores sobre a situação económica e financeira, a gestão provisional do emprego e das decisões que possam conduzir as mudanças substanciais da organização de trabalho e das relações contratuais.

VI. Os militantes das Secções de Acção Sectorial apoiarão os esforços de formação de iniciativa pública ou privada realmente qualificantes dos recursos humanos, nos sectores.

VII. As Secções de Acção Sectorial serão estruturas de debate abertas à sociedade, aos técnicos e independentes que conosco queiram reflectir sobre os problemas sociais comuns e específicos dos grandes sectores e também das PME.

VIII. Os grandes desafios de construção sectorial pela via da negociação colectiva ou auto-organização ou associação de soluções de complementaridade de Segurança Social, adequadas a cada caso, terão o nosso empenhamento prioritário, sem pôr em causa a responsabilidade do Estado nem o papel insubstituível da Segurança Social na construção da solidariedade. IX. Os problemas do desemprego, do trabalho clandestino, da sinistralidade no trabalho, da escassa qualificação e formação insuficiente dos activos, da inserção dos jovens, da discriminação salarial e de carreira entre os sexos e da ausência de solidariedade geracional – trabalhadores jovens versus idosos – têm a nossa estreita vigilância e empenhamento no sentido de contribuir para um novo humanismo das relações sociais.

X. Apoiaremos as iniciativas de TSS para uma participação na actividade dos sectores, nas comissões de saúde, higiene segurança e ambiente o local de trabalho, e de representação dos interesses gerais dos trabalhadores por conta de outrem.

Assim propomo-nos realizar:

a) Bi-anualmente um Fórum de debate de aspectos socioeconómicos racionais e comunitários comuns e globais com vista a encontrar estratégia de desenvolvimento solidário e sustentável, com a participação de Independentes e a colaboração das universidades.

b) Realizarmos com o apoio de TSS encontros temáticos que fortaleçam a acção sindical e aumentem a nossa participação e empenhamento social.

c) Em colaboração com os movimentos sociais mutualidades, associações cívicas, universidades e outros daremos combate à exclusão ao racismo e à indiferença, dando a estas organizações que se desejam independentes, significativa militância.

d) Colaboraremos para debater e implementar medidas de gestão e sociais na administração pública central e local com vista à melhoria das condições de vida e trabalho particularmente das zonas urbanas, degradadas ou periféricas.

e) Cada sector organizará, anualmente a sua reunião geral, combate nos principais estatutos e regulamentos de participação a aprovar pelos órgãos competentes do

Partido (Federações e Secretariado Nacional) em função da sua amplitude.

Confiantes no futuro do PS, revemo-nos nas suas realizações de que queremos ser parte activa nos exactos termos e princípios que nos propomos a este Congresso. Orgulhamo-nos do prestígio europeu do nosso primeiro-ministro e nas realizações dos nossos camaradas no Governo. Os socialistas são a esperança de um futuro

melhor para quem trabalha mas, no local de trabalho o rosto dessa esperança, que sem demagogias ou enganos temos a convicção e a ambição legítima de realizar, somos também nós os militantes de base. Com o nosso trabalho convicção e testemunho contribuimos para credibilizar o PS nas comunidades de trabalho.

As nossas propostas a este Congresso têm a finalidade de que este reconheça e en-

quadre a nossa acção política na modernização e abertura à sociedade do PS que todos desejamos, recuperando e conquistando para actividade política os cidadãos activos e solidários disponíveis para enriquecer a já nobre e generosa tarefa de ser cidadão e militante do PS no mundo do trabalho.

Secções de Acção Sectorial da FAUL

MOÇÃO SECTORIAL

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

O PS é um partido de liberdade e, por isso, os seus militantes devem fazer da liberdade uma prática quotidiana. O debate, a assunção da diferença e da divergência, o espírito crítico, não são incompatíveis com as responsabilidades de um partido de Governo. Antes pelo contrário: são condições necessárias para a co-responsabilização e para que todos os socialistas - quaisquer que sejam as suas funções e os cargos que desempenham - convivam na vontade e na tarefa de transformação do nosso País, de superação das suas debilidades estruturais, geradoras de injustiças e de desigualdades.

Nesta moção, além de considerações genéricas sobre a Educação e a Ciência, propomos também ao Congresso pistas de reflexão e debate sobre a política para a Cultura que terá de assentar em quatro vectores essenciais:

- a valorização da dimensão cultural do desenvolvimento;
- a afirmação e o enriquecimento da nossa identidade cultural;
- o aumento da participação na vida cultural;
- a promoção da cooperação cultural internacional e do diálogo entre culturas.

II

Os desafios com que os socialistas se deparam neste limiar de um novo século e mesmo de um novo milénio, são, em grande medida, de natureza civilizacional. Face a um modelo de sociedade onde o *ter* predomina sobre o *ser*, onde a política se torna espectáculo, e a economia é determinada não pelo objectivo do bem comum, mas pela procura do lucro máximo, torna-se, mais do que nunca, necessário definir a realização integral do indivíduo como meta principal de um projecto de mudança democrática do Estado e da organização social.

Esta concepção de indivíduo implica que a Educação, a Ciência e a Cultura, sejam consideradas prioridades do PS na sua acção governativa.

Na Educação importa não diminuir o esforço orçamental prosseguido pelo actual Governo socialista, cuja acção positiva neste sector é de sublinhar. Infelizmente são

muitas as fragilidades estruturais com que o nosso sistema educativo ainda se depara nos diversos níveis. Por outro lado, continua a ser necessário insistir na dignificação dos professores e demais profissionais que esse sistema integram.

Haverá, ainda, que pugnar por que não sejam as leis do mercado a determinar a evolução do ensino superior privado, a fim de evitar o surgimento de situações de instabilidade e até de desigualdade nas condições de acesso dos jovens à vida activa, resultantes do facilitismo desresponsabilizador que caracterizou a actuação dos governos PSD neste sector, com reflexos perniciosos na qualidade.

Em todas as etapas do processo educativo o Estado, sem impor administrativamente o seu monopólio, não pode nem deve demitir-se das suas obrigações, não só no plano orçamental, mas também no da prossecução de um projecto que tenha no seu cerne inquestionáveis princípios de liberdade, tolerância e pluralismo, associados a uma firme concepção laica e republicana de formação cívica e cidadã.

O Estado não é nem pode ser neutral quanto ao valores essenciais de uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente responsável. Cabe à escola transmiti-los através do sistema educativo, pois ela não é mera unidade de uma rede administrativa de comunicação burocrática e passiva de saberes, mas antes um espaço vivo de participação, integração e cidadania.

Na **Ciência e Tecnologia** há que continuar e mesmo reforçar o trabalho do Governo, em grande medida e praticamente fundador, para que, tanto quanto possível, se supere o fosso que também nesta matéria nos separa da generalidade dos demais países da União Europeia. É essencial investir na acção de educação e sensibilização para a cultura científica, desde os primeiros anos de escolaridade. Acção que deve alargar-se a toda a população que dessa cultura foi mantida arredada.

No tempo em que vivemos, de aceleradas mudanças tecnológicas e comunicacionais, a incultura científica é como que uma nova forma de analfabetismo que tem de ser combatida. Tanto mais que, com os progressos científicos observados nos tempos recentes, a humanidade

de ficou simultaneamente mais rica e mais vulnerável, pois não se está livre de alguns desses progressos - nomeadamente no domínio da biogenética - serem utilizados em função de interesses mercantilistas e de poder, subvertendo valores éticos essenciais à dignidade humana.

Estas questões não podem ser iludidas por quem detem responsabilidades públicas de governação, devendo-se tomar, nos âmbitos adequados, as medidas concretas necessárias, de forma a alertar e consciencializar os cidadãos para o que está em jogo na sociedade contemporânea.

III

Na **Cultura**, todos os socialistas se congratulam com realizações importantes como a da inscrição das gravuras de Foz-Côa no Património da Humanidade ou a da atribuição ao Porto da qualidade de Capital Europeia da Cultura em 2001.

Mas devemos ser mais ambiciosos e mais exigentes. É necessário ganhar em solidez o que em certos casos sobra em mediatização, prosseguindo uma política cultural multifacetada e equilibrada, assente numa estratégia coerentemente definida que tenha em conta as responsabilidades do Estado, os meios escassos disponíveis e o que se pode considerar serem as prioridades nacionais.

Algumas destas prioridades têm sido positivamente assumidas, nomeadamente no domínio do património e no que se refere ao desenvolvimento da rede de bibliotecas públicas e ao apoio ao livro e à leitura. Todavia, mesmo nestas matérias certos aspectos merecem reflexão.

No caso do património, criou-se um novo instituto de arqueologia, e apesar do reforço de meios e de funcionalidade do IPPAR, persistem dificuldades na assunção do princípio da transversalidade, assim como na clarificação do enquadramento legislativo do sector. Tendo-se optado por uma nova Lei do Património Cultural, esta só muito recentemente deu entrada na Assembleia da República. Por outro lado, não se resolveram problemas de articulação e de cooperação com outros organismos do Estado - como a DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) - e existe uma situação de

indefinição e estagnação quanto a tarefas fundamentais como, por exemplo, a de inventariação dos bens móveis.

No segundo caso, e no que diz respeito especificamente ao livro, a lei do preço fixo deveria ter sido acompanhada por medidas eficazes que contribuíssem para o reforço da indústria nacional, tanto na edição como no que concerne à rede livreira e à distribuição.

Consideramos ser igualmente positiva a diversificação das vias de financiamento de sectores e actividades em complemento à participação orçamental do Estado, mas na fase embrionária em que ainda está a aplicação das mesmas, é difícil poder avaliar a sua eficácia. Todavia, seria seguramente útil potenciar instrumentos como o Fundo de Fomento Cultural, que necessitaria de ser repensado e reestruturado, para que, de acordo com a sua vocação primordial, pudesse assegurar flexibilidade e rapidez na resposta do poder central aos projectos e iniciativas que emanam da sociedade e de agentes culturais, fora dos principais circuitos de financiamento e subsidição.

Nas artes do espectáculo, onde também havia uma herança particularmente pesada das governações anteriores, mantém-se uma situação de acentuada fragilidade financeira, funcional e programática dos teatros nacionais, em particular do D. Maria II e do S. Carlos, cujo modelo orgânico foi recentemente redefinido. Neste último caso, há ainda a realçar a situação da Orquestra Sinfónica Portuguesa que praticamente se limita a um papel de orquestra de ópera. Sendo a única sinfónica do país, deveria desempenhar um papel dinamizador da vida musical do país.

Neste domínio da música, verifica-se, ainda, a estagnação do projecto de criação de orquestras regionais, que deveria ser repensado, inclusive para se clarificar a relação das existentes com a administração central. Por outro lado, continua a ser preocupante o enorme peso de músicos estrangeiros nas formações existentes. Não por razões de carácter estreitamente nacionalista, mas pelos efeitos perversos geradores de conformismo quanto às nossas capacidades e que prolongam uma situação de subaproveitamento das potencialidades dos portugueses. Acresce a este problema, de insuficientes pers-

pectivas de realização profissional e de desenvolvimento dos músicos, o idêntico com que também se deparam os (poucos) cantores líricos consagrados, cujo talento tem sido malbaratado, e, sobretudo, os jovens valores que deviam poder encarar o futuro com optimismo. Uma articulação eficaz com as escolas artísticas existentes é fundamental.

Igualmente fundamental é que se desconcentre a produção de qualidade nos vários domínios - como o da música, o do espectáculo lírico e o da dança -, fomentando, inclusive, acções de itinerância. Assim se democratizará o acesso a essa produção e se deixará de privilegiar as elites dos principais centros urbanos, normalmente já favorecidas pela oferta que, com frequência, excede os públicos potenciais, visto estes não crescerem nem se renovarem.

Outras áreas exigem medidas em profundidade, o que não se compadece com a procura de realizações de efeito sobretudo imediato e mediático.

Referimo-nos à necessidade de uma descentralização efectiva da acção do Governo que passe, inclusivamente, pela cooperação reforçada com as autarquias locais e com os agentes culturais profissionais ou profissionalizados - por exemplo, no domínio do teatro - que actuam nas zonas do país culturalmente mais desfavorecidas. Mas também nos referimos aos pontuais, casuísticos, insuficientes incentivos e apoios às expressões culturais associativas, às práticas amadoras, como as bandas filarmónicas - existem

mais de setecentas em todo o país - e àquilo a que se costuma chamar "cultura popular", o que deve ser entendido não numa óptica conservadora de apego nostálgico à "tradição", mas sim de valorização criativa das nossas raízes, da etnografia aos saberes e sabores, locais e regionais.

No sector do cinema e do audiovisual, assistiu-se, durante a legislatura em curso, a uma inflexão profunda da estratégia inicialmente definida, o que será positivo se devidamente enquadrado por uma estratégia realista. Importa, com efeito, encontrar o ponto de equilíbrio entre os condicionalismos que advêm da nossa pequena dimensão enquanto mercado nacional, as especificidades da nossa produção e a componente industrial e económica da mesma. A política para este sector tem de se inserir, sem tibiexas, no contexto europeu, única maneira de, através de uma convergência e concertação de esforços e meios, se poder resistir à hegemonia cultural norte-americana, particularmente agressiva e eficaz.

Portugal tem de participar activamente nas redes internacionais da criação e da produção artística. Delas receber contributos enriquecedores e de nelas se projectar, sem timidez, valorizando os nossos criadores, os nossos escritores e poetas, os nossos intérpretes. Mas isto não significa confundir um salutar cosmopolitismo com snobismo provinciano e que se perca de vista as realidades do todo nacional, as carências, as insuficiências, e as tarefas prioritárias que é preciso executar.

Nesta ordem de preocupações se insere a questão da educação estética e do ensino artístico, absolutamente central, que exige uma eficaz intervenção interministerial, tanto na sua componente vocacional e profissional, como na da sensibilização elementar desde os primeiros anos da escola, necessária para a criação de novos públicos e para a formação de cidadãos de corpo inteiro. Sem esquecer o problema da formação e dignificação da actividade dos animadores culturais, cujo papel é cada vez mais relevante, inclusive do ponto de vista da preservação e da coesão do tecido social e da integração na sociedade de estratos populacionais - em especial dos mais jovens - susceptíveis de comportamentos desviantes.

Finalmente, e sem pretendermos ser exaustivos, dever-se-á também sublinhar a importância da política da língua e da componente externa da política cultural, direccionada, muito particularmente, para os diversos países lusófonos e as comunidades de portugueses emigrados e lusodescendentes. Neste particular o livro, o vídeo, o cinema, os produtos multimedia, são veículos fundamentais para a defesa e reforço da presença do português e dos laços que ele alimenta. Trata-se de outras linhas de actuação interministerial, mas da qual o Ministério da Cultura não se pode alhear ou demitir. Cabe-lhe o desempenho de um papel catalisador, dinamizador e racionalizador.

A cultura, nas sociedades contemporâneas, gera actividades económicas de grande relevância, não só pelos dinheiros que

movimentam, como pelos postos de trabalho que criam. Mas para os socialistas não deve nem pode resumir-se a isso, nem a uma função predominantemente majestática.

A política cultural, para os socialistas, além das questões concernentes à salvaguarda de uma herança comum de gerações passadas, de expressão e projecção da criatividade e da identidade nacional, deverá também assumir as responsabilidades inerentes à dimensão de serviço público e à sua função social, o que significa tornar-se um instrumento de democracia e de cidadania, de igualdade nas possibilidades de acesso, de fruição e de realização pessoal.

A cultura tem, por isso, de sair dos meios à partida mais privilegiados das grandes cidades, chegar às suas periferias e àqueles que nelas vivem - em especial os jovens -, assim como a todo o lado do espaço nacional, resistindo à tentação, porventura politicamente mais frutuosa no curto prazo, de corresponder às pressões e às veleidades de certos circuitos e interesses elitistas. Isto para que a passagem à prática desta visão humanista de política cultural, que devemos prosseguir, nos possa ajudar a ser mais humanos, mais portugueses, mais europeus e mais cidadãos do mundo.

Fernando Pereira Marques
António Reis
José Medeiros Ferreira
Eduardo Pereira
Jorge Strecht Ribeiro

MOÇÃO SECTORIAL

UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES

1. Os signatários, delegados da Secção do Lumiar, Ameixoeira e Chameca ao XI Congresso Nacional do Partido Socialista, apresentam moção sectorial com vista ao estabelecimento da indispensável «**RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES**» de forma a permitir que o PS, seguindo «**A NOSSA VIA**», proceda às transformações estruturais decorrentes do mandato claro e inequívoco que o eleitorado português lhe irá conceder nas próximas legislativas.

É, aliás, convicção dos signatários - delegados do Lumiar - que será absoluta a Nova Maioria que o PS disfrutará na legislatura de 1999-2003, durante a qual se esperam reformas de fundo na Sociedade Portuguesa para poder fazer face aos desafios do Século XXI.

Com efeito a modernização do Estado, a regeneração do sistema político-partidário, a guerra à droga e ao desemprego, o combate à perifericidade europeia, o processo de internacionalização duma economia sustentada, o desenvolvimento da capacidade de inovação tecnológica e a abertura estratégica ao Atlântico, são tarefas gigantescas, próprias duma geração. Mas proporcionam *uma oportunidade histórica* ao Partido Socialista para que não deixe hipo-

tecar nem o seu futuro nem o da esquerda portuguesa.

2. Daí a necessidade de se *reforçar a relação de confiança* com os militantes PS num partido que seja uma verdadeira plataforma entre o Poder Político (leia-se Governo) e a Sociedade. Um partido que exista autonomamente, nem excessivamente governamentalizado nem dependente da volubilidade da sociedade civil. Um partido que seja uma mais valia efectiva, com pensamento próprio e reflexão crítica, servindo de alerta (antecipado) a eventuais desvios da acção governativa. Um partido que, por outro lado, contribua para a credibilização da política e dos seus protagonistas - a classe política. Um partido que sirva de catalizador aos movimentos sociais de apoio às reformas que terão de ser implementadas e constituem naturais expectativas da população portuguesa. Enfim, um partido capaz de enfrentar com sucesso os desafios que o esperam. Desafios que poderão ter de assumir-se numa conjuntura diferente da actual: ciclo económico mundial marcado por alguma recessão, redução progressiva dos fundos comunitários, competitividade acrescida

dos candidatos da abertura ao Leste (em especial na atracção do investimento estrangeiro), diminuição dos proveitos resultantes das privatizações, eventuais dificuldades no cumprimento das regras orçamentais impostas pelo Pacto de Estabilidade.

3. Ora o insucesso dos referendos (especialmente o da regionalização) veio a demonstrar que a dinâmica vencedora - que ficou conhecida por Estados Gerais - estava já completamente esgotada. Experiência inteligentemente utilizada, capitalizou o descontentamento identificado em «Portugal, que futuro?» e assentou a sua lógica numa cooptação de independentes e/ou dissidentes de várias formações políticas, mobilizando assim significativos sectores da sociedade, quer à esquerda quer à direita. A constituição do governo PS, saído das eleições, não poderia deixar de corresponder a um governo em que uma parte substancial da população portuguesa se visse representada. Por outro lado, reproduziu e potenciou a já conhecida lógica de relacionamento individualizado e fulanizado que tem, aliás, caracterizado a prática das formações políticas nacionais.

Em suma, passados os primeiros tempos da governação, recrutadas algumas personalidades para o preenchimento de cargos públicos e alimentadas pequenas queixas (aproveitadas e ampliadas pelos media), extinguiu-se qualquer forma de diálogo, seja com a sociedade civil seja até com os próprios militantes. O não funcionamento do Gabinete de Estudos Nacional é, neste caso, paradigmático. A iniciativa duma concelha ao pôr a funcionar uma estrutura de participação de militantes de base (sintomaticamente denominada «estados gerais do militante») veio chamar a atenção para a circunstância de o «povo» ter estado ausente dos Estados Gerais (reservados apenas ao «clero» e à «nobreza») e, simultaneamente, procurou animar um diálogo com militantes desmotivados e, sobretudo, perturbados por inquietantes sinais de descontrolo político na articulação Grupo Parlamentar - Governo, situação que entretanto terá sido ultrapassada. Registe-se que a iniciativa referida, mesmo que de expressão limitada na forma e no âmbito, não deixa por isso de ser louvável.

4. Mas a regionalização - ou, se se quiser, a descentralização - é bandeira que não

pode baixar-se. Seria a mais completa frustração para milhares de militantes socialistas que, desde há muito, se empenham na sua concretização. Temos de fazer dela o debate das grandes causas. É questão que terá de ser retomada - dentro do Partido - aquando da inevitável reflexão a fazer para a modernização do Estado, através duma profunda reforma da Administração Pública, na sua estratégia e na sua gestão. Com efeito se uma tal reflexão não for feita, atempadamente, será a União Europeia a impor-nos (directa ou indirectamente) constrangimentos de natureza orçamental dificilmente compagináveis com a nossa realidade. Daí a necessidade do Partido manter diálogos, de saudável conflitualidade, com movimentos sociais de diversa natureza e num esforço sério e continuado de pedagogia.

Ora o Partido em si mesmo, nas condições actuais do seu funcionamento, tem muita dificuldade em protagonizar um projecto de mudança. A maior parte dos seus membros mais activos ou estão no Governo ou preenchem cargos públicos. Até por isso não podem reunir as condições de *suficiente independência* para a organização e implementação duma estratégia partidária autónoma que possa responder aos desafios que se esperam.

Se não vejamos *alguns exemplos* desses desafios...

• **Primeiro.** Toda a esquerda europeia discute o seu posicionamento político em tempos duma realidade que é a globalização. Não se trata de qualquer refundação ou recentragem, mas sim do estabelecimento de bases para um novo relacionamento entre o político e o económico, entre o mercado e a protecção social. A indispensabilidade da intervenção do PS, neste debate, é uma questão de defesa da autonomia nacional, é uma questão de democracia. Ora ninguém acredita que o Partido (tal como está a funcionar) seja capaz de construção teórica autónoma que alimente polémica consistente na sociedade civil. Meia dúzia de intervenções avulsas, em artigos de opinião, a maioria dos quais de crítica à postura de outros, foi até agora saldo diminuto para querela tão importante.

Já no passado a Secção do Lumiar (em conjunto com outras estruturas de base) chamou a atenção⁽¹⁾ para o facto do PS não ter tido matriz operária e, por conseguinte, tradição sindical. Mas uma tal circunstância não lhe retirava todo um passado de luta (como nenhum outro partido) na implantação da democracia em Portugal e na consolidação do seu Estado de Direito. E é precisamente em nome desse passado que se exige que o PS seja o *fulcro* de qualquer debate para actualização do pensamento social da esquerda portuguesa sempre na base de uma inspiração humanista e libertadora, reforçando a identidade nacional fundada na cultura e procurando, no advento do indivíduo, um sentido para a globalização.

• **Segundo.** Tudo indica que a nova maioria polarizada pelo PS teve, na sua constituição, uma significativa participação de funcionários e outros agentes do sector público, administrativo e empresarial. E não se reprovava que, no preenchimento da máquina do Estado, tenham sido beneficiados

homens e mulheres recrutados nessa área de eleitores. O que se deverá contestar são nomeações de impreparados (mesmo quando competentes para o exercício de outras funções) ou nomeações por razões únicas de obediências de qualquer natureza. Até porque a nomeação de incompetentes é porta pela qual, muitas vezes, se instala a corrupção.

Para além disso não se nega que tenha melhorado a situação de contratação e de prestação de serviços de muitos funcionários públicos. E que terão sido feitos esforços louváveis seja para uma maior desburocratização da Administração, seja em termos de condições de trabalho dos seus agentes (cursos no INA, Loja do Cidadão). Mas a *grande reforma* porque anseia a Função Pública não se esgota nestas acções pontuais. Começa numa *nova cultura de governação que valorize a Administração* criando uma escola de «policy-makers» em carreiras de verdadeira qualidade, como acontece na generalidade da União Europeia. Uma Administração revitalizando a capacidade de análise prospectiva do Estado, atenta, antecipando-se aos acontecimentos (compare-se a segurança técnica dos espanhóis e a posição portuguesa na recente cimeira de Vilamoura sobre a água), fornecendo ao Poder Político estratégias alternativas para a necessária escolha política..., evitando, assim, desgastes desnecessários como é o caso, por exemplo, das incineradoras. Ora o que se verifica é uma cultura de *governação de legislatura* - mediatizada (porque na base de «spin doctors») e herdada de governos anteriores - em que os ministros, secretários de Estado e assessores substituem-se, de facto, à Administração. Nesta desapareceu a hierarquia da competência e o rigor da disciplina para além de permitir as maiores desigualdades entre funcionários que possuem poder reivindicativo de grupo e aqueles que dele não dispõem. E a Administração só não paraliza devido à dedicação de muitos dos seus agentes.

O recurso a consultores externos (nacionais e estrangeiros) nas actividades nobres de concepção e planeamento desincentivam, naturalmente, a criatividade e a capacidade de iniciativa. A introdução de concursos para lugares de chefia, pese embora os seus propósitos moralizadores, acaba por constituir medida de muito duvidosa eficácia. A criação de institutos públicos e sociedades de capitais públicos, na conjuntura descrita, não passará de cosmética onerosa (multiplicação de lugares, cartões de crédito e outras mordomias) diluindo responsabilidades - que na Administração devem ser individualizadas - por um colectivo constituído, tantas vezes, por profundos desconhecedores do sector em que se inserem aqueles institutos e/ou sociedades. Acresce que merece quantificação e reflexão os encargos dos fundos de pensões correspondentes à peregrinação, nestes vinte anos, de alguns milhares de gestores públicos.

• **Terceiro.** Atravessa-se um período em que, por restrições orçamentais, há a tendência fácil de concessionar infraestruturas, equipamentos e prestações de serviços públicos em tudo quanto origine receitas susceptíveis de permitirem a amortização

dos respectivos investimentos. Até hospitais e prisões (como, por exemplo, no Reino Unido) não escapam à onda das privatizações. São as multinacionais a montarem a engenharia financeira do negócio. A continuar assim ficarão reservados, para o Estado, serviços francamente deficitários e tarefas de licenciamento e regulação de actividades. A continuar assim entra-se na era das *empresas ricas e do Estado pobre*. De registar, como curiosidade, que os consórcios adjudicatários vão, precisamente, buscar «know-how» às entidades públicas dos países que não deixaram empobrecer o seu Estado, o qual - por isso - não se demite dos seus deveres.

Não se estranhe assim que, neste quadro, se recomendem especiais cautelas no processo (em voga) de procura de *parceiros privados para o desenvolvimento*. E que, cada vez mais, se impõe o primado do político sobre o económico, da ética das convicções sobre a lógica dos interesses, impedindo que as grandes multinacionais devam o sistema financeiro e controlem a produção da riqueza nacional. Por outro lado, continua *incontornável* (pelo menos até agora) o saldo imediato resultante das privatizações e megafusões: o *desemprego*.

Impõe-se, pois, um projecto nacional para o Sec. XXI que vença os nossos atrasos estruturais, projecto com novos desígnios e que complemente o processo de integração na União Europeia. A adequação do sistema educativo às necessidades nacionais, a aposta na inovação e na tecnologia, o desenvolvimento de formas cooperativas e do mercado social do emprego, um enérgico combate à droga e uma maior segurança policial, uma estratégia de desenvolvimento (na base da competitividade e promoção de emprego) sobre o Atlântico fazendo da língua portuguesa a nossa verdadeira pátria, a apresentação (como potência administrante) dum plano concreto de desenvolvimento de Timor introduzindo (assim) novos dados na litania sem fim das negociações com a Indonésia - são algumas das vertentes a ter em conta no *projecto estratégico* que se reclama. Recorde-se que, nos anos 40, dois governantes seguiram uma linha de rumo e criaram um centro de excelência em Portugal no domínio das barragens: desenvolveram tecnologia (LNEC), planearam empreendimentos (Hidráulica e Hidroeléctricas), abriram mercados (Portugal e antigas colónias), especializaram empresas de construção (Somaque e outras). Tudo em português. Daí nasceu o prestígio do LNEC... então escala obrigatória na visita de governantes e dirigentes mundiais ao nosso País. Em contrapartida, o saneamento político (em 1947) dos nossos maiores matemáticos retirou a possibilidade de Portugal ter apanhado, então, o comboio inicial da informática com todas as consequências negativas, para o desenvolvimento, que facilmente se adivinham. Ora só um PS aberto, moderno, de mudança, poderá contribuir para que se tenham novas aspirações e se erradiquem da sociedade portuguesa resquícios do marcelismo, de gestões tipo Mac Namara dos anos 60, das perniciosas tentativas (até agora frustradas) de compromissos históricos numa promiscuidade do público e do

privado. *Só o PS poderá liderar o combate cívico indispensável a um Portugal novo e verdadeiramente europeu.*

5. Os aspectos focados evidenciam o muito que ainda há a fazer. E como dizia nome grande da nossa História, as contas pedidas aos governantes não se referem ao que de bom (ou mau) fizeram, mas sim ao que deixaram por fazer. Por isso o reforço da *RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES* torna-se indispensável para que o PS, no Governo, possa proceder às transformações estruturais por que anseiam milhões de Portugueses. Mas um PS robustecido constituindo verdadeira consciência social do Governo, ao qual recordará sempre a sua mundividência socialista. Ora os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - têm plena convicção de que só o Secretário Geral - *directamente e sem ser por delegação* - poderá assegurar o reforço dessa relação de confiança que é vital não só para o Governo como para a própria esquerda portuguesa. Os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - confessam que, hoje como ontem, não têm razões para manter expectativas especiais relativamente à composição dos órgãos dirigentes a sair do Congresso e que, eventualmente, pudessem configurar uma alteração significativa no funcionamento interno do Partido. As estruturas de base (do Norte ao Sul) continuarão a assistir cooptações de inscritos seus que nunca entraram nas respectivas instalações ou que delas se afastaram logo que assegurado um cargo público de algum relevo. Isto porque sabem não ser aí a sede da sua legitimação partidária.

Por isso é preciso chamar ao Partido quem milite nos bons e maus momentos, quem não tenha compromissos para poder dialogar (sem constrangimentos) com movimentos sociais, quem possa contribuir para a credibilização da política defendendo princípios éticos e atacando frontalmente todas as formas de menor transparência. E só o Secretário Geral os poderá chamar e congregar para uma profunda modificação de comportamentos partidários, para uma mais eficaz sustentação da actividade governativa, em suma, para uma nova pedagogia do exercício do Poder Político. É pois com este espírito que os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - se permitem, através da presente moção sectorial, formular o seguinte conjunto de propostas concretas e que *não conflituam* quer com normas estatutárias vigentes quer com o funcionamento corrente do Partido.

(i) Apelar ao Secretário Geral para que crie, com a urgência possível, uma estrutura de reflexão política (tipo «think-tank» na expressão inglesa) a funcionar com o apoio logístico do Gabinete de Estudos Nacional ou de qualquer outra estrutura que se entender mais conveniente;

(ii) Que seja o Secretário Geral a designar um número reduzido de militantes da sua *estricta confiança política e pessoal* (mas que não integrem, obviamente, o executivo governamental e respectivos gabinetes) para a coordenação de «task-forces» organizadas por áreas temáticas com vista ao *acompanhamento da acção governativa* e aconselhamento político do

Secretário Geral;

(iii) Que o Secretário Geral obtenha a ratificação dessas designações nos órgãos competentes do Partido a fim de, sem equívocos, ficarem vinculados ao processo;

(iv) Que, através de mailing directo, o Secretário Geral convide - para efeitos de (i) e (ii) - todos os militantes (que se mostrem disponíveis) a inscrever-se na sua estrutura de base a qual remeterá os currícula aos coordenadores designados.

(v) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» se reporte directa e unicamente ao Secretário Geral com o qual concertarão o plano de acção anual, numa visão estratégica e de mobilização da colaboração disponibilizável.

(vi) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» selecione (como entender) os currícula recebidos das estruturas de base e constitua um núcleo inicial com o

qual organizará as regras de funcionamento das «task-forces» que o Secretário Geral entender necessárias.

(vii) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» convide também independentes cujos currícula deverão todavia ser enviados, *para simples conhecimento*, das secções PS correspondentes às residências dos independentes convidados.

(viii) Que os contactos de cada um dos coordenadores das «task-forces» com responsáveis governamentais (mesmo para a obtenção de informação e/ou documentação) deverão ter conhecimento prévio do Secretário-Geral. Para o efeito deverá dispor de um staff mínimo, em regime de tempo completo, para assegurar a eficácia de tais contactos sem melindres ou equívocos.

6. Entendem os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - que a pro-

posta apresentada terá, pelo menos, a virtude não só de chamar muitos militantes que se afastaram do Partido, como também estimular jovens (que são sempre o futuro) a ter ambições políticas mais saudáveis do que aquelas que são unicamente plasmadas em intrigas de bastidor e jogos de poder. Para além disso, a proposta é um instrumento que se proporciona ao Secretário Geral, enquanto Primeiro Ministro, *para uma mais efectiva coordenação do elenco governamental*.

Se a presente Moção Sectorial tiver acolhimento põe-se, assim, nas mãos do Secretário Geral, a possibilidade (ou não) de dispôr duma *nova militância* que não hipoteque o futuro do PS nem o da esquerda portuguesa. Espera-se assim que, com este contributo, muita coisa venha a mudar - com toda a tranquilidade - no interior do Partido Socialista e na sua prática política,

com o apoio, o empenhamento e o esforço de *todos os militantes sem excepção!*

⁽¹⁾ «REFLECTIR PARA VENCER: Clarificação Ideológica, Linha Política Coerente, Novo Funcionamento do PS». 5º. Congresso da FAUL (há 13 anos). Texto em que se advogou a *institucionalização dum rendimento social mínimo garantido*, proposta levada à prática - e bem - nesta legislatura.

Lisboa, Janeiro de 1999

Os Signatários,

Reis Borges
Coelho Antunes
Fonseca Ferreira
Pacheco de Almeida
Fernando Gameiro
Ana Cristina Costa
João Santana
Vitória Melo

MOÇÃO POLÍTICA

FALAR, É PRECISO (CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO)

1. Porquê esta moção

Um Congresso socialista não deve ser uma liturgia de auto-satisfação, nem, como já foi dito, «uma sessão de propaganda». Por isso decidimos apresentar um contributo. Não como alternativa à moção de António Guterres, que votaremos favoravelmente. Mas para suscitar algumas questões que poderão, eventualmente, enriquecê-la e completá-la.

Não temos, aliás, que acrescentar qualquer outra justificação. Um Congresso faz-se para isto mesmo. E o PS que, em 1974/1975, Mário Soares definiu como «partido sem medo», tem de saber também combater dentro de si a pior de todas as heranças culturais: o medo de pensar pela própria cabeça. É tempo de as pessoas se juntarem à volta de ideias e não apenas, como costuma acontecer em vésperas de Congressos ou eleições, para discutir listas e cargos.

Quem tem medo de debater ideias?

Nós não temos. Esse medo não pode existir, nem no Partido Socialista, nem no Portugal democrático, seja por carreirismo, seja por auto-censura, seja por que motivo for.

Falar, é preciso. É preciso não ter medo de discutir ideias. Porque, respondendo a uma velha pergunta de Antero de Quental, que Salgado Zenha gostava de repetir, «não se pode viver sem elas».

2. Um congresso para quê?

2.1. Vivemos uma época difícil, que é de fim mas também de recomeço e renovação. Fim do modelo soviético, tal como foi historicamente realizado. Mas fim, também, das ilusões neo-liberais, com a falência de um modelo que traz consigo a exclusão de

dois terços da humanidade.

E o socialismo? Como lembrou Octávio Paz, pode ter falhado a resposta histórica à pergunta formulada, no início deste século, sobre a injustiça inerente ao capitalismo. Mas a pergunta permanece. Onde quer que haja injustiça e desigualdade, o socialismo está vivo. Não apenas porque é preciso resistir à deriva neo-liberal. Mas porque é necessário construir uma alternativa.

2.2. A vida política é feita de ciclos. De vitórias e de derrotas. De ascensão e refluxo. Mas um partido como o PS representa valores permanentes. Por isso é indispensável a sua vitalidade interna. E esta só é possível com debate, pluralismo e confronto de ideias.

É preciso reconhecer que estes objectivos nem sempre têm sido cumpridos. A realização dos Estados Gerais em 1995 constituiu um facto novo no processo de abertura do partido à sociedade. Mas o desaparecimento dos Congressos, a escassez de debates como o que se travou na Convenção Nacional do Coliseu, em 1996, algum amorfismo e a tentação da burocratização do partido têm contribuído para uma certa diluição ideológica.

Em todos os partidos há o risco de se manifestarem «lobbies» e pressões. Existe a ameaça da lógica do «poder pelo poder», da política como encenação de si mesma, da sobreposição da imagem e da sondagem às verdadeiras questões de fundo. Mas as grandes batalhas políticas não se ganham só em torno de objectivos materiais. Ganham-se em torno de causas, de programas e de metas morais.

2.3. Fala-se muito em crise da representação e em reforma do sistema democrá-

co. Para impulsionar essa reforma, o PS tem de começar por si próprio. Um partido anestesiado não pode pretender mobilizar os cidadãos e combater a indiferença perante a política. O PS tem de ser um partido aberto. Mas sem deixar de ser um partido de militantes. Foi com os militantes que travámos, em 1975, a batalha pela democracia pluralista em Portugal. Foi com eles que elegemos Mário Soares e Jorge Sampaio para Belém. Foi com eles que, em 1995, em torno de António Guterres, pusemos fim à degradação da democracia em que se transformara o consulado cavaquista. Sem militantes, sem bases activas e intervenientes, tudo fica reduzido à lógica do aparelho e ao risco de carreirismos, que é tanto maior quanto maiores as responsabilidades que detemos no poder.

Por isso o regresso do PS aos Congressos deve ser marcado pelo debate ideológico, pelo confronto de ideias, pela contribuição para a construção de uma alternativa. Mas não há alternativa sem avaliação crítica do que fizemos e do que está por fazer. Nem há alternativa se não contrapusermos, às pressões dos interesses e das conjunturas, a lógica dos nossos valores e das nossas convicções.

2.4. O governo é um órgão de soberania que tem a sua lógica e autonomia próprias. Mas o PS, sem quebra de solidariedade com o governo, deve saber preservar o seu espaço de intervenção. Há um espaço do governo e há um espaço do partido. Nem o partido pode comandar o governo, nem o governo pode fazer do partido simples instrumento de campanhas eleitorais. O PS não é, nem pode ser, uma caixa de ressonância ou uma correia de transmissão do governo.

Sempre lutámos contra este tipo de instrumentalização na sociedade democrática.

Temos de reflectir sobre o nosso relacionamento com a sociedade, com o governo e connosco próprios. Cabe-nos a enorme responsabilidade de imprimir um novo impulso ao debate socialista. No partido, no país, na Europa e até no mundo. É para isso que estamos aqui.

3. O caminho que fizemos

3.1 A vitória de 1995

A vitória do PS em 1995 foi a maior até hoje obtida em Portugal por um partido da oposição contra o poder estabelecido. O que, num país como o nosso, significou o triunfo da cultura democrática contra a tradição situacionista.

Por isso se promoveram mobilizações como o Congresso «Portugal, que futuro?» e os Estados Gerais.

O mérito de António Guterres foi ter procurado responder à crise do sistema e ao desencanto dos cidadãos com uma lógica de abertura, renovação e diálogo. O que o PS propôs aos portugueses foi uma nova forma de fazer política. Outra cultura democrática, outra sensibilidade social, outra perspectiva humanista, outra consciência histórica e cultural.

O PSD de Cavaco Silva falhou. No plano político, porque nunca teve um entendimento democrático do que é maioria absoluta. No plano económico, porque foi incapaz de colocar Portugal no «pelotão da frente» da Europa e deixou a estrutura produtiva portuguesa desorganizada. No plano social, porque a arrogância tecnocrática o deixou indiferente ao desemprego e à exclusão. E no plano cultural, porque retirou à política a dimensão moral e humana

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

sem a qual ela não tem qualquer grandeza.

3.2. A experiência de governo

António Guterres propôs aos portugueses inverter esta lógica de degradação da vida democrática. No plano político, introduziu no poder um novo estilo e uma nova cultura democrática. Praticou o diálogo com todos os quadrantes, respeitou o papel dos órgãos de soberania e das oposições, defendeu a autonomia e dignidade da função parlamentar. No plano económico, conseguiu que Portugal participasse no núcleo duro das decisões sobre a União Económica e Monetária e tivesse uma voz activa e solidária na construção europeia. A entrada de Portugal na primeira fase do euro não foi uma submissão aos critérios monetaristas de Maastricht. Foi um instrumento e uma oportunidade para obter vantagens económicas e financeiras que podem contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país e para o bem estar dos portugueses. Garantiu-se um ritmo de crescimento económico superior à média europeia e criou-se emprego. No plano social, não se esconderam as desigualdades geradas pelo desemprego, pela exclusão, pelas deficiências estruturais dos serviços de saúde e de justiça e pelos bloqueios e insuficiências do sistema educativo. Iniciaram-se reformas de fundo, como a da rede pré-escolar ou a da Administração Pública. Lançaram-se as bases da reforma fiscal, da reforma da Segurança Social. Começou a modificar-se o relacionamento das forças policiais com os cidadãos. Instituiu-se o rendimento mínimo garantido. Cumpriram-se projectos de prestígio para o nosso país, como a EXPO 98. Concretizaram-se obras públicas de grande relevância na rede nacional de acessibilidades. Aumentaram-se os meios financeiros à disposição das autarquias. Reforçaram-se as dotações para os sectores sociais nos sucessivos Orçamentos de Estado, com destaque para o da educação em 1999. Cumpriu-se a promessa de não agravar os impostos. E tudo isto sem maioria absoluta no parlamento, sem abandonar o diálogo com os parceiros sociais e sem derrapagens orçamentais que nos teriam excluído imediatamente do euro.

3.3. A experiência de maioria parlamentar

Mas não podemos esquecer o papel do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República. Os deputados eleitos pelo PS procuraram impedir que o Parlamento e o próprio Grupo Parlamentar se deixassem reduzir a uma mera câmara de eco do governo, respondendo aliás ao desafio nesse sentido lançado pelo primeiro ministro na apresentação do programa do governo. Não faltaram, por parte da nossa bancada, o apoio e a solidariedade às propostas do executivo. Mas os deputados socialistas não prescindiram de apresentar também as suas próprias propostas, as suas próprias ideias e até as suas críticas e chamadas de atenção, quando o entendiam necessário.

A pressão das agendas dos partidos das oposições e o facto de não dispormos senão de uma maioria relativa condicionaram, é certo, a actuação do Grupo Parlamentar.

O taticismo sistemático do PSD de Marcelo Rebelo de Sousa prejudicou, por vezes, a estratégia do PS. Nem sempre o debate foi suficiente. Apagaram-se alguns fogos, lançaram-se, por outro lado, temas quentes que dividem a sociedade portuguesa. Mas o Grupo Parlamentar do PS demonstrou, sem quebra de solidariedade com o governo, que não devemos ter medo de enfrentar os problemas, por muito incómodos ou difíceis que eles sejam. Reafirmámos a nossa visão da democracia, em que a solidariedade e até os laços afectivos e de camaradagem que nos unem não excluem a diferença de opiniões e sensibilidades. E em que os consensos são procurados pelo diálogo e pela vontade de os construir e não impostos por mera disciplina partidária. E por isso que não tem sentido fazer do silêncio uma virtude. No PS ninguém manda calar ninguém. Convém aliás lembrar o que o PS prometeu no Programa Eleitoral: «a nova maioria garantirá que a Assembleia da República ocupará um papel central no sistema político e que os deputados do PS e da nova maioria exercerão as suas funções de controlo do governo sem atitudes de subserviência, com espírito crítico e assumindo um protagonismo activo que dignifique a própria instituição parlamentar aos olhos do conjunto dos cidadãos».

Apesar de o governo de António Guterres não dispor de maioria absoluta na Assembleia da República, salvaguardaram-se as principais propostas do executivo nas votações parlamentares, nomeadamente em matéria de Orçamento de Estado. Foi possível evitar coligações negativas, que teriam desencadeado crises governamentais. Ao contrário da instabilidade económica e social que alguns vaticinaram antes das eleições legislativas, em caso de vitória do PS, tivemos estabilidade governativa.

3.4. O PS e os órgãos de soberania

O Partido Socialista fez eleger destacados militantes seus para a chefia dos principais órgãos de soberania política: Jorge Sampaio, Almeida Santos e António Guterres.

Somos, hoje como no passado, a principal garantia da estabilidade democrática. Tal facto é, para todos nós, motivo de responsabilidade acrescida. É por isso que não podemos limitar-nos, neste Congresso, a avaliar o que foi feito. Temos de nos questionar sobre o que não foi feito, sobre as lições a tirar de erros cometidos e, sobretudo, sobre os caminhos que temos de debater e aprofundar para construir a alternativa que nos cabe ser.

4. O que tem de ser questionado

4.1. O papel do PS e do governo

4.1.1. A modernidade e identidade dos partidos socialistas é inseparável da sua organização e funcionamento interno. A concepção democrática do socialismo assenta na democracia representativa interna, na liberdade e no pluralismo de opiniões e sensibilidades e na ideia de um partido projectado para fora de si mesmo e aberto à sociedade.

Mas a modernidade do PS não começou agora. Afirmou-se em 74/75, quando, pela

primeira vez numa situação revolucionária, os socialistas ousaram preservar a sua autonomia e garantir a vitória da legitimidade democrática sobre a legalidade revolucionária, abrindo assim o caminho a uma nova era de transformações democráticas na Grécia, em Espanha, no Brasil e noutros países da América Latina. O PS foi então pioneiro de um combate entre duas concepções de socialismo. Ousou afirmar que a liberdade é um valor em si mesmo revolucionário. E que a verdadeira revolução, nos dias de hoje, não é um projecto de conquista violenta de poder. É um projecto de transformação das estruturas económicas, sociais e políticas que não pode realizar-se senão em liberdade e em democracia.

Coube ao PS em Portugal, por razões históricas, fazer um pouco de tudo para garantir e consolidar a democracia pluralista. Depois de cinquenta anos de ditadura e contra as derivas comunista e anarcopopulista, tivemos de construir o Estado de Direito e de salvaguardar os direitos políticos e sociais. Mas, no plano económico, foi preciso fazer reajustamentos que muitas vezes foram interpretados como sendo «meter o socialismo na gaveta». Mário Soares já várias vezes o explicou. O socialismo que nos acusaram de «ter metido na gaveta» era a caricatura do socialismo, o «socialismo real» que faliu historicamente.

4.1.2. Tem razão António Barreto quando afirma não haver uma forte tradição socialista em Portugal, pelo menos até ao 25 de Abril. A partir de 1891, o Partido Republicano absorveu praticamente a corrente socialista. A tradição do movimento operário português é anarquista e comunista. Só depois do 25 de Abril é que o PS se enraíza verdadeiramente na sociedade portuguesa, nele convergindo várias inspirações, a republicana, a do marxismo não dogmático, a sergiana e a do catolicismo progressista. O realismo criador de Mário Soares conseguiu fazer a síntese das várias tendências e marcar fortemente a natureza original do PS português. Mas foi num combate da esquerda contra a esquerda, mais concretamente entre o projecto do socialismo democrático e o modelo comunista de tipo soviético, que o PS moldou a sua identidade. Sendo certo, também, que muita gente sem formação socialista veio então acolher-se no PS. Este processo histórico criou naturais ambiguidades e deixou marcas profundas nos dois principais partidos da esquerda, no sistema político, na própria sociedade e em toda a esquerda portuguesa. Ainda hoje se considera como natural e legítima qualquer aliança à direita ou da direita entre si e se encara como uma espécie de pecado mortal qualquer aproximação da esquerda com a esquerda.

Em 1974, o PS era um partido fortemente ideológico e o partido socialista mais à esquerda da Europa. Com a prioridade que foi preciso dar à consolidação da democracia e a experiência do exercício do poder, essa ambiguidade tendeu a aumentar. A entrada no PS, na altura da aliança PS-CDS no governo, do grupo de militantes do ex-GIS, entre os quais Jorge Sampaio, portadores de uma importante experiência na luta anti-fascista, reforçou o PS. Mas al-

gumas contradições permaneceram.

Se historicamente o PS é um partido de esquerda, nele continuam a coexistir várias sensibilidades. Temos sabido conviver com estas diferenças. A experiência de governo, aliás, tende a reforçar uma certa lógica pragmática, de realismo. É muito difícil governar à esquerda, hoje, com alguns dos actuais constrangimentos impostos pela construção europeia. É por isso que nenhuma alternativa será possível senão à escala europeia. Mas em cada momento devemos lembrar-nos que os portugueses, em 1995, votaram pela mudança e não para que se continue a gerir o que está. É preciso definir uma estratégia para o futuro.

4.1.3. O PS é o grande pilar da democracia portuguesa. Mas o seu funcionamento interno ainda não é satisfatório. É preciso compensar a abertura aos independentes e à sociedade para aprofundar a nossa própria identidade e vitalidade. Não se pode correr o risco de assistir a uma diluição do PS ou à sua redução ao aparelhismo. No PS, todos os militantes devem participar na definição da linha política do partido e não remeter-se ao simples papel de tarefeiros.

Mas a ameaça ao PS não vem de fora nem dos independentes. Vem dele próprio. Sobretudo das ambiguidades e do conformismo. A modernização do PS não pode ser a sua transformação num partido descaracterizado. Nem o seu esvaziamento e a sua redução a uma lógica de poder pelo poder. Não há socialismo sem sonho, inconformismo e rebeldia. O papel do PS, quando está no governo, pressupõe a vontade permanente de não nos resignarmos a governar nas condições e limites impostos pela direita.

A esquerda é uma tradição, uma cultura, um imaginário. O PS não o pode esquecer. Não podemos ficar entre a sondagem e imagem. Temos de saber resistir à ditadura do imediato e do mediático. Temos de compreender que há um espaço do governo e há um espaço do partido. Nem o partido a comandar o governo. Nem o governo a diluir o partido e a reduzi-lo a um simples instrumento de campanhas eleitorais.

Temos de reabilitar o debate, a política e a ideologia. Temos de preservar a autonomia do partido e desenvolver a sua capacidade de reflexão e intervenção. Nem o governo pode cair na tentação de ser ele próprio a direcção do partido. Nem a direcção do partido pode demitir-se de ser ela própria a pensar e decidir a política do partido.

A vida política portuguesa está, tradicionalmente, demasiado marcada pelo governamentalismo e pelo clientelismo. O PS tem de contrariar esses velhos pecados. Nem a partidização do Estado, nem a governamentalização do partido.

Temos de promover a transparência da vida política, fazer a pedagogia do civismo, da dedicação à coisa pública. Temos de ser o exemplo das virtudes republicanas da honradez e do desapego pessoal do poder. O PS tem de ser intransigente na defesa da esquerda dos valores contra a direita dos interesses. Somos um partido da esquerda democrática e não apenas um grupo com preocupações sociais de mercado.

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

4.1.4. Mas não são os dirigentes e deputados do PS que, por si sós, podem defender o partido. As bases são responsáveis. Cada militante é pessoalmente responsável. É por isso que as bases têm de fazer ouvir a sua voz. E têm de tomar responsabilidade pelo futuro do partido e da democracia. É este o momento privilegiado para o fazer, neste Congresso. Mas o debate e a reflexão não podem parar aqui. Temos de nos interrogar sobre a nossa prática dentro do PS. A nossa tradição é a da pluralidade de opiniões. Mas isso não significa que não tenha de haver, no PS, melhor coordenação entre os diferentes órgãos do partido. Temos de garantir o respeito pelas decisões dos órgãos nacionais. Temos de reflectir sobre o seu melhor funcionamento e sobre a separação de funções, para preservar a autonomia e espaço próprios, quer do governo, quer do partido.

Uma nova cultura democrática deve começar por nós próprios. Pelo governo, pelo partido, pelo grupo parlamentar, pelas bases. Pela definição de regras claras que permitam preservar a autonomia de cada um. Rejeitamos a visão estalinista de pôr a partido a comandar o governo. Mas também não queremos repetir o erro cavaquista de pôr o governo a comandar o partido.

4.2. O papel do Estado no contexto da União Europeia e da globalização

4.2.1. A lógica neo-liberal domina a economia mundial. É ela que está a subverter os fundamentos humanistas da nossa civilização e a minar Estados-Providência tão fortes como eram, por exemplo, os da Suécia e da Alemanha. O desemprego estrutural, a exclusão social e a desregulação das nossas sociedades devem-se à ditadura dos mercados financeiros e à colonização da Europa por um modelo incompatível com os valores da sua cultura e da sua civilização. Passou-se da teologia de Estado para a teologia de mercado. Hoje, esta é a questão de fundo de todo e qualquer debate político.

A mundialização do modelo neo-liberal é responsável pela crise do sistema de representação. Há alternância mas não há alternativa. E não há alternativa porque as mudanças políticas não podem ser acompanhadas de mudanças na economia. Mas nenhuma reforma do sistema político vencerá a crise actual se não for acompanhada de políticas económicas e sociais que invertam a lógica do modelo neo-liberal. Esta é a grande linha divisória entre a esquerda e a direita, entre socialistas e conservadores. Esta é a grande batalha de que vai depender o futuro do nosso destino nacional e do nosso destino europeu. Uma batalha que exige concertação à escala europeia, para que ao modelo neo-liberal que nos pretende colonizar seja possível contrapor uma Europa mais democrática, mais solidária e mais social. Mas uma batalha que exige também resistência e imaginação em cada país. O PS tem sido pioneiro mas não pode nunca abandonar os seus valores e referências. Não pode ceder às pressões dos «lobbies», nem a modas, nem a uma falsa modernização que não é senão a

colonização pelo pensamento e pela linguagem neo-liberais.

4.2.2. O Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades sociais nem passar à clandestinidade. Ou, como escreveu Régis Debray, ser transformado num criado doméstico e domesticado da sociedade comercial, convertendo-se a nação numa espécie de sociedade anónima. Numa democracia moderna, não se podem separar os direitos políticos dos direitos sociais. Não há uns sem os outros. E só o Estado, como instrumento regulador e corrector das injustiças e desigualdades, pode impedir que a lógica cega do mercado destrua os direitos sociais e esvazie os direitos políticos.

Que não haja ilusões: as fracturas sociais resultantes do modelo ultra-liberal trazem consigo fracturas políticas que põem em risco a estabilidade democrática em toda a Europa. Sem o modelo social europeu, o actual número de desempregados no velho continente já teria dado lugar a uma das maiores convulsões sociais de sempre. Por isso, só a mais extrema leviandade pode propor o seu desmantelamento. Leviandade. Ou um défice total de sensibilidade social. Ou, para sermos mais claros: um défice de esquerda, um défice de cultura política socialista.

O PS está no governo para tentar mudar a lógica de um sistema baseado no lucro, na exclusão, na poluição e destruição de recursos naturais e na emergência de novos poderes acima dos poderes democraticamente constituídos. A subordinação do poder económico ao poder político foi um das grandes metas morais da democracia nascida no 25 de Abril. Só o PS pode impedir que o poder do dinheiro, o poder mediático, o poder da comunicação-espectáculo – ou outros – se sobreponham ao poder democraticamente constituído. Para o PS, o Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades sociais ou ser humilhado diante da sociedade civil.

4.3. O PS e a renovação da esquerda

4.3.1. O polo aglutinador da esquerda tem de ser o PS. Não podemos deixar aos outros a defesa do património cultural e dos valores da esquerda. Temos de ser nós a assumi-los, renová-los e adaptá-los às novas realidades da vida e do mundo.

Nada é tão urgente, sobretudo na Europa, como o ressurgimento da esquerda. Para que as mudanças e rupturas necessárias se façam segundo as regras democráticas da alternância com alternativa. As vitórias eleitorais de vários partidos socialistas e sociais-democratas na Europa são um factor de esperança. Mas são, também, uma terrível responsabilidade. O eleitorado está cansado de mudar de governo sem mudar de política e desta vez espera que o seu voto tenha consequências concretas. No plano europeu e no plano nacional. António Guterres já não está isolado como quando preconizou, em Madrid, uma nova sensibilidade social na construção europeia. É certo que Blair, Jospin e Schroeder representam realidades distintas. Mas as suas vitórias exprimem uma vontade e uma necessidade de mudança. Começam a existir condições para uma

nova dinâmica política e social liderada pela esquerda no processo de construção europeia.

4.3.2. Mas algo tem de mudar também no plano interno. Há uma parte da esquerda e da extrema esquerda que não faz outra coisa senão atacar o PS. Alguns ainda estão do outro lado do muro, ainda não saíram de 1975, ainda não compreenderam as razões da falência histórica dos seus modelos. Custa-lhes admitir que, sem o PS ou contra o PS, não há qualquer alternativa de esquerda em Portugal.

Mas a reconstituição de uma nova aliança de direita deve obrigar os partidos de esquerda a repensar as suas relações e as suas soluções políticas. Não porque o PS não possa, sozinho, enfrentar e derrotar a nova AD. Mas por uma questão de princípio e por uma exigência de estabilidade. Não aceitamos a ideia de que só há estabilidade ao centro e à direita, ou que a estes competiria governar e à esquerda sonhar. Uma democracia adulta não pode excluir o diálogo no seio da esquerda. Não tanto, no nosso caso, para derrotar uma coligação de direita, como, sobretudo, para reforçar a base social e a estabilidade de um governo de esquerda. A esquerda não pode automutilar-se nem prescindir, por sistema, de uma parte de si mesma. Um tal estado de espírito é uma doença infantil da democracia portuguesa. A esquerda não é unívoca, a esquerda é plural. É essa a nova dimensão da esquerda democrática.

4.3.3. A renovação e abertura da esquerda passam pela renovação e abertura do PCP. Tal não significa quebra de autonomia e identidade nem a transformação do PCP em muleta do PS. Mas o PS não pode pedir ao PCP para se renovar e abrir sem ser capaz de empreender um diálogo sério com um PCP renovado, sem tabus nem sectarismos. Não se combate um sectarismo com outros sectarismos. Nem se constrói uma política de esquerda dialogando preferencialmente com a direita social e política. Governar à esquerda implica ser capaz de dialogar construtivamente com a outra parte da esquerda.

4.3.4. Mas a renovação do PS e da esquerda não se pode também fazer sem as novas gerações. O que pedimos aos jovens de hoje não é que sejam iguais a nós. O que lhes pedimos é que sejam eles próprios, que pensem pela sua cabeça, que não se deixem instrumentalizar nem manipular por quem quer que seja. Como dizia Jean Paul Sartre, «que não tenham medo de agarrar a lua, porque nós precisamos dela». Que não tenham medo de ousar o impossível, porque só a juventude capaz de ousar o impossível pode obrigar o poder a ousar um pouco do que é possível. Que sejam o inconformismo, a irreverência, a rebeldia e o contra-poder de que todos os poderes precisam.

É este aliás o papel que a JS vem desempenhando. Devemos reconhecer-lhe o direito de iniciativa e de agendamento de projectos próprios no Parlamento, tal como o tem feito, na medida em que isso significa um acto de autonomia, de liberdade e,

por isso mesmo, de reafirmação da modernidade e identidade do próprio Partido Socialista. O PS é, por excelência, um partido da solidariedade inter-geracional.

5. Construir uma alternativa

5.1. O papel do socialismo democrático na construção europeia

5.1.1. As dificuldades da esquerda democrática não são só um fenómeno português. Verificam-se um pouco por toda a Europa. Há esquerda como resistência, como nostalgia, como vontade de mudança do eleitorado. Mas, de certo modo, ainda não há esquerda como projecto alternativo. E essa é a principal razão da crise do sistema e do aproveitamento, pela extrema-direita, da fractura social que alastra na Europa. Os deserdados e os excluídos ficaram sem referências nem «terra prometida». Deixaram de sonhar com o «grande dia». Os seus votos e a sua revolta passaram a ser capitalizados por todas as formas de nacionalismo, xenofobia, fundamentalismo e mesmo neo-fascismo. Mas o fim de uma revolução errada não pode significar o fim da ideia e da necessidade de mudança. A ideia de revolução é que tem de mudar.

A fractura da esquerda foi, durante muito tempo, a fractura entre reforma e revolução. A primeira defendida por socialistas e sociais-democratas. A segunda, identificada com o modelo russo, pelos comunistas. A saída só poderá fazer-se pela superação dessa velha fractura. Uma perspectiva de futuro não pode ser outra senão a de um projecto de transformação da sociedade por via da reforma do sistema, no quadro da democracia política e no mais absoluto respeito pela liberdade e pelos direitos humanos. A nova esquerda, sairá da construção da qual será muito difícil sair da crise do sistema actual, supõe um esforço de síntese entre a ideia democrática e a ideia de transformação. Mas passa, também, pelo regresso às origens e à própria razão de ser do socialismo: o combate à «injustiça inerente» ao capitalismo e a inversão da lógica de um sistema baseado no lucro e na exclusão.

Na época da complexidade e da mundialização, tal não será talvez possível senão à escala continental. Não é só porque não querem que os socialistas, quando no poder, não façam esta política. É porque não podem. Porque ainda não há uma estratégia comum e concertada que permita contrapor, ao modelo ultraliberal, o projecto de uma Europa mais democrática, mais social e mais participada. Não se pode pedir ao PS português que faça sozinho o que outros partidos na Europa não são capazes de fazer. Mas pode-se pedir-lhe que não se resigne, que seja diferente, que seja sempre um partido pioneiro, um partido sem medo da palavra socialismo e da palavra esquerda.

5.1.2. Com as vitórias dos partidos sociais-democratas e socialistas em recentes eleições, abriu-se um tempo de esperança e expectativa. Como disse Lionel Jospin, é preciso evitar que a economia de mercado se transforme numa sociedade de mercado. Mas para isso é preciso um novo «re-

alismo de esquerda», uma «utopia concreta», um renascer, sobretudo, da ética republicana para reabilitar a política e revitalizar a democracia. E é preciso dar uma nova dimensão social e solidária à construção europeia. É preciso que nasça um novo ciclo, marcado pela emergência de verdadeiras políticas de emprego e de consolidação do Estado social, que constitua uma resposta nova ao pensamento único.

A União Monetária e Económica não pode divorciar-se da necessidade de uma verdadeira União política. A Europa não pode ficar-se por uma espécie de monopólio do que o General De Gaulle chamava «os peritos em chineses bruxelenses». Há um défice democrático, um défice de participação e um défice parlamentar. O que se exige da esquerda, hoje no poder na maioria dos países europeus, é uma pedagogia cívica que envolva os parlamentos nacionais e uma maior articulação com um Parlamento Europeu reforçado nos seus poderes e no seu prestígio.

O divórcio entre as instituições e os cidadãos, a fractura social provocada pelo desemprego e pela exclusão e um processo de globalização que põe em causa os fundamentos da nossa civilização humanista e da nossa identidade europeia baseada na diversidade cultural estão a criar uma crise de confiança e de incerteza, senão mesmo de angústia. A Europa não é apenas o euro, decerto necessário, mas sobretudo um projecto político baseado nos valores da liberdade, da cidadania, da tolerância e da solidariedade. E também um projecto social incompatível com fenómenos de racismo, intolerância e xenofobia.

5.1.3 Houve sempre, em Portugal, como escreveu António Sérgio, duas políticas nacionais. Uma apontando para a reestruturação do país com base na educação, na reforma da mentalidade e na reorganização do sistema produtivo. Outra baseada no fácil enriquecimento à custa dos apoios vindos de fora. E houve sempre, em Portugal, duas atitudes em relação à Europa: a da direita ultramontana para quem a Europa foi sempre uma palavra perigosa e uma ideia subversiva. E a da tradição progressista que sempre associou a Europa à liberdade, ao espírito crítico e à ideia de que é possível transformar a sociedade. O PS não pode olhar para a Europa como a nova árvore das patacas, com uma política economicista e abdicativa. Temos de voltar a ter o gosto da descoberta e da diferença, estimulado pelo que há de melhor na nossa tradição humanista e universalista. Não basta colocar o poder monetário nas mãos de financeiros ortodoxos. É necessário um contrapeso político e uma articulação das políticas nacionais que possa garantir o futuro de um projecto europeu com menos tecnocracia e mais cidadania. Como disse Mário Soares, a Europa será a Europa dos cidadãos, uma Europa política e solidária, ou não será.

Nenhum Estado pode hoje responder sozinho, com eficácia, ao grande problema do desemprego. Face à lógica da mundialização, há que reafirmar a identidade europeia, sem prejuízo das diversidades culturais e linguísticas que dela fazem parte integrante. Há que articular polí-

ticas económicas, sociais e ambientais que permitam inverter a lógica monetarista que até agora tem predominado na construção europeia. E há que coordenar as políticas externas e de segurança. A Europa não pode demitir-se de ter uma voz activa no contexto internacional, em defesa da paz e da cooperação, contrariando a hegemonia geo-estratégica e militar dos Estados Unidos.

É essa a pesada responsabilidade que cabe aos socialistas europeus. A de relançar a esquerda e dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto do ultraliberalismo. E dar corpo à esperança de voltar a fazer da política, não apenas a gestão daquilo que está, mas um instrumento de mudança e de transformação da sociedade e da vida. Para isso é necessário manter a unidade e a coerência do socialismo europeu.

5.2. Os desafios da globalização e da mundialização

5.2.1. A grande pergunta que hoje se coloca é aquela que Gorbatchov lançou ao mundo, em Moscovo, num já distante inverno: a de ser ou não ser, no plano global de toda a humanidade. Saber se há ou não a hipótese de um futuro e a possibilidade de continuação da vida humana sobre um planeta azul chamado Terra. Esta pergunta é inseparável da lógica económica do sistema imperante à escala mundial, porque essa lógica, a não ser invertida, não só põe em causa os direitos individuais e sociais, como conduzirá ao esgotamento dos recursos sem os quais a vida, tal como a conhecemos, não será possível.

É uma questão filosófica e até ontológica. Mas é também e sobretudo uma questão ideológica e política. E que é a de saber se há ou não uma alternativa à desordem dominante.

Nunca como hoje foi tão grande a crise provocada pela lógica de um sistema que, depois de ter integrado as grandes conquistas tecnológicas, se revela incapaz de dar resposta à desordem económica, ao desemprego estrutural, à exclusão de milhões de seres humanos, em cada país e à escala planetária. O capital financeiro multiplica-se e desloca-se cada vez mais depressa. Deslocaliza-se. Faz novos ricos mas deixa um cortejo de pobres e novos excluídos. Ameaça de colapso as periferias do sistema e os países com fragilidade financeira, sujeitos a ataques especulativos de dimensões nunca vistas. A crise financeira que alastrou, dos mercados asiáticos à Rússia e já ameaça gravemente o Brasil e toda a América Latina, pode minar, de um momento para o outro, pela incerteza e pela volatilidade, o próprio funcionamento dos maiores centros financeiros do mundo. A «mão invisível» falhou. São os mais ortodoxos ultraliberais, como Milton Friedman, quem vem agora pedir a nacionalização da banca no Japão.

A globalização e o sistema económico dominante modificaram a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação do homem com a cidade, a própria relação da família e das pessoas entre si. Costumes, culturas, tradições, laços foram destruídos. O homem está só no grande mercado do mundo. Já não é dono do

seu tempo, dos seus instrumentos de trabalho, da sua casa e de si mesmo. Já não é cidadão, é consumidor.

O mundialismo, como escreveu o editorialista do «Herald Tribune», é uma escolha ideológica dos Estados Unidos da América. E que escolha é essa? A imposição de um modelo económico, o ultraliberalismo, a todo o planeta. A ditadura dos mercados financeiros sobrepõe-se aos Estados. As grandes decisões deixam de ser tomadas pelos dirigentes nacionais democraticamente eleitos. O poder mediático e o poder financeiro querem estar acima do poder político. A homogeneização favorece a hegemonia da potência dominante. E além das fracturas sociais que está a provocar, varre as identidades nacionais, enfraquece os Estados, apaga as singularidades e as diferenças culturais. E impõe um modelo económico único, um pensamento único e uma cultura única. Assim se impõem as modas, os comportamentos, as ideias e até a língua. Estamos perante uma nova ameaça: uma cultura única, contra aquilo a que Miguel Torga chamou «a fisionomia inconfundível de cada povo».

5.2.2. É por isso que não há solução para o desemprego estrutural nem para a exclusão. É por isso que se acentua a crise de confiança e de credibilidade no sistema político, ao mesmo tempo que proliferam os riscos e as tentações populistas. E é por isso que é necessária uma nova esquerda. À escala europeia, primeiro. Mas capaz de se fazer ouvir, também, à escala mundial. À dimensão planetária do actual poder económico, financeiro e mediático, há que contrapor uma alternativa política. Temos de continuar a exigir, como o fez António Guterres no Congresso da Internacional Socialista, uma reforma das instituições internacionais, do FMI ao Banco Mundial, para que deixem de ser arautos e agentes do pensamento único. Outra lógica terá de presidir à Organização Mundial do Comércio, para que a livre circulação de mercadorias não se torne em mais um instrumento de enfraquecimento das economias mais frágeis. É preciso regular os mercados financeiros mundiais, cuja ditadura e irracionalidade põem em causa a própria estabilidade dos sistemas políticos democráticos. Temos de introduzir mecanismos correctores de injustiças nos mercados financeiros, do tipo da taxa preconizada pelo Nobel de Economia James Tobin, a aplicar aos movimentos de capitais, com vista à criação de um fundo de apoio às economias vulneráveis. Temos de defender a criação de um Conselho de Segurança para as Questões Económicas nas Nações Unidas. Estes e muitos outros passos têm de ser dados para inverter a fatídica lógica do neo-liberalismo no mundo. Não é possível continuar a adiar a alternativa que falta. Mas não basta criticar os tecnocratas de Bruxelas. Como sugere Pierre Bourdieu, é preciso inventar uma nova solidariedade internacional, pelo menos à escala europeia, susceptível de oferecer uma alternativa às derivas nacionalistas que nascem da crise e se verificam em numerosos países da Europa. Trata-se de construir instituições capazes de controlar as forças do mercado financeiro e de

introduzir mecanismos de proibição de qualquer retrocesso ou tentativa de destruição das conquistas sociais.

5.3. As reformas que importa aprofundar

5.3.1. A modernidade é um combate que sem cessar recomeça. Porque, como disse um filósofo, é um estado nascente, indefinidamente nascente, do sujeito, da sua história, do seu sentido. É disso que se trata. De recuperar a iniciativa histórica, reencontrar o sentido. Saber se há ou não alternativa ao pensamento único e ao sentido único. Perante os comportamentos que provocaram os desequilíbrios do presente, as perversões do modelo económico dominante e aquilo a que Almeida Santos chamou «apocalipse à solta», saber se, como ele escreveu, é possível «uma nova tábua de valores, um novo direito, uma nova justiça, um novo modelo de desenvolvimento e partilha, uma nova autoridade, um novo Estado. Um novo Pacto».

5.3.2. A luta pelos direitos e liberdades fundamentais cumpre-se na vida quotidiana dos cidadãos, nas suas realizações, partilhas e conflitos. E também nas instâncias judiciais que garantem o acesso ao direito e à realização da justiça. Esta realização institucional exige independência, imparcialidade, igualdade dos cidadãos, direito a um processo equitativo, presunção de inocência, rigor de procedimento dos agentes judiciais e tempestividade das decisões dos tribunais.

Como disse o Presidente da República, Jorge Sampaio, a questão da justiça, na sua complexidade, é hoje uma questão «eminentemente política», que a todos interpela e compromete e que exige cooperação institucional. Mas a crise da justiça, revelada na «insatisfação geral quanto ao funcionamento das instituições judiciais», não tem a sua origem na falta de leis. Não há uma crise da lei. O que devemos questionar é se não há uma crise, «mas de autoridade, de confiança na autoridade da lei, que se exprime na garantia judiciária ou, por outras palavras, numa falta de confiança na organização e na adequação dos procedimentos instituídos. E na impunidade de alguns face à acção judiciária e face à lei. Na era da mediatização, temos de nos interrogar sobre se esta organização e estes procedimentos ainda terão virtualidades «para dizer o direito e modelar as realidades do presente e do futuro».

As realidades de hoje não se bastam pela proclamação dos direitos e das liberdades. É preciso garantir as condições concretas do exercício desses direitos e dessas liberdades. O risco de desregulação das instituições judiciais é por isso preocupante. A justiça penal está sujeita a uma pressão quantitativa, de pequena criminalidade. A justiça civil está sobrecarregada com a cobrança de dívidas de entidades financeiras e seguradoras. Mas o que não podemos deixar de exigir são melhores resultados no combate à alta criminalidade moderna: a dos crimes referentes ao tráfico da droga, ao branqueamento de capitais, à corrupção. Os novos poderes, também aí, encontraram escalas de actuação que contribuem para reforçar o primado do direito sobre os direitos das pessoas.

Nenhuma reforma do sistema político e do sistema judiciário vencerá a crise actual se não for acompanhada de políticas económicas e sociais que invertam a lógica neo-liberal. Essa é, como temos vindo a dizer, a grande linha divisória entre esquerda e direita, entre socialistas e conservadores. O que nos leva a colocar a questão das outras reformas que é preciso aprofundar.

5.3.3 É por isso que a posição dos socialistas não pode ser outra senão a de defender o Estado-Providência. Não podemos pactuar com aquilo a que Manuel Villaverde Cabral chamou «a conspiração dos ricos contra os pobres». O mercado não reparte os ganhos de produtividade, concentra-os num núcleo de privilegiados. A justiça não nasce espontaneamente do mercado.

A questão não é apenas de financiamento de políticas sociais, é de sentido e modelo de sociedade. O modelo neo-liberal com uma mão cria a exclusão e com a outra oferece caridade. Por isso pretende o desmantelamento do Estado-Providência a troco de uma espécie de «assistencialismo caritativo» ou de «segurança social dos pobres», que passarão a ser cidadãos de segunda nos seus direitos sociais.

Como defendemos na Convenção Nacional do Coliseu, não se pode pôr em causa um princípio básico, que é o da igualdade do cidadão perante o Estado. Nem a obrigatoriedade constitucional de um sistema de segurança social unificado. Nem o papel redistribuidor de riqueza e corrector de desigualdades que cabe ao Estado. A nossa tradição é a do serviço público, não a assistencialista. A solução socialista é essa, não outra.

5.3.4. Mas não haverá reforma da segurança social sem uma reforma fiscal. Se não há recursos suficientes, é porque aqueles que deviam pagar utilizam a sua influência para não pagar. Há cidadãos que pagam demais e deveriam, talvez, pagar menos. Mas há sobretudo alguns que pagam de menos e deviam pagar mais.

Segundo o relatório do Orçamento de Estado para 1999, Portugal é, na União Europeia, um dos países em que os impostos sobre rendimentos e lucros são, comparativamente, mais baixos, enquanto os impostos sobre bens e serviços, com destaque para o IVA, se situam muito acima da média europeia. Os impostos sobre rendimentos do trabalho são claramente superiores aos impostos pagos pelas empresas. Os impostos sobre o património têm um peso diminuto (2,4% em 1997) no total das receitas fiscais, muito inferior ao da generalidade dos países da OCDE.

São estas distorções, que sobrecarregam cegamente toda a gente por via dos impostos indirectos, pagos por quem tem e quem não tem, que precisam de ser reformadas. Os maiores rendimentos têm de contribuir proporcionalmente para a receita fiscal.

A questão não é apenas de eficiência e fiscalização. É também de justiça, porque é de corrigir desigualdades que se trata. É cívica, porque não há cidadania sem uma participação no esforço de solidariedade nacional que ao Estado compete promover pela via da redistribuição. É e cultural,

porque também através da reforma fiscal se pode combater o incivismo e incultura que Miguel Torga verberou no dito português segundo o qual «o que é comum é de nenhum». Temos de aprender a riscar esta frase da nossa língua.

5.3.5. Há, em Portugal, uma doença da saúde. O sistema nacional de saúde está em crise. Não podemos deixar de nos interrogar sobre as suas causas. Somos o país da União Europeia onde o Estado menos gasta com a saúde das pessoas e onde as famílias contribuem mais pesadamente para essa despesa. Há problemas estruturais de financiamento e de organização por detrás da crise. Mas há quem dela beneficie. A crise do sistema público é a melhor estratégia para forçar as pessoas a recorrer aos novos sistemas privados. Basta ver o empenhamento das bancas e seguradoras na transformação da doença em negócio rendoso.

E, no entanto, a medicina realizou nos nossos dias avanços prodigiosos que têm salvo e podem salvar a vida de milhões de pessoas. A esperança de vida e o acesso à saúde são factores integrantes do novo conceito de desenvolvimento humano defendido por vozes como a do Nobel indiano Amartya Sen. O direito à saúde não pode deixar de ser uma das nossas prioridades. A reforma do sistema público de saúde implica a afirmação do primado da responsabilidade do Estado na garantia do direito à saúde. O serviço público de saúde é uma das causas emblemáticas do PS.

5.3.6. Todos os grandes mestres que se opuseram, em Portugal, ao obscurantismo, apontaram para a condição primordial de todas as reformas: a reforma da mentalidade, a promoção da educação e da cultura, o desenvolvimento do espírito crítico, do livre exame, da cidadania.

Do Infante D. Pedro a Luís António Verney, de Almeida Garrett e Alexandre Herculano a Eça de Queirós e Oliveira Martins, de Antero de Quental a Jaime Cortesão, António Sérgio, Bento de Jesus Caraça e tantos outros, há uma linhagem de portugueses que sempre esteve na frente dessa batalha. Batalha que não pode ser continuamente adiada e continuamente perdida.

A educação, dizia António Sérgio, não tem por objecto manter, mas sim melhorar e revolucionar a estrutura da sociedade. O problema é que é antes da escola que as desigualdades se originam. Nem todos têm, à partida, as mesmas oportunidades. Nem todos aprendem a falar da mesma maneira. Há, por assim dizer, uma injustiça primordial, que gera todas as outras. É por isso que a educação pré-escolar é uma prioridade absoluta. É uma responsabilidade que tem de ser partilhada, porque é, em si mesma, condição fundamental da igualdade de oportunidades. As «condições concretas da igualdade» de que falava Sérgio, começam aí. E também aí o Estado não pode demitir-se do papel que lhe cabe. Vivemos uma época de rápidas e profundas mutações. A revolução tecnológica abriu vários horizontes possíveis: tanto podem conduzir à libertação como à autodestruição. E a mundialização da economia não se realiza senão com o advento do seu inverso, a economicização do mun-

do, ou seja, a transformação de todos os aspectos da vida em questões económicas, senão em mercadorias. Ao contrário do que pretendem fazer crer pensadores da moda, a mundialização não conduz à generalização da democracia, nem dos direitos do homem, nem dos valores universais e de emancipação trazidos pelo espírito das luzes. O que acontece é o contrário: o esvaziamento dos direitos políticos e dos direitos sociais e a criação de sociedades dualistas cada vez mais desiguais. Por isso é preciso um novo pacto. É uma nova perspectiva na educação, no acesso à informação e na cultura. É preciso contrapor, à teologia de mercado, um novo humanismo, que começa na escola; à ditadura do imediato e do mediático, as possibilidades criativas e inovadoras da sociedade de informação; e à lógica uniformizadora, a preservação da especificidade cultural de cada país, através da defesa e divulgação da língua e do património cultural de cada povo.

5.3.7. Portugal é uma velha nação com oito séculos de História e de unidade nacional. Mas nas últimas décadas têm-se verificado profundas transformações nas relações da população com o território e com a paisagem. A concentração urbana, o êxodo rural e, mais recentemente, a imigração, têm provocado crescentes desigualdades demográficas regionais. Temos um interior cada vez mais desertificado e um litoral cada vez mais construído. Temos, sobretudo, extensas periferias urbanas, resultado de décadas de demissão dos poderes públicos perante a construção da cidade. Mais de metade dos centros urbanos portugueses não são hoje cidades com uma história e uma memória. São «bairros», quase todos fruto de iniciativa privada, onde as pessoas se acumulam em dormitórios inóspitos e onde o espaço público é inexistente ou descurado. As deslocamentos entre a casa e o emprego tornam-se um pesadelo quotidiano. O tempo perdido em bichas afecta a qualidade da vida, do trabalho e do lazer. Estas transformações não se deram apenas em Portugal. Mas, aqui, não foram acompanhadas por políticas nacionais viradas para a cidade. O país encheu-se de «urbanizações sem urbanismo», perante a crescente dificuldade das autarquias em fazer frente a pressões de construção associadas a capitais financeiros cada vez mais poderosos. Entretanto, a vida mudou. Desfez-se a relação familiar tradicional. As mulheres entraram em força no mercado de trabalho, conquistando assim maior autonomia económica para si e para os seus. Mas a ausência de políticas de apoio à família tornou tudo mais complicado. Somos um dos países da UE com mais alta taxa de actividade feminina, mas também com uma das piores coberturas em equipamentos de apoio, como creches, jardins de infância, centros de dia, apesar do enorme esforço que está a ser feito. O que coloca as mulheres portuguesas em condições particularmente difíceis no exercício dos seus direitos económicos e sociais. O que as tem privado, também, de alcançar todos os seus direitos de cidadania. A «igualdade na soberania» entre homens e mulheres passa também por medidas concretas que assegurem, na sociedade por-

tuguesa, uma melhor partilha do tempo, das responsabilidades e dos recursos.

5.3.8. Mas não são só as mulheres que são vítimas das transformações que se deram na família e na cidade. Os idosos, os jovens, as crianças vivem vidas separadas. Perdeu-se o convívio intergeracional, pilar durante séculos da transmissão de valores e afectos. E assiste-se ao absurdo de a população activa ter de pagar, do seu bolso, as mensalidades da creche, da escola ou do lar de idosos por onde se reparam os seus familiares ditos «dependentes». Assiste-se, sobretudo, ao aumento da solidão, não só entre os mais velhos, mas nas camadas jovens, que muitas vezes procuram, nos seus grupos e nos seus bairros, afirmar uma identidade que não conseguem reconhecer na família nem na escola. É também deste absurdo de quotidianos sem sentido que nasce, muitas vezes, a tentação da droga. A luta contra a toxico-dependência não o pode ignorar, como não pode ignorar o ignominioso negócio planetário que o tráfico de droga proporciona, à custa da dificuldade de viver de milhões e milhões de pessoas.

É tudo isto que tem de ser questionado. Na reforma do ensino, da saúde, da segurança social. Nas políticas de emprego e formação profissional. Mas também nas políticas de ambiente, de transportes, de ordenamento do território, de localização dos equipamentos, das redes, das fábricas, dos escritórios, do comércio e da habitação.

Também na habitação estamos, aliás, a pagar os custos da demissão do Estado, durante décadas. As autarquias foram deixadas sozinhas com um problema para o qual não tinham recursos nem meios. Predominou a visão neo-liberal segundo a qual a habitação, mais do que um problema social, é um negócio, entregue à iniciativa privada e à banca. O Estado foi-se limitando quase só a pagar bônus de juros, enquanto as famílias se endividaram para garantir o seu «direito à casa» ou se sujeitaram a recorrer a habitações fortuitas, em bairros clandestinos ou degradados.

Há sinais de esperança e há, sobretudo, um novo relacionamento entre o governo e as autarquias. Mobilizaram-se novos recursos, insistiu-se na necessidade de reabilitar e renovar. Mas, atenção: o problema não é só de falta de casa ou de falta de verba. É de falta de cidade. E esta falta afecta o exercício da cidadania. A democracia não nasceu no campo. A crise urbana e a crise do sistema representativo estão interligadas. Não haverá mais democracia sem melhor cidade. Mas também não haverá melhor cidade se não houver mais e melhor democracia.

5.3.9. O problema da segurança tem de inserir-se neste quadro de transformações da nossa vida colectiva. A insegurança é, hoje, uma das mais fortes injustiças sociais. Porque afecta os mais frágeis - os mais novos, as mulheres, os isolados, aqueles que têm menos agilidade física e menos capacidade de defesa. Mas também porque é sintoma de um profundo mal-estar que pode conduzir, e tem conduzido, a tentações populista e xenófobas. Não podemos limitar-nos a contrapor à delinquência, em par-

ricular à delinquência juvenil, interpretações sociológicas. Também é preciso agir. É seguramente necessária uma nova polícia, mais próxima dos cidadãos, e um novo funcionamento da justiça, mais eficiente na separação entre o trigo e o joio. É preciso que as penas previstas na legislação sejam proporcionais aos delitos e não paguem os pequenos pelos grandes.

Mas é sobretudo preciso compreender que a cidadania é indissociável de uma ética de responsabilidade: responsabilidade dos pais pela educação dos filhos, em primeiro lugar; responsabilidade da escola pela formação de cidadãos; responsabilidade das autarquias e das populações pela qua-

lificação dos espaços públicos e pela criação de ambientes urbanos mais saudáveis e seguros; responsabilidade dos poderes públicos pela aplicação da lei, pelo ordenamento do território, pelas políticas de emprego, segurança social e saúde sem as quais não podemos, verdadeiramente, falar em «segurança». Mas responsabilidades do Estado, também, pelas medidas de repressão e reinserção que não podem deixar de ser aplicadas. E responsabilidade de todos nós pela exigência permanente de renovação e aprofundamento das condições da cidadania. É esse o principal sentido que temos de dar às reformas que importa aprofundar.

6. Conclusão

«Os novos senhores do mundo, escreveu Ignacio Ramonet, não se submetem ao sufrágio universal e escapam a o seu controle».

Por isso é preciso reabilitar a política e reinventar a esquerda. A lógica da cidadania tem de voltar a sobrepor-se a outra lógicas. É essa a responsabilidade que nos cabe. Sabemos que não é fácil. O novo começa sempre com poucos. Mas tem de começar em qualquer ponto, por qualquer lado. Na Europa, aqui, agora mesmo.

Assinam esta moção, entregue em 22 de Janeiro de 1999:

Manuel Alegre
Alberto Martins
José Medeiros Ferreira
Eduardo Pereira
Jorge Strech Ribeiro
Fernando Pereira Marques
António Campos
Ana Catarina Mendes
Helena Roseta
Isabel Soares
Luis Filipe Madeira
Maria Carolina Tito de Moraes
Rui Namorado
Ernesto Melo Antunes (Capitão de Abril)

MOÇÃO SECTORIAL

CONSTRUIR OS FUNDAMENTOS DO PORTUGAL MODERNO E SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI

A construção de uma sociedade desenvolvida, mais justa e solidária em Portugal passa inevitavelmente pela capacidade do Partido Socialista de mobilizar e dinamizar a iniciativa e a acção dos Portugueses, incluindo, em primeiro lugar, a dos seus próprios militantes e simpatizantes, à volta de um grande Projecto de Desenvolvimento Nacional para o próximo século. Este Projecto deverá visar o desenvolvimento sustentado e harmonioso de Portugal conciliando a manutenção da nossa identidade cultural, da nossa autonomia económica e da nossa independência política na abrangência dos próximos séculos, com a continuação dos avanços na construção de uma esperada e desejada União Europeia.

Os Princípios de uma Sociedade Desenvolvida e Solidária

A construção em Portugal duma sociedade desenvolvida socialmente mais justa e coesa deverá ser o objectivo fundamental de todos os cidadãos que se reclamam do ideal do socialismo democrático. Para a construção progressiva deste tipo de sociedade impõe-se a definição e a implementação de um conjunto de princípios, pela colectividade nacional, de modo consensual.

Os princípios fundamentais, que devem reger uma sociedade democrática são os seguintes:

- a Liberdade,
- a Igualdade,
- a Responsabilidade,

- a Fraternidade, e a Solidariedade. A Liberdade, sob as suas diferentes formas, consensual e colectivamente aceites, torna os Homens conscientes dos seus direitos e dos seus deveres e permite-lhes desenvolver o espírito de iniciativa.

A Igualdade é a condição fundamental para que a Liberdade seja assumida colectivamente por todos os Homens entre eles, e em particular a igualdade de oportunidades. A Responsabilidade de cada Homem perante os outros e perante a sociedade, em geral, origina o Civismo entre os Homens que é a consequência lógica do pleno exercício da sua Liberdade de acção associada à igualdade de oportunidades, dando origem a um relacionamento mais Humano entre todos os Homens.

A Fraternidade será a consequência da aplicação dos princípios de Responsabilidade e de Civismo entre os Homens. Finalmente, a Solidariedade será o culminar da aplicação dos princípios anteriores resultando no desejo de justiça social e de coesão da Sociedade, possibilitado pelo desenvolvimento económico e social, evitando a criação a prazo de situações socialmente insustentáveis, potencialmente fomentadoras de ruptura da Sociedade.

O Partido Socialista, agente principal da consolidação da Democracia

Portugal, apesar do bom desempenho económico desta última década, com destaque para estes três anos de Governo do P.S., ainda não pode ser considerado um

País plenamente desenvolvido, se compararmos os indicadores sociais de Portugal com os dos restantes países da OCDE. Em consequência, podemos concluir que ainda temos pela frente um longo caminho a percorrer, com vontade, esforço e dedicação para atingirmos o objectivo duma sociedade desenvolvida e solidária. Convmem não esquecer que esse desenvolvimento passa também pela capacidade de criarmos uma economia altamente competitiva a nível mundial, não esquecendo nunca que os outros países também não ficam parados e procuram atingir objectivos semelhantes.

Esta situação implica a existência de uma esperança, de uma vontade, de uma ambição de um novo devir para Portugal no século XXI.

Este que termina em 31 de Dezembro de 2000, fica marcado, em grande parte, pela vontade de um Homem que lutou pelo estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático em Portugal, ancorado à Europa livre e democrática – em particular, a União Europeia; este Homem, Mário Soares, praticou o Socialismo do possível, no contexto político existente na altura, colocando o interesse de Portugal, acima de certos interesses e objectivos legítimos, mas por vezes, demasiado ambiciosos e generosos do Partido Socialista.

Cabe agora ao nosso Secretário-Geral, António Guterres, a tarefa de coordenar e implementar um ambicioso Projecto de Desenvolvimento Nacional mobilizador da vontade, da coragem, do esforço e da capacidade de trabalho de Todos os Portugueses, após ter conduzido, com alto sen-

tido de dedicação e muita coragem Portugal ao clube dos países fundadores do ?uro.

Convmem contudo não esquecer que a integração no primeiro pelotão da moeda única, por muito importante que seja, não representa um objectivo, em si mesmo; somente poderá ser considerada como um meio para se atingir, no futuro, um conjunto de objectivos ambiciosos em termos de desenvolvimento social e económico para Portugal. Assim, impõe-se, para já, que estes ou se encontrem definidos ou então em vias de definição. Caso contrário, o euro poderá apresentar mais inconvenientes que vantagens.

Não nos devemos esquecer que os acontecimentos históricos que se comemoram com a realização da Expo 98, representam uma manifestação de vontade e ambição de Portugal, definida há mais de cinco séculos, que ainda continua dando os seus frutos (a presença dos portugueses nos PALOPs colaborando na sua reconstrução e desenvolvimento económico; a crescente internacionalização das empresas portuguesas no Brasil), isto apesar de algumas contrariedades, em particular a continuação da guerra fratricida em Angola e do espectro de crise económica que paira sobre o Brasil e que poderá vir a ter sérias repercussões sobre a economia mundial.

Apesar do trabalho e do esforço dispendido estes últimos anos, impõe-se saber distinguir a realização de algumas grandes obras, onde se associam as componentes - engenharia, requalificação urbana e promoção imobiliária - com a

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

implementação de um ambicioso Projecto Nacional de longo prazo, mobilizador da energia e da vontade dos Portugueses, cujos frutos perdurem, pelo menos alguns decénios para além da data da sua conclusão, conduzindo a um desenvolvimento sustentado, harmonioso e solidário de todo o País e originando assim uma melhoria acentuada e contínua do nível cívico, económico e cultural da mais ampla franja possível de cidadãos.

Um Projecto de Desenvolvimento Nacional para o século XXI

A edificação de uma sociedade cada vez mais desenvolvida em Portugal implica a definição e existência de um conjunto de meios para a sua concretização.

Assim, primeiro impõe-se a definição, elaboração e início de implementação de um Projecto de Desenvolvimento Nacional para Portugal, a muito longo prazo (20-25 anos), com ampla participação de toda a Sociedade Civil, incluindo os partidos políticos, organizações associativas representativas do maior número possível de interesses, e também todos os cidadãos, em geral.

Este Projecto deverá evitar aquando da sua elaboração a constituição de comissões, de sub-comissões, de sub-comissões de sub-comissões, e outras, privilegiando um aspecto prático e tanto quanto possível consensual.

A sua discussão deverá ser efectuada dentro de determinados prazos nunca permitindo que os mesmos se arrastem indefinidamente.

A sua redacção final deverá abranger o mais amplo consenso possível, sem pretender a unanimidade, pois esta é, porventura, sinónimo de seguidismo ou de incapacidade intelectual, por parte de certos indivíduos.

Por último, a sua implementação deverá ser efectuada pelos cidadãos deste País, visto serem eles os verdadeiros actores da mudança, para quem o Projecto é dirigido, com vista à satisfação das suas necessidades e anseios. Para atingir este objectivo, torna-se não só necessário a realização de amplas campanhas de comunicação e de informação, mas também a preparação e a formação da classe política de modo a que esta conheça muito bem os objectivos e os meios a implementar para os atingir.

Este Projecto deverá valorizar a aposta em duas componentes fundamentais: o investimento nos Recursos Humanos e na Investigação e Desenvolvimento e deverá permitir «balizar» grandes orientações de desenvolvimento do século XXI para Portugal, tendo em consideração: - o nosso saber e a nossa riqueza cultural, - o vertiginoso desenvolvimento actual da inovação e da ciência, em todo o Mundo, bem assim como a sua difusão instantânea,

- a evolução da demografia portuguesa, aliada às condições de emigração portuguesa deste século, - e a condicionante da contínua integração de Portugal na União Europeia.

A conciliação destas condicionantes representará uma tarefa extremamente árdua para as gerações mais jovens que

terão também de suportar e reparar o fardo dos erros cometidos pelas gerações precedentes.

- A Qualificação dos Recursos Humanos

O enorme esforço de investimento necessário para qualificar os Recursos Humanos é sobejamente conhecido, dado o baixíssimo nível de qualificação da grande maioria da população activa portuguesa. Esta transformação implicará uma manifestação de esforço e vontade de todas as partes intervenientes (trabalhadores, empresários, entidades formadoras e financiadoras) para se atingir o nível de qualificação necessário, pois caso contrário corre-se o risco de vermos o desemprego crescer a um ritmo assaz elevado. Contudo, essa tarefa de consciencialização não cabe unicamente à classe política, ela impõe-se também aos cidadãos que deverão ser parcialmente responsabilizados pela imperiosa necessidade de procurarem formação contínua desde o início da sua vida activa até à sua reforma.

Este esforço de qualificação dos Recursos Humanos, em estreita ligação com o Sistema Educativo, deverá também visar outro objectivo, em particular junto das camadas mais jovens: o desenvolvimento do espírito de iniciativa empresarial e de criação de empresas.

O outro esforço necessário relaciona-se com o investimento em Investigação e Desenvolvimento, entre outros, nos sectores em que Portugal possui conhecimentos (importantes, senão vastos) em alguns domínios tais como os Oceanos, a Floresta, o Turismo, os sectores tradicionalmente fundamentais e vitais da Economia e também aqueles que teremos forçosamente de desenvolver com urgência: a Saúde e as Tecnologias da Informação.

Os Oceanos, ou em termos mais gerais, o Mar («mar salgado») representa um potencial importante de desenvolvimento económico futuro, não somente pelo facto de ser considerado unanimemente um dos espaços geográficos de expansão do próximo século, mas também devido à extensão da nossa zona económica marítima exclusiva, à nossa posição geo-estratégica e ainda à experiência e ao saber que foi sendo adquirido ao longo dos séculos por gerações sucessivas de Homens que lhe dedicaram as suas vidas de trabalho e que permitiram a acumulação de um saber e saber-fazer ligado ao Mar.

A Floresta Portuguesa, apesar de subaproveitada e de não ser ainda muito bem gerida, representa também um sector a desenvolver, não somente em termos de área de produção, mas também na utilização dos seus produtos a nível industrial, e no desenvolvimento de novos produtos e novas aplicações graças à realização de investigação e desenvolvimento. Aliás convem notar que o conhecimento da floresta não se limita à Europa, mas abrange uma extensa área representada pelos Palops e também pelo imenso Brasil.

O Turismo enquanto principal sector de actividade económica, em Portugal, deverá ser privilegiado em termos de desenvolvi-

mento não somente devido às nossas condições climáticas, aliadas à característica de afabilidade e hospitalidade do nosso Povo, mas também pela nossa Cultura tão rica e variada, que se encontra fundamentada nas raízes de um dos países mais antigos da Europa. Este País, que plantou marcos históricos e culturais disseminados pelos mais diversos pontos do Universo, não somente devido à sua epopeia marítima, mas também na sequência da saga da emigração, possui, somente nesta vertente, um potencial elevado de visitantes «turistas» cujo interesse, curiosidade e eventualmente mesmo o desejo de conhecer as suas raízes profundas interessa incentivar e estimular. Será sempre bom não esquecer que as outras potencialidades são também extremamente importantes, e logicamente também interessa desenvolvê-las.

Os Sectores Fundamentais da nossa Economia deverão não somente ser mantidos mas, acima de tudo, dinamizados pois representam uma fonte muitíssimo importante de saber e de saber-fazer, que importa valorizar cada vez mais, graças ao aumento da competitividade dos seus produtos, pelo recurso à investigação e desenvolvimento, ao design, às novas técnicas de marketing e à internacionalização, de modo a que possam ser uma fonte cada mais importante de valor acrescentado para Portugal, permitindo assim também uma melhoria dos rendimentos dos diversos agentes económicos a eles ligados.

A Saúde representa outro sector de actividade económica a privilegiar na medida em que, apesar de apresentarmos um atraso estrutural ainda importante comparado com os países mais desenvolvidos, poderemos desenvolver conhecimentos e saberes que foram sendo acumulados ao longo de gerações, em diferentes regiões do Mundo, por onde a nossa influência se estendeu, e que depois de devidamente analisados e desenvolvidos permitirão dar um contributo para a irradiação de um conjunto de doenças existentes.

As Tecnologias da Informação representam um sector onde deveremos investir intensa e constantemente no futuro; em particular, o ensino e a aprendizagem das linguagens e programas de software, visto o seu conhecimento representar a «carta de condução» dos novos veículos da sociedade da informação. Somente assim poderemos evitar taxas de «analfabetismo» elevadas neste domínio de vital importância para o funcionamento da sociedade. Logicamente, o segundo sub-sector onde se deverá investir fortemente será o da criação de uma indústria de software que nos permita atingir uma situação, no computo geral, de não dependência de terceiros e se possível tornando-nos mesmo auto-suficientes.

A Agricultura representa um sector onde se torna urgente a realização de reformas estruturais de longo prazo, permitindo criar as bases para que o seu desenvolvimento se realize sem sobressaltos ou convulsões excessivas, pela implementação de um Projecto de Desenvolvimento Agrícola.

Importa, em primeiro lugar, criar as condições para que a mesma seja praticada em termos de gestão empresarial apoiada em movimentos associativos fortes, tanto de natureza privada como cooperativa.

Deverá portanto privilegiar-se o desenvolvimento de um associativismo dinâmico com objectivos empresariais bem definidos, visto que se nos outros países existem organizações de produtores fortes e devidamente estruturadas, não fará qualquer sentido que estas também não existam em Portugal.

O associativismo agrícola não pode somente manifestar-se e demonstrar capacidade reivindicativa em períodos de sobreprodução ou de calamidades naturais; é condição sine qua non para que o mesmo seja eficiente, que primeiro saiba impor uma disciplina entre os associados, fazendo com que estes se disciplinem e aprendam a cooperar em conjunto não somente no aspecto do intercâmbio das técnicas de produção, na coordenação das produções, na comercialização dos produtos, no desenvolvimento de uma formação de qualidade para todos os agricultores e no incentivo da aprendizagem das técnicas de gestão empresarial.

Em certa medida, já existem alguns exemplos deste tipo, tais como o associativismo dos produtores do vinho do Douro e dos produtores de leite, apesar dos problemas que se têm manifestado ultimamente. Somente assim será possível encontrar soluções para ultrapassar o espírito individualista do agricultor português, permitindo-lhe simultaneamente trabalhar menos e auferir um rendimento superior.

É indispensável incentivar a introdução e o desenvolvimento da produção de novos produtos agrícolas insuficientemente produzidos no espaço da União Europeia e adequados ao clima português. Para além desta medida importa também incentivar parcerias com empresas internacionais detentoras de capacidades de marketing ou de saber-fazer técnico visando a conquista de mercados externos.

Paralelamente, importa defender uma reforma da PAC que seja realista e consequente, conduzindo a uma diminuição dos subsídios agrícolas que beneficiam essencialmente os grandes produtores, em prejuízo dos médios, pequenos ou micro-empresários agrícolas; por outro lado, importa também definir políticas agrícolas de longo prazo que permitam o desenvolvimento adequado da agricultura tendo em vista, não somente a sua adaptação à concorrência mundial que se desenrola no âmbito da OMC, mas também a salvaguarda e a defesa dos pequenos e micro-empresários agrícolas que, para além de desempenharem uma importante função económica, exercem também uma importante função social, evitando a desertificação total de grandes áreas do território nacional.

Deverá prosseguir-se a reestruturação do Ministério da Agricultura concentrando-se esta a sua actividade em certas áreas bem definidas tais como Estatísticas, Sanidade vegetal e animal, Engenharia e Obras Hidráulicas e Agrícolas, Fiscalização e Controlo de Subsídios, transferindo as outras tarefas para as Organizações Agrícolas.

A Internacionalização da Economia Portuguesa deverá ser intensificada, sempre que possível, interligada com uma melhoria acentuada da qualificação dos Recursos Humanos do País, dando um especial destaque ao conhecimento técnico-profissional, às tecnologias da informação e de outras línguas estrangeiras. É indispensável prosseguir o apoio à internacionalização das empresas portuguesas, identificando as dificuldades por elas sentidas na implementação das suas estratégias de internacionalização e incentivando a tomada de decisões estratégicas que lhes permitam vender cada vez mais produtos e serviços com a « marca Portugal » e não apenas com a indicação « fabricado em Portugal ».

Importa também intensificar a procura do investimento directo estrangeiro consumidor de mão de obra muito qualificada, incorporando forte componente de investigação efectuada por investigadores portugueses, preferencialmente graças à criação, por essas empresas, de centros de investigação em Portugal.

As Reformas Estruturais a realizar

Para que este conjunto de objectivos económicos se possa realizar plenamente, importa prosseguir ou desenvolver um conjunto de reformas profundas nos seguintes domínios:

- Educação,
- Justiça,
- Sistema Fiscal,
- Saúde,
- Administração Pública.

Este conjunto de reformas profundas, determinando as orientações a longo prazo, talvez vinte ou mais anos, é indispensável para um normal e correcto funcionamento da sociedade portuguesa, permitindo-lhe tornar-se apetecível em termos de dinamismo e competitividade económica a nível mundial.

A simples implementação de reformas adequadas e necessárias, mas com efeitos apenas de curto prazo, é insuficiente pois estas terão de ser constantemente actualizadas ou modificadas, apresentando-se passados poucos anos como uma simples «manta de retalhos de legislação»: assim, importa definir grandes princípios orientadores da organização da vida em sociedade a longo prazo, respeitando sempre os interesses consensuais da esmagadora maioria dos cidadãos.

- Educação

É indispensável continuar a implementação da reforma do sistema educativo tendo em vista, entre outros aspectos, preparar os educandos para a realidade da vida activa e não para concepções puramente teóricas e abstractas, sem qualquer ligação com a realidade global e multicultural da actual sociedade da informação em que vivemos. Torna-se portanto imperativo fomentar constantemente o intercâmbio de aprendizagem escola-organizações externas (empresas, organizações não governamentais, Administração pública, etc.). Importa também começar a ensinar, des-

de a primária, para além do alfabeto, da tabuada, da leitura, a linguagem informática, conhecimento indispensável na sociedade da informação. Cada escola primária deverá assim ser equipada com, pelo menos, um computador por sala de aulas.

A implementação de uma nova filosofia escolar implicará a abertura das Universidades Portuguesas à realidade da sociedade, admitindo a livre circulação dos estudantes entre os diferentes cursos, uma vez que se caminha para a implementação de um sistema de aprendizagem contínua ao longo da vida activa de cada cidadão e como tal, não fará qualquer sentido as Universidades se excluírem deste sistema, abdicando, simultaneamente, de rendimentos complementares para os seus orçamentos.

- Justiça

A reforma da Justiça somente será eficaz quando os processos entrados em Tribunal puderem ser julgados com a rapidez adequada e não estarem sujeitos a adiamentos sucessivos na sua resolução. O normal e eficaz funcionamento da economia e da sociedade dum país assim o exigem.

O princípio de Justiça implica também o agravamento das sanções penais aplicadas a certos crimes particularmente graves, em especial os atentatórios contra a integridade física dos cidadãos, destacando-se os casos de violação, pedofilia, maus tratos a pessoas, sendo recomendável que em certas situações as sanções penais a aplicar sejam agravadas até à prisão perpétua.

Torna-se também indispensável a instituição urgente de um sistema alternativo para resolução de conflitos e de litígios comerciais tornando-os mais céleres, justos e económicos, visto que sem a sua adopção a economia nunca poderá funcionar com eficiência, permitindo-se assim o desenvolvimento de comportamentos de desonestidade e de fraude susceptíveis de impunidade.

- Sistema Fiscal

A reforma do Sistema Fiscal é indispensável, mas sempre pensada em termos de longo prazo, nunca baseada numa filosofia que obrigue a pequenas e contínuas alterações dos códigos fiscais.

Para se poder implementar um sistema eficaz de combate à fraude fiscal importa, primeiro que tudo, também disciplinar as despesas públicas, não se permitindo o desperdício dos impostos pagos pelos contribuintes; enquanto este perdurar poderá sempre haver a tendência para se justificar a fraude com os exemplos de desperdício do dinheiro do erário público. A fraude também terá tendência a reduzir-se a partir do momento em que se eliminar o princípio da protecção do segredo bancário, para efeitos fiscais. Costuma-se dizer "quem não deve, não teme": como vivemos num regime democrático, em que o branqueamento de capitais é proibido e punível por lei, não faz grande sentido manter-se o princípio da protecção do segredo bancário, para efeitos fiscais.

Assim, talvez fosse possível implementar um Sistema Fiscal mais justo, possibilitan-

do a redução da carga fiscal afectando os trabalhadores auferindo rendimentos provenientes exclusivamente do trabalho por conta de outrem.

- Saúde

Importa continuar e dinamizar a implementação de reformas estruturais indispensáveis a uma racionalização da prestação dos serviços de saúde visando conciliar a melhoria dos mesmos, com o aumento da sua procura, por força da evolução das condições sociais e demográficas (em particular, o envelhecimento e aumento da esperança de vida da população), com um controlo dos seus custos.

Neste sector, será certamente necessário realizar uma conciliação muito criteriosa e rigorosa dos interesses dos diversos actores presentes para se obter um resultado adequado.

- Administração Pública

O Povo Português recusou o modelo de regionalização do País, submetido a referendo, em finais de 1998. A regionalização foi apresentada como a reforma do século, embora tenha sido elaborada e apresentada de uma forma muito mal explicada, mal quantificada (embora esse aspecto não fosse o fundamental) e nada dialogante com o Povo (alguns socialistas apresentaram-na mesmo, por vezes, com algum enfado e sobranceira) considerando que esta deveria ser aprovada daquela maneira, e depois logo se veria a modalidade efectiva de implementação.

Perante a recusa daquele modelo de regionalização, mas não de uma regionalização bem elaborada, importa desde já começar a realização de um certo tipo de descentralização / regionalização da Administração e do Estado, talvez menos ambicioso, mas seguindo o exemplo de certos modelos levados a cabo pelas autarquias, muitas vezes de maneira espontânea, mas que conseguem conciliar os interesses conjuntos das populações.

Convém nunca esquecer que a finalidade da Administração Pública é fornecer um conjunto de serviços facilitadores da vida dos cidadãos, e não complicá-los como por vezes acontece. Importa portanto acelerar as reformas aí conducentes. Este aumento de qualidade de serviço público deverá ser implementado ministrando sempre uma formação adequada e suficiente aos funcionários públicos, que irão ser os principais agentes da implementação dessas medidas.

Será sempre bom recordar que a promoção a funções de chefia deverá ser efectuada tomando em consideração as capacidades técnicas dos candidatos e não exclusivamente a sua simpatia política, como acontecia frequentemente no passado, e que talvez também tenha acontecido, uma ou outra vez, sob o Governo do Partido Socialista. Quando esta prática acontece, corre-se o risco de se obterem maus resultados, por força da incompetência das pessoas.

Para que a Administração Pública funcione eficazmente convirá também instituir-se um sistema de avaliação anual das chefias, pelos seus subordinados.

Um Partido Socialista mobilizado e consciente da sua missão

«Competirá ao Partido Socialista, enquanto intérprete das aspirações do Povo Português, a implementação de um ambicioso Projecto Nacional para o século XXI, conducente à transformação e modernização da sociedade portuguesa!» - será certamente este o desejo de todos os militantes e simpatizantes do Partido Socialista. Esta patriótica missão terá de ser realizada sempre em sintonia directa com o Povo, visto ser este o actor principal da mudança. Por isso, o espírito de vitória, que se deseja e espera com maioria absoluta nas próximas eleições legislativas, que porventura iluminará todos os delegados ao Congresso deverá ser temperado com o espírito de humildade e de responsabilidade pela missão, simultaneamente exaltante e difícil, mas não impossível, de construir as bases do Portugal moderno, desenvolvido e solidário do século XXI.

Para que este desejo se concretize é necessário que todos os socialistas saibam cerrar fileiras, privilegiando os ideais que os unem, não valorizando as pequenas divergências de opinião, embora também nunca perdendo o salutar espírito de crítica construtiva.

Para levar a bom porto o conjunto de propostas de transformação solidária da sociedade portuguesa, o Partido Socialista deverá também aprender a incutir nos seus militantes e simpatizantes um certo espírito de disciplina, pois será importante não somente saber recolher periodicamente o feedback da actuação do Governo do Partido Socialista, mas também obter opiniões sobre a melhor maneira de pôr em prática certas decisões, transmitir algumas das importantes medidas a implementar no futuro, de modo a que os militantes socialistas possam ser os elos de ligação ao nível da vivência quotidiana com a população em geral.

Tal como os cidadãos devem estar comprometidos da necessidade de terem formação continua ao longo de toda a sua vida activa, também os militantes e simpatizantes socialistas que exerçam cargos de responsabilidade política, e mesmo os restantes militantes e simpatizantes deverão frequentar periodicamente sessões de formação e aperfeiçoamento nos diferentes aspectos da vida em sociedade, em particular no âmbito das Ciências Sociais. Com efeito, é indispensável que o Partido Socialista institua, com convicção, o seu próprio Sistema de Formação, porque todo o militante socialista deve possuir um conjunto de conhecimentos teóricos mínimos que lhe permitam defender e justificar os seus pontos de vista, quando confrontado com opiniões políticas divergentes.

Somente assim será possível ao Partido Socialista apresentar propostas realistas destinadas a satisfazer os anseios e as aspirações do Povo Português, de modo a que o Governo do Partido Socialista possa implementar as medidas concretas conducentes à sua efectiva realização.

José Manuel Rodrigues Marto
Militante nº 228728